



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívico Administrativa – CEP: 70.150-908
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449

**ANAIS DA 2^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA
AS MULHERES**

Brasília, DF
17 a 20 de agosto de 2007



Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

© 2013. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações:

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República.

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes.

Zona Cívico-Administrativa

70150-908 – Brasília-DF

Fone: (61) 3411-4246

Fax: (61) 3327-7464

spmulheres@spmulheres.gov.br

www.spmulheres.gov.br

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C748a

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2. : 2007 : Brasília-DF).

Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres / organização Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013. 130 P.

Conferência realizada de 17 a 20 de agosto de 2007.

1. Políticas Públicas - Mulheres. 2. Programas de Governo - Mulheres. 3. Conferência de Mulheres. I. Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. II. Título.

CDU 396

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Eleonora Menicucci

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Lourdes Bandeira

Secretária Executiva

Aparecida Gonçalves

Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Tatau Godinho

Secretária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres

Vera Lúcia Lemos Soares

Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Linda Goulart

Chefe de Gabinete

Sônia Malheiros Miguel

Assessora Especial

Raimunda Celestina de Mascena

Assessora Especial

Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos

Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Organizadoras da 2ª CNPM:

Nilcéa Freire

Teresa Cristina Nascimento Sousa

Aparecida Gonçalves

Sônia Malheiros Miguel

Márcia de Cássia Gomes

Maria Aparecida Schumaher

Maria Ednalva Bezerra

Nalu Faria

Nilza Iraci Silva

Autoridades à época da 2ª CNPM:

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Nilcéa Freire

Teresa Cristina Nascimento Sousa – Secretária-adjunta

Elisabete Matar Freire de Carvalho – Chefe de Gabinete

Laisy Morièrre Cândida Assunção – Assessora Especial

Aparecida Gonçalves – Subsecretária de Monitoramento do Programas e Ações Temáticas

Sônia Malheiros Miguel – Subsecretária de Articulação Institucional

Rufino Correia Filho – Subsecretário interino de Planejamento

Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM

Presidenta: Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Nilcéa Freire

Secretária-adjunta: Teresa Cristina Nascimento Sousa

Representantes dos órgãos governamentais:

Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão: Paulo Bernardo Silva. Assessora Técnica: Débora Nogueira Bezerra.
Ministro de Estado da Saúde: José Gomes Temporão. Assessora Técnica: Regina Viola.
Ministro de Estado da Educação: Fernando Haddad. Assessora Técnica: Rosiléa Mariaroldi Wille.
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego: Carlos Lupi.
Ministro de Estado da Justiça: Tarso Genro. Assessora Técnica: Inajara Inês Ferreira.
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário: Guilherme Cassel. Assessora Técnica: Andréa Lorena Butto Zarzar.
Ministro de Estado da Cultura: Gilberto Passos Gil Moreira. Assessora Técnica: Thaís Werneck.
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Patrus Ananias. Assessora Técnica: Hildézia Alves Medeiros.
Ministro de Estado das Relações Exteriores: Celso Muiz Nunes Amorin. Assessora Técnica: Mariângela Rebuá de Andrade Simões.
Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia: Sérgio Resende. Assessora Técnica: Andréia Ingrid Michele do Nascimeto.
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Matilde Ribeiro. Assessora Técnica: Denise A. de P. Pacheco.
Secretário Especial de Direitos Humanos: Paulo Vannuchi. Assessora Técnica: Mariana Bertol Carpanezzi.

Representantes de entidades da Sociedade Civil:

Articulação de Mulheres Brasileiras. Titular: Maria Aparecida Schumacher. Suplente: Analba Brazão Teixeira.
Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Titular: Justina Inês Cima. Suplente: Maria Margareth Costa Cunha.
Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras. Titular: Nilza Iraci Silva.
Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica. Titular: Mercedes M. de M. Rodrigues. Suplente: Leda Marlene Bandeira.
Central Única dos Trabalhadores. Titular: Maria Ednalva Bezerra de Lima. Suplente: Deise Aparecida Recoaro.
Confederação Geral dos Trabalhadores. Titular: Rumiko Tanaka.
Confederação das Mulheres do Brasil. Titular: Márcia Campos Pereira. Suplente: Edna Maria Costa.
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Titular: Odisséia P. de Carvalho. Suplente: Rita de Cássia F. de Almeida.
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Titular: Carmen Helena Ferreira Foro. Suplente: Maria Elenice Anastácio.
Conselho Nacional das Mulheres Indígenas. Titular: Jacimar de Almeida Gouvêa. Suplente: Marina Cândido Marcos.
Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil. Titular: Beatriz Z. Fett. Suplente: Arlete C. Zago.
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Titular: Creuza Maria Oliveira. Suplente: Maria Noeli dos Santos.
Força Sindical. Titular: Neuza Barbosa Lima. Suplente: Helena Ribeiro da Silva.
Fórum de Mulheres do Mercosul. Titular: Maria Elvira Salles Ferreira. Suplente: Jeanete Assad Mazzeiro.
Marcha Mundial das Mulheres. Titular: Nalu Faria Silva. Suplente: Eleutéria Amora da Silva.
Movimento Articulação de Mulheres da Amazônia. Titular: Maria da Conceição Maia de Oliveira. Suplente: Elis Regina Prates.
Liga Brasileira de Lésbicas. Titular: Rita Cerqueira Quadros. Suplente: Carmen Lúcia Luiz.
Ordem dos Advogados do Brasil. Titular: Marilma Torres Gouveia de Oliveira. Suplente: Maria Avelina Imbiriba Hesketh.
Rede Nacional Fem. de Saúde, Direitos Sexuais e Dir. Reprodutivos. Titular: Lia Z. Machado. Suplente: Rosa de Lourdes dos Santos.
União Brasileira de Mulheres. Titular: Eline Jonas. Suplente: Mary Garcia Castro.
Mulheres com "Notório conhecimento das questões de Gênero": Rose Marie Muraro, Clara Charf e Albertina de Oliveira Costa.

Sumário

PROGRAMAÇÃO.....	6
CERIMÔNIA DE ABERTURA	8
 APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA 2ª CNPM E DOS PRINCÍPIOS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.....	20
 PAINEL 1 – PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: BALANÇO E PERSPECTIVAS.....	26
 PAINEL 2 – PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	51
 PAINEL 3 – PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	65
PLENÁRIA FINAL	84
ANEXOS.....	111

Programação

Dia 17/08/2007 – Sexta-feira

18h às 21h. Solenidade de Abertura da 2ª CNPM

Desfile de estandartes das 27 Unidades da Federação

Homenagem aos 20 anos do “Lobby do batom”

Homenagem à Presidenta da República do Chile, Sra Michelle Bachelet

Dia 18/08/07 - Sábado

8h às 10h30

Plenária de Abertura

Aprovação do Regulamento da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e reafirmação dos Princípios da Política Nacional para as Mulheres.

11h às 13h

Painel 1 – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: balanço e perspectivas

14h30 às 19h

Grupos de Trabalho

Tema: Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Discussão do relatório síntese das Conferências Estaduais, do Distrito Federal e Governamental: propostas e recomendações.

21h às 24h

Atividade de Confraternização

Local: Minas Tênis Clube de Brasília.

Dia 19/08/07 – Domingo

8h às 9h30

Painel 2 – Participação das mulheres nos espaços de poder: experiências internacionais

10h às 13h

Painel 3 – Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira

13h

Roda de Conversa

Encontro com ministras da América Latina, representantes governamentais e não-governamentais na área de políticas para as mulheres.

Coordenadora: Maria Elvira Salles Ferreira, conselheira do CNDM.

14h30 às 19h

Grupos de Trabalho

Tema – Participação das Mulheres nos espaços de Poder

Discussão do relatório síntese das Conferências Estaduais, do Distrito Federal e Governamental – propostas e recomendações.

19h

Ato de lançamento do movimento “Mulheres pela Paz ao redor do Mundo” e abertura da exposição 1000 Mulheres pela Paz

Noite de autógrafos, com o lançamento de publicações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Saúde.

19h às 20h30

Projeção de documentário, apresentando o filme Memórias Clandestinas, vencedor do primeiro prêmio da categoria Cinema de Documentário, do Festival de Cinema Feminino de 2007.

20/08/07 – Segunda-feira

8h às 13h

Plenária Final

Discussão e deliberação sobre as Diretrizes do PNPM e sobre propostas e recomendações dos grupos de trabalho do dia 18/08: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

14h30 às 18h

Plenária Final (continuação)

Discussão e deliberação sobre as propostas e recomendações dos grupos de trabalho do dia 19/07: Mulheres nos Espaços de Poder.

18h

Apresentação e aprovação das Moções

19h

Solenidade de encerramento da 2ª CNPM

Cerimônia de Abertura

Composição da mesa

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República;
Marisa Letícia Lula da Silva, Primeira-dama da República;
Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil;
Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente;
Marta Suplicy, Ministra do Turismo;
Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
Márcia Bassit, Ministra interina da Saúde;
Luis Duci, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República;
Fernando Haddad, Ministro da Educação;
Orlando Silva, Ministro dos Esportes;
Altemir Gragolim, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;
Carmen Lúcia Antunes Rocha, Ministra do Supremo Tribunal Federal;
Ana Falú, Representante do Sistema das Nações Unidas;
Cândida Celeste da Silva, Ministra da Família e da Mulher de Angola;
Maria José Argaña, Ministra da Mulher do Paraguai;
Laura Alborno, Ministra do Serviço Nacional da Mulher do Chile;
Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidenta da Caixa Econômica Federal;
Antônio Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá;
Marília Góes, Delegada da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Macapá; Carmem Helena Ferreira Foro, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
Lúcia Stumpf, Presidenta da União Nacional dos Estudantes;
Jaqueline Pitanguy, ex-Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Apresentação da cantora Teresa Lopes

Desfile de estandartes das 27 Unidades da Federação

Homenagem ao “Lobby do batom”

A ministra Nilcéa Freire entrega a homenagem a Sra Jacqueline Pitanguy¹, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher à época da realização da Campanha “Lobby do batom”.

Ana Falú. Representante do Sistema das Nações Unidas e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM para o Brasil e Cone Sul.

Olá a todas e a todos, Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, e no nome da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial da Política para as Mulheres, eu quero cumprimentar as demais autoridades da mesa e quero também saudar as Ministras representantes dos países amigos aqui presentes e as delegadas desta Conferência.

¹ Ver Anexo II

Mulheres, amigas, senhoras e senhoras, boa noite a todos e a todas. Esta é uma festa, a festa das mulheres do Brasil. Em nome do Sistema das Nações Unidas e do UNIFEM, em particular, agradeço a honra de ser parte desta abertura e de compartilhar o compromisso com a promoção da igualdade de gênero neste país continental, neste país regional, neste país capaz de influenciar a região e o mundo. Eu quero cumprimentar a Ministra Nilcéa Freire que com sua extraordinária capacidade lidera o processo desta 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, envolvendo cento e noventa e cinco mil mulheres que dignifica a diversidade brasileira. Cumprimento a excelente gestão dela à frente da SPM e a construção de uma expressiva liderança regional na América Latina e no Caribe, felicito ao Brasil e ao Presidente Lula pela excelente colaboradora que escolheu para responder à agenda política das mulheres.

Senhor Presidente é uma honra compartilhar esta solenidade com um líder mundial como Vossa Excelência, em nome do Sistema das Nações Unidas no Brasil, e, particularmente do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, quero cumprimentá-lo pelo seu compromisso com os direitos das mulheres, assim como ressaltar a importância do fortalecimento e da continuidade das demais Secretarias de Estado voltadas para a Igualdade Racial, a SEPIR e os Direitos Humanos, a SEDH.

As Nações Unidas querem felicitá-lo, Senhor Presidente, pela convicção e clareza com que o senhor tem definido como prioridade em sua gestão o combate à pobreza e às desigualdades sociais. Isto implica centrar as políticas na discriminação das mulheres, com particular ênfase nas mulheres negras e indígenas – sabemos que essas mulheres são a maioria entre as mais pobres, entre as trabalhadoras domésticas, entre os analfabetos e como o senhor sabe, gênero, raça e etnia são temas políticos, culturais, sociais e históricos.

O Brasil é um exemplo internacional no enfrentamento das discriminações e estamos convencidas de que estes são eixos estruturais da matriz da desigualdade social no país. A ONU definiu gênero e raça como uma das prioridades estratégicas para o Brasil e quero compartilhar com vocês que através do grupo interagencial de gênero e raça vamos implementar um projeto de apoio para os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e da Igualdade Racial. E nesse âmbito, eu gostaria de destacar o Observatório da Lei Maria da Penha e sobre isso cabe destacar que a Lei Maria da Penha com sua atualidade e abrangência é o resultado do acúmulo de luta dos movimentos de mulheres das feministas brasileiras. O fortalecimento da sociedade civil e das mulheres organizadas é crucial para que se garantam os direitos das mulheres, assim como é fundamental contar com organismos específicos em nível não só Federal, mas em cada estado em cada município para que garantam o acesso à saúde e à educação de qualidade, ao trabalho decente, a cidades seguras e a um meio ambiente saudável. O momento de avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é uma oportunidade única. O plano é um instrumento político de muita força e o será ainda mais quanto maior for a sua relevância como instrumento de planejamento governamental. Muito temos avançado, mas ainda temos um acúmulo de dívidas sociais que exigem ações conjuntas e para isso é preciso ouvir as vozes das mulheres.

A delegação brasileira, liderada pela Ministra Nilcéa, acaba de retornar da Conferência das Mulheres da América Latina e do Caribe, realizada em Quito, no Equador. O Consenso de

Quito tratou de alguma destas dívidas sociais, uma delas é a participação político-paritária das mulheres: a democracia no Brasil não pode se permitir ignorar mais da metade de sua população.

É necessário avançar nas transformações políticas e culturais, nas transformações que passam pelo exercício pleno dos direitos das mulheres como o direito sobre os seus próprios corpos. As mulheres do Brasil têm na Ministra Nilcéa, no Ministro da Saúde José Gomes Temporão, em Vossa Excelência e em diversas vozes do Governo, parceiros comprometidos com os direitos humanos. Este é um momento promissor para a construção da democracia, inclusive na América Latina, e o Brasil tem, sem dúvida, a capacidade de liderar esse processo. Muito temos avançado, mas desta 2ª Conferência Nacional que reúne mulheres brancas, negras, jovens, indígenas, lésbicas, rurais, urbanas, mulheres com deficiências, enfim, a diversidade da nossa América Latina que é mesmo a nossa riqueza e, por isso, queremos comemorar esta Conferência e comemorar o fato de o Brasil sediar a próxima Conferência Regional das Mulheres da América Latina e do Caribe.

Em nome do Sistema das Nações Unidas, eu cumprimento o Senhor Presidente, a Sra Ministra Nilcéa Freire e as demais autoridades aqui presentes, mas, sobretudo, a vocês mulheres brasileiras.

Carmen Helena Ferreira Foro. Representante da sociedade civil e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Boa noite, eu quero iniciar saudando as autoridades da mesa e na pessoa da Ministra Nilcéa Freire, todas as mulheres e autoridades nacionais e internacionais, na pessoa do Presidente Lula, todos os homens que compõem esta mesa: os Ministros, os Governadores e os demais. Em primeiro lugar, quero agradecer a confiança que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher depositou em mim, me escolhendo para participar desta abertura representando a sociedade civil, e eu espero poder atender ao anseio das que me elegeram e agradecer muito, porque sou uma mulher que veio do campo: uma cabocla amazônica, esta é a minha identidade.

Mesmo estando há tão pouco tempo no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, anteriormente ele não contava com uma representação de mulheres do campo, é para nós uma conquista muito importante e eu queria agradecer muito esta oportunidade. Desejo saudar as mulheres negras, minhas irmãs, as companheiras indígenas, saudar as companheiras trabalhadoras rurais, as companheiras trabalhadoras urbanas, queria saudar também as lésbicas que têm tido uma expressão importante no espaço das históricas feministas, provavelmente, devo ter esquecido algum setor, mas meu desejo é saudar a todas e, especialmente, as delegadas desta Conferência.

Eu gostaria de me reportar ao rico processo de construção desta Conferência Nacional que teve início nas conferências municipais e estaduais. Nos encontramos em vários lugares e em vários estados fazendo uma avaliação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, pudemos observar o grande envolvimento das mulheres em um processo democrático de participação e de proposição, processo este dotado de uma riqueza muito grande. Nesse debate, envolvemos mais de cento e noventa e cinco mil mulheres, e eu considero este um

momento muito importante para o Brasil, porque pela primeira vez na história, em 2004, nós realizamos uma Conferência e elaboramos um Plano Nacional.

Neste momento, estamos tendo a oportunidade de conhecer a implantação deste Plano e de enriquecê-lo com a palavra das mulheres. No processo de elaboração do segundo Plano Nacional teremos a oportunidade de avaliá-lo e de construir novos caminhos. Gostaria de fazer alguns registros importantes que significam avanços para o Brasil. Acho que a decisão política de criar a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, no início do Governo Lula, é uma posição acertada para que nós possamos enfrentar os problemas das desigualdades que ainda vivemos em nosso país; a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial também é uma decisão igualmente acertada. Nós temos que desatacar estas políticas e considerá-las como avanços importantes. Não posso deixar de registrar também, a importante vitória das mulheres deste país com a sanção da Lei Maria da Penha.

Sei que temos muitas outras conquistas e que vocês as conhecem todas, pois as acompanharam, mas eu queria fazer esse registro: o reconhecimento dos nossos avanços faz parte também da nossa luta, da nossa pressão positiva sob qualquer Governo. Ainda temos muitos desafios pela frente e com esta Conferência e os debates que tivemos, temos certeza de que caminhamos na direção correta.

Vou pontuar aqui três pontos que eu considero expressivos e importantes para pensarmos: as iniciativas feitas foram da maior importância, mas todas elas e as futuras deverão ser transformadas em políticas do Estado brasileiro, sem nenhuma dúvida este será o caminho, porque o Presidente Lula, o nosso Presidente, é o nosso Governante de plantão, mas o Estado brasileiro tem uma dívida muito grande com as mulheres e as políticas, precisam ser políticas de Estado. Esperamos que o próximo governante tenha o mesmo compromisso que tem tido esse governo. Em segundo lugar, nós entendemos que o orçamento para essas políticas é algo que precisa ser acrescido, não temos nenhuma dúvida de que é preciso fazer o investimento necessário para que as desigualdades entre homens e mulheres sejam coisas do passado na história do nosso país. Por último, um dos temas da Conferência Nacional de Política para as Mulheres é um antigo tema presente na nossa vida, está e continuará presente em nossos desejos: é a participação política; sem participação das mulheres nos espaços de poder demoraremos muito para que se possa ter um país democrático, com igualdade e com justiça social.

Para encerrar a minha fala, eu tenho a convicção de que Brasília inaugura hoje um momento muito importante; de hoje, 17 de agosto, até o dia 22, estão com a palavra as trabalhadoras e as mulheres desse país. Nós estamos mobilizadas porque é assim que nós conseguiremos avançar: mobilizadas, somamos mais de três mil mulheres nesta Conferência, e quando ela terminar, nos dias 20, 21 e 22, traremos o reforço de mais cinquenta mil mulheres rurais que virão a Brasília para apresentar suas reivindicações. De antemão, quero fazer um convite a todas vocês, sei que muitas que estão aqui já estão preparadas para ficarem na Marcha das Margaridas, mas reforço o convite para que juntas, caminhemos e marchemos para que esse país seja a nação que sonhamos, para que seja um país que contemple nossas reivindicações em sua visão de desenvolvimento. Um abraço companheiras, vamos à luta e vamos continuar mobilizadas!

Homenagem a Michelle Bachelet², Presidenta da República do Chile

O Presidente da República, Sr Luiz Inácio Lula da Silva, entrega placa em homenagem à Presidenta Michelle Bachelet à Sra Laura Albornoz, Ministra do Serviço Nacional da Mulher do Chile.

Nilcéa Freire. Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, nesse momento, eu peço permissão às demais autoridades presentes para cumprimentar, em primeiro lugar, as duas mil e oitocentas delegadas desta 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Desde o dia 7 de março, em Porto Velho, quando realizou-se a primeira conferência municipal deste processo, foram muitos quilômetros de estrada e muitas horas de discussão para chegarmos até aqui. Prezada Senhora Marisa Letícia, queridas companheiras: Marina, Marta, Dilma e Matilde, com as quais compartilho as dores e as alegrias dos caminhos percorridos para chegarmos ao lugar em que estamos hoje; estimados companheiros Ministros, vossa presença aqui tem um significado muito importante para nós: o compromisso do nosso Governo, de homens e mulheres, com a igualdade. Estimada companheira, Ministra do Serviço Nacional da Mulher do Chile, Laura Albornoz, é muito bom tê-la conosco e diga a Presidenta Michelle Bachelet que “nosotras, las mujeres brasileñas, estamos con ella”.

Querida Jaqueline Pitanguy, grata por aceitar o nosso convite para estar aqui conosco nesse dia, nós temos consciência de que foram muitas como você que traçaram os caminhos para que nós pudéssemos ter esse plenário lotado de mulheres conscientes do seu papel na sociedade brasileira.

Companheira Ana Falú, uma argentina que fala um portunhol maravilhoso representando aqui o Sistema ONU através de quem eu agradeço a todo o Sistema pela parceria e colaboração permanente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade em nosso país.

Companheira Carmen Foro, uma margarida que como tantas aqui que nos acompanham, fazem deste país um lugar melhor para se viver.

Querida Lúcia Stumpf, nossa Presidenta da UNE, sua coragem e sua juventude nos enchem de esperança em relação ao futuro das próximas gerações.

Senhoras e senhores, governadores, prefeitas e prefeitos, parlamentares presentes, parceiros das agências internacionais: nossa gratidão pela solidariedade e colaboração. Quero cumprimentar muito especialmente a um de nossos apoiadores e patrocinadores através da Maria Fernanda, Presidenta da Caixa Econômica Federal.

² Ver Anexo I

Querida Marília Goés, nossa delegada da Delegacia da Mulher do Amapá, esposa do Governador Waldez Góes, aqui presente; companheira Ministra Cândida Celeste da Silva, Ministra da Família e da Mulher de Angola; companheira Ministra Maria José Argaña, Ministra da Mulher do Paraguai; minhas queridas companheiras, e companheiros, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, grata pelo convívio e dedicação à causa da igualdade entre todas e todos em nosso país.

Vive dentro de mim uma cabocla velha de mau olhado, acorçada ao pé do borralho olhando e vendo que depois de três anos estamos aqui juntas para avaliar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e para discutirmos esta relação tão delicada entre mulheres e poder. Somos mais do que em 2004, e sabemos também um pouco mais sobre aquilo que deve e não deve ser feito para assegurar que mulheres sejam efetivamente iguais em direitos, tratamentos e oportunidades.

Vive dentro de mim a lavadeira do rio Vermelho, seu cheiro gostoso de água e sabão que sabe muito bem que foi preciso muita luta para que as mulheres pudessem estudar e para que as meninas de hoje pudessem pensar em ser igualmente professoras ou carpinteiras, motoristas ou enfermeiras, engenheiras ou produtoras rurais, e se querem ou não ser mães. Sabe também muito bem que tudo o que as mulheres conquistaram ainda não foi para todas e que por isso a responsabilidade das que estamos aqui agora é enorme e não podemos desperdiçar a oportunidade de estarmos juntas discutindo o Brasil e as nossas questões específicas com disputas menores, e que devemos valorizar a diversidade existente entre nós como elemento que nos aproxima e não que nos afasta.

Senhor Presidente, companheiras, e companheiros, nos últimos quatro anos o Brasil ficou menos desigual, mas o nosso passivo de desigualdades é colossal. Com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres pudemos avançar, sobretudo na compreensão do que são políticas públicas para as mulheres, e que estas beneficiam, ao contrário do que se possa imaginar, não só a elas, mas a toda a comunidade a sua volta. Pudemos avançar na compreensão de que os orçamentos e os gastos públicos serão mais eficientes e eficazes se levarem em consideração as necessidades específicas de mulheres e de homens. Transformamos ações isoladas em políticas públicas que cada vez mais se aproximam do formato de políticas de Estado, como é o caso da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos. Transformamos programas em estrutura, como é o caso da coordenação de Gênero e Raça do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com a imprescindível colaboração do Congresso Nacional pudemos fazer com que a Normativa Legal do nosso país ficasse um pouco menos discriminatória e fizesse justiça para as mulheres que vivem em situação de violência, com a aprovação da Lei Maria da Penha.

As mulheres, nestes anos, ampliaram sua autonomia com a instituição do programa Pró-Eqüidade de Gênero que vêm produzindo mudanças significativas no seio de empresas e

instituições como a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás, Furnas, Eletronorte e muitas outras.

O número de contratos e créditos no PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar – para as trabalhadoras rurais passou de R\$ 97.200 para R\$ 487.924, e o volume de recursos de R\$ 244.000,00 para R\$ 1.237.000,00.

Nestes últimos três anos, ampliou-se o número de secretarias, coordenadorias e assessorias da mulher em estados e municípios e pudemos, em parceria com esta rede de cento e cinquenta e cinco organismos, rede que vamos tecendo dia após dia, estabelecer um contato mais estreito com a realidade de cada região do país.

Este ano, no processo de preparação do Plano Plurianual 2008-2011, nós demos um salto importante que terá reflexo nos próximos quatro anos. Dentro de quatro objetivos estratégicos de Governo se inclui o seguinte objetivo: fortalecer a democracia com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Senhor Presidente, companheiras, e companheiros, nos últimos anos temos tido muito boas notícias: recebemos as recomendações do Comitê CEDAW que depois de examinar o VI Relatório Nacional Brasileiro e o informe competente preparado pelas organizações da sociedade civil reconhece, explicitamente, os esforços que o Governo Brasileiro vem empreendendo em prol da igualdade de gênero no país.

Aprovamos na Conferência Anual sobre a Mulher da América Latina e Caribe um conjunto de propostas para a nossa região em temas que nos são muito caros, como o trabalho doméstico e a participação das mulheres nos espaços de poder. A propósito, neste aspecto, a democracia brasileira esta em débito com as mulheres: a subrepresentação feminina nos espaços de poder empobrece a democracia e perpetua a desigualdade. A paridade é uma meta a alcançar e um desafio que nos colocamos nesta 2ª Conferência, citando uma das nossas homenageadas, a Presidenta Michelle Bachelet, ela diz: “Quando uma mulher ingressa na política, muda a mulher; quando muitas mulheres ingressam na política, muda a política.”

Por fim, Senhor Presidente, eu quero de público agradecer o seu compromisso pessoal com a nossa agenda e dizer que nada seria possível sem a colaboração permanente dos colegas de todos os ministérios e secretarias envolvidas na execução no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Senhor Presidente, companheiras, e companheiros, comecei esta fala citando Cora Coralina e finalizo ainda com ela dizendo: “Vive dentro de mim a mulher roceira, a trabalhadeira, a analfabeta, vive dentro de mim a mulher da vida, minha irmãzinha tão murmurada, todas as vidas dentro de mim, na minha vida, a vida mera das obscuras.”

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente do Brasil

Gente, Nilcéa, eu já participei de muitas manifestações no Brasil e no mundo, desde 1969 eu participo de muitas assembléias como esta, mas eu nunca participei de um ato com tantas mulheres juntas.

Se na terceira Conferência houver um crescimento proporcional demonstrado na segunda com relação à primeira, Brasília vai ter que fazer um Centro de Convenções cada vez maior, graças a Deus que é assim!

Minha querida companheira Nilcéa Freire, Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; minha querida companheira Marisa; companheira que falou representando a Sociedade Civil e nossa vice-presidenta da CUT, ela falou que até dia 23 as mulheres estarão mandando em Brasília, eu até queria participar desse agrupamento porque em casa Marisa manda em mim há trinta e três anos, e eu já aprendi.

Quero cumprimentar as senhoras embaixadoras creditadas junto ao Governo Brasileiro; quero cumprimentar a nossa Ministra Dilma Roussef, Ministra Chefe da Casa Civil; Márcia Bassit, Ministra interina da Saúde; a Marina Silva, do Meio Ambiente; a Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; a Marta Suplicy, do Turismo; quero cumprimentar, também, o nosso companheiro Fernando Haddad, Ministro da Educação; Orlando Silva, Ministro do Esporte; Guilherme Cassel; do Desenvolvimento Agrário; companheiro Luís Dulci; da Secretaria Geral da Presidência da República; e o companheiro Altemir Gregolim, da Secretaria Especial da Aqüi- cultura e Pesca.

Quero cumprimentar também a Sra Maria José Argaña, Ministra do Instituto de Mulher do Paraguai; a Sra Laura Albornoz, Ministra do Serviço Nacional da Mulher do Chile; quero cumprimentar a Sra Cândida da Silva, Ministra da Família da Mulher de Angola; o Governador Antônio Góes, Governador do Estado do Amapá e sua senhora Marília Góes. Quero cumprimentar a nossa querida companheira pernambucana Maria Fernanda, a Presidenta da Caixa Econômica Federal; quero cumprimentar a Sra Ana Falú, representante do UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher; quero cumprimentar a nossa querida companheira Jaqueline Pitanguy; a Sra Carmem Helena, que me deu uma colher de chá para eu poder falar que a Marisa é o que é. Quero cumprimentar a Lúcia Stumpf, da UNE, que está ficando sofisticada – olha o nome da nossa Presidenta Lúcia levante para todo o mundo poder te ver, você é a nova direção da UNE. Essa é a Sra Lúcia Stumpf, Presidenta da União Nacional dos Estudantes, vocês viram? Até a UNE que sempre teve homem na direção, agora tem uma mulher!

Ainda bem que vocês estão ficando muito fortes e tão organizadas depois que eu passei pela Presidência. Então, minhas queridas companheiras e delegadas da 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres; convidados aqui presentes; minha querida companheira Emília Fernandes, que no primeiro Governo foi também titular da Secretaria das Mulheres; minha querida Benedita da Silva, hoje Secretária de Política Social do Rio de Janeiro; minha querida Maria da Penha, se você soubesse como eu usei o seu nome na campanha! E tenho usado muito ainda! Eu tenho falado para os homens: falou feio para mulher, Lei Maria da Penha para você! Não tem jeito, tem que tratar com carinho. Queria fazer inveja para a Clara Charf: Clara, ontem à noite eu fui à casa do Apolônio visitar a

René; e para fazer mais inveja, fui jantar com a Dona Maria Amélia, mãe do Chico Buarque de Holanda, e com o Chico: colocamos nossa conversa em dia, e assumi um compromisso com a Dona Maria Amélia, daqui a três anos eu vou ao aniversário dela, ela completará 100 anos. Hoje está na moda completar 100 anos.

Quero cumprimentar as mulheres que estão aqui, as portadoras de deficiência, vocês sabem que temos cadeirantes aqui na frente! Hoje eu participei de um ato extraordinário que foi um ato com os atletas Para-panamericanos lá no Rio de Janeiro. Se emoção matasse, eu teria morrido do coração porque o que aqueles meninos e meninas estão fazendo no Para-panamericano sem que nenhuma empresa privada colocasse um real! A Caixa Econômica financiou todo o Para-panamericano.

Bem, vocês todas vão ficar até segunda-feira. Eu estou dizendo isso porque tem um monte de companheiras que me entregou um documento, tem um monte de companheiras que vem do estado e fala o seguinte: – O Lula, faz tempo que eu não converso com você e queria tirar um retratinho e tal... Eu sei, que é importante, mas veja, eu estou com um problema e tenho que sair daqui correndo para pegar um vôo. Nilcéa, eu quero ver se na segunda-feira dou uma passada por aqui, sabe? Para poder conversar um pouco porque eu não acho justo as pessoas virem dos vinte e sete estados da Federação, trabalharam, viajaram... E depois a gente vem aqui e nem cumprimenta vocês eu quero ver se eu fico aqui umas horinhas com vocês para ouvir as reclamações que vocês têm para fazer e que, muitas vezes, por respeito, não querem fazer publicamente, mas no pé da orelha vão dizer: – Ô Lula, precisa cuidar melhor da gente...

Então, vamos lá, no início do nosso segundo mandato, tomamos a decisão de aprofundar as políticas que dizem respeito à promoção de igualdade de gênero e raça. Esta é uma caminhada repleta de desafios, mas menos árdua, porque não seguimos sozinhos. Estamos caminhando e trabalhando juntos, como demonstra esta 2ª Conferência Nacional que chega aqui com a força acumulada de 200 mil vozes femininas agregadas ao longo da estrada que compôs as conferências municipais e estaduais. Vocês deram continuidade, com mais ardor e com eficiente brilhantismo à I Conferência, realizada em julho de 2004, e da qual tive a honra de participar. Aquela histórica I Conferência gerou bons frutos, o principal deles foi o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que propiciou inúmeras conquistas em diferentes dimensões da vida das mulheres: na saúde, na educação, no enfrentamento à violência. Este Plano não é um plano apenas das mulheres, nem da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é um plano de Governo para o qual todos os Ministérios precisam contribuir direta e indiretamente.

Mas, ele tampouco é só um Plano de Governo, nosso objetivo é que ele se torne uma ação do Estado Democrático Brasileiro. Sei, e vocês todas também sabem, o muito que ainda precisa ser feito, mas precisamos lembrar sempre do tanto que nós já caminhamos e de tudo o que conquistamos. A participação e a intensa mobilização de todas vocês garantiram avanços importantes. Avanços estes, reconhecidos pelo Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres da ONU, por ocasião da prestação de contas periódicas do Estado brasileiro junto ao Comitê CEDAW.

Muito do reconhecimento internacional ao Brasil se deve à Lei Maria da Penha que teve a honra de sancionar e aqui, agora, completa um ano de vida. Aproveito a oportunidade para reafirmar o meu compromisso com a plena implementação desta Lei, essa é uma Lei que nós temos que garantir funcione perfeitamente bem. E reafirmo, este compromisso, fazendo um importante anúncio, estamos lançando neste momento o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Agora, você, minha querida, que veio aqui na frente falar e reclamar do orçamento escute o que é o Pacto pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres que nós estamos lançando! Vamos investir quase um bilhão de reais até 2010 na prevenção da violência contra as mulheres: na prevenção, proteção e garantia daquelas que a vivenciaram e no combate à impunidade dos agressores. Depois, é importante que durante esta Conferência, vocês conversem com a Sra Maria da Penha, porque essa mulher que quase foi morta esperou longos 19 anos até que se fizesse justiça e eu acho que ninguém precisa esperar 19 anos para ver feita a justiça, sobretudo quando se é vítima de violência.

Este Pacto, Pacto Nacional coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, reúne ações, esforços e recursos dos Ministérios da Educação, da Justiça, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, da Cultura e do Desenvolvimento Social e das Secretarias Especiais dos Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Também recebe recursos das nossas empresas públicas que precisam colocar a mão no bolso para ajudar as urgentes políticas que nós precisamos elaborar e vemos implantadas para melhorar e dar garantia às mulheres brasileiras. Não tenho dúvidas de que outros parceiros virão: o Poder Legislativo, Poder Judiciário, o Ministério Público, os Governos Estaduais e Municipais, as Organizações Não-governamentais e outros parceiros porque esta é uma causa não só das mulheres, é uma questão que tem que ser assumida por toda a sociedade brasileira.

Estes recursos serão investidos em várias ações a serem desenvolvidas em parcerias com estados, municípios, Legislativo e Judiciário entre as quais quero destacar algumas: primeiro, a criação do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha; fortalecimento da Rede de Atendimento às Vítimas da Violência, com a criação de novas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias Públicas da Mulher e Casas Abrigo, além do re-aparelhamento das unidades existentes: o atendimento às mulheres em situação de violência nos centros de referência e de assistência social, centros que serão ampliados dos atuais dois mil para três mil em todo o país, até o final deste ano. A instalação do Observatório da Lei Maria da Penha, para monitorar as eventuais dificuldades na aplicação da lei e a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra mulher voltada ao público escolar e à sociedade em geral, com destaque para aquelas destinadas à população rural.

Quero ressaltar, que será dada uma atenção especial à definição de metas específicas para o desenvolvimento de políticas direcionadas às mulheres negras, em função da situação de dupla discriminação a que estão submetidas em virtude de sua maior vulnerabilidade social. Minhas amigas e minhas amigas, hoje, eu não vou dizer meus amigos, mas minhas amigas e minhas amigas. As grandes obras que um governante pode deixar para seu povo não são feitas apenas de asfalto ou de concreto. Um país não é moderno e desenvolvido apenas

porque sua economia cresce e sim porque o crescimento é para todos, sem exclusão e sem a perpetuação de desigualdades históricas, sem preconceito de gênero, raça ou de qualquer outro. Um país onde também quando estado e sociedade estabelecem relações francas, formam uma parceria produtiva rumo a um objetivo comum, juntos, estado e sociedade civil estamos avançando na construção de um país mais justo e menos desigual. Volto a parabenizar a mobilização de todas vocês sem a qual, talvez, não chegássemos a tantas conquistas.

Este extraordinário espírito de resistência, criatividade e dedicação das mulheres não é novidade para mim, seja como presidente, seja como cidadão, marido, pai e avô. Não preciso, e acho que nenhum homem deste país precisa, recorrer aos livros de História do Brasil para encontrar exemplo de mulheres fortes e batalhadoras. Conheci ao longo da minha vida mulheres extraordinárias em todas as classes, regiões do país e nos movimentos sociais. Tenho especial admiração pelas heroínas anônimas deste país: mulheres que chefiam sozinhas quinze milhões de lares brasileiros, mulheres que trabalham duro e que se multiplicam em muitas para criarem seus filhos e fazerem deles cidadãos de bem, mas que, infelizmente, ainda sofrem discriminação, violência doméstica, ainda ganham menos do que os homens, ainda ocupam cargos aquém da sua inteligência e capacidade, ainda não têm a representação política que merecem. Daí, a importância desta Conferência, que tem como tema central a discussão sobre Mulheres e Espaços de Poder, o nosso governo, a sociedade e todas as forças democráticas do país esperam muito, mas muito trabalho de vocês. O resultado que vocês vão obter aqui contribuirá para resgatar a dívida histórica do Brasil para com as mulheres. Estamos no caminho, vamos em frente.

Eu queria, minhas companheiras e companheiros, agora vou falar aos companheiros também, eu queria dizer para vocês uma coisa: nós estamos no caminho da construção do fortalecimento das instituições democráticas deste país. Não apenas no Brasil, é só olhar o que aconteceu em toda América Latina. Houve uma mudança substancial na qualidade das pessoas que estão sendo eleitas. Nem todos pensam da mesma forma, seja pela direita ou pela esquerda, de qualquer forma, houve um avanço ideológico extraordinário. Nós acabamos de ver a Michelle Bachelet falando em imaginar que no Chile que durante tanto tempo foi governado por Pinochet, uma mulher que foi vítima dele, virar Presidenta da República, isso é uma obra e uma conquista da democracia. Agora, nós temos Cristina Kirchner disputando a eleição na Argentina. Nós temos, nos Estados Unidos a Hillary Clinton que esta disputando as eleições, também no Paraguai tem uma Ministra da Educação que é candidata à eleição e eu espero que aqui no Brasil também. Isto não é de graça não, isto é uma conquista, isso não é assim: bater palma e achar que conquistou, não... Isto é muita organização política, isso é quebrar a casca do ovo e dizer que nós insistimos, mais do que insistimos, nós queremos, mais do que queremos, nós merecemos.

E mais do que queremos e merecemos, vamos conquistar o direito de governar os países do mundo, as cidades, até porque vocês são a maioria, agora é importante lembrar que as coisas não são medidas por maioria e minoria apenas, porque uma maioria não organizada não é maioria, é massa de manobra. Uma maioria tem que ser organizada, politizada e não ter medo de fazer as coisas que nós precisamos fazer, e quero dizer para vocês que eu tenho força e orgulho de sobra para acreditar na força das mulheres. Primeiro porque vocês sabem

a referência que a minha mãe significou na minha vida e o orgulho que tenho dela, segundo, porque vocês sabem o significado e o papel que a minha companheira, Marisa, tem na minha vida, nesses trinta e três anos de casamento. Eu acho que tenho tentado fazer um processo de educação, não sei se está certo, companheira Nilcéa, mas ontem fui inaugurar umas escolas e eu tentava passar para as meninas a importância de elas terem uma profissão, E eu dizia para elas que se elas tiverem uma profissão e independência econômica, essa é a maior liberdade que elas podem conquistar no planeta. Porque se uma mulher não tiver uma profissão, fica dependente do marido. Seja ele bom ou ruim, ela fica aturando desaforo, ouvindo coisas que não precisa ouvir, mas se ela for a mulher que tem uma profissão e o marido chegar em casa e empinar o nariz ela empina dois narizes para ele. É aí que ela demonstra a liberdade que conseguiu, mas mesmo assim, nós sabemos que essa questão da inferiorização é uma coisa cultural milenar: está cheio de gente de classe média, de mulheres com profissão definida, que muitas vezes são violentadas pelos maridos e que não o denunciam por vergonha. Nós sabemos o quê acontece em muitos lares de “gente de bem” neste país que ainda não tem coragem de denunciar. Então, não é só uma questão de ter ou não profissão, mas ela é um começo extraordinário. A mulher não precisar do salário do marido é uma coisa extraordinária para o orgulho próprio e também para ele, porque ele gasta menos do dele. Mas é extraordinária a relação que se cria quando as pessoas têm a sua independência.

Eu queria terminar, Sra Nilcéa, aproveitando que a Sra Marisa está aqui, e ela não gosta que eu fale disso, ainda mais porquê ela está preocupada com o horário, mas eu queria contar uma coisa: eu acho que mesmo para as companheiras de outros partidos políticos, o PT foi uma coisa importante, mesmo na minha vida. Quando eu me casei com a Sra Marisa, eu era peão metalúrgico e era mais grosseiro mesmo, aí começou esse tal de PT e começou essa tal da CUT, as mulheres se movimentaram pelo Brasil afora. Às vezes, eu chegava em casa lá pelas onze horas da noite e a Sra Marisa vinha para colocar a comida para mim, eu achava ótimo, sabe? Aí, um dia, ela começou a participar das reuniões das mulheres do PT e foi uma de vocês que a orientou, aí eu chegava em casa tarde, amorzinho tem comida? Ela dizia, esta no fogão, vai lá esquentar. E eu ia, se todas as mulheres fizessem isso, seria um processo de aprendizado porque está cheio de homem que só entra no banheiro para tomar banho e fica – Amorzinho! Amorzinho, a toalha, amorzinho! Ora, eu acho que ainda estamos longe de conquistar a sabedoria necessária para fazer a maioria valer como maioria, não é em um passe de mágica, temos muito trabalho pela frente, muita perseverança e a necessidade de não transformar a luta das mulheres em uma luta rancorosa, com raiva. A luta das mulheres tem que ser uma luta tranqüila, com a cara bonita, com a cara boa, com a cara alegre, porque a gente vai conquistar os espaços. No mais, eu estou falando tudo isso para a Dilma e a turma de mulheres que trabalha com ela ficar mais tranqüila na hora das reuniões. No mais, eu quero dizer para vocês gente que Deus abençoe todas vocês, boa sorte nesse encontro e até a próxima segunda-feira, um abraço!

Aprovação do Regulamento da 2ª CNPM e dos Princípios do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Componentes da mesa

Coordenadora: Teresa Sousa, Secretária-adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Coordenadora da 2ª CNPM.

Moderadora: Nilza Iraci, integrante da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, conselheira do CNDM e membro da Comissão Organizadora da 2ª CNPM.

Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora Municipal da Mulher de Belo Horizonte e representante do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres na Comissão Organizadora da 2ª CNPM; Nalú Faria, Marcha Mundial de Mulheres, conselheira do CNDM e integrante da Comissão Organizadora da 2ª CNPM; Maria Elisabete Pereira, Diretora de Programas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Regulamento

Capítulo I - Da finalidade

Art. 1º – Este regulamento tem por finalidade definir as normas de funcionamento da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), convocada por Decreto Presidencial de 17 de janeiro de 2007, e instituída pelo Regimento Interno publicado pela Portaria nº 01 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), de 26 de janeiro de 2007.

Capítulo II – Da organização

Art. 2º – A 2ª CNPM, que será realizada no período de 17 a 20 de agosto de 2007, em Brasília/DF, será coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e presidida pela ministra da SPM e, na sua ausência ou impedimento eventual, pela sua Secretária-Adjunta.

Art. 3º – A coordenação das atividades durante os quatro dias da Conferência estará a cargo da Comissão Organizadora Nacional, composta pela Presidenta do CNDM e titular da SPM, por quatro integrantes do CNDM, da sociedade civil, por quatro representantes da SPM e por representante do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OGPM).

Capítulo III – Do credenciamento

Art. 4º – Serão credenciadas/os como delegadas/os natas/os as/os integrantes titulares e suplentes do CNDM.

Art. 5º – Serão credenciadas/os como delegadas/os todas/os as/os delegadas/os eleitas/os nas Conferências Estaduais que tenham participado das Conferências Municipais e/ou regionais, conforme Regimento Interno, e encaminhadas/os pelas Comissões Organizadoras Estaduais, de acordo com o seguinte calendário:

Dia 17/8 – credenciamento nos hotéis das 10h às 20h

Dia 18/8 – credenciamento no Centro de Convenções das 8h às 15h

Dia 18/8 – credenciamento de suplentes, sem carta, das 15h às 16h.

Parágrafo único – As/os delegadas/os suplentes que trouxeram cartas assinadas pela Comissão Organizadora Estadual farão seu credenciamento nos mesmos locais, dias e horários das delegadas titulares.

Art. 6º – O credenciamento das/os delegadas/os do DF e das/os delegadas/os governamentais se dará no seguinte calendário:

Dia 17/8 – credenciamento no Centro de Convenções das 10h às 15h; Dia 18/8 – credenciamento no Centro de Convenções das 8h às 15h;

Dia 18/8 – credenciamento de suplentes no Centro de Convenções das 15h às 16h.

Parágrafo único - Serão credenciadas/os as/os delegadas/os governamentais que constem das listas encaminhadas pelos respectivos Ministérios, conforme Regimento Interno.

Art. 7º – No ato do credenciamento as/os delegadas/os deverão apresentar documento de identidade ou equivalente.

Capítulo IV – Do funcionamento

Art. 8º – A realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres terá a seguinte programação:

a) Solenidade de Abertura;

b) Plenária de Abertura;

c) Painéis;

d) Grupos de Trabalho;

e) Plenária Final.

Parágrafo único – As plenárias e os painéis serão gravados com vistas à publicação dos Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

Capítulo V – Da plenária de abertura

Art. 9º – A Plenária de Abertura terá como função aprovar o Regulamento da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, e reafirmar os Princípios do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, assim como deliberar sobre eventuais recursos.

Art. 10 – Participam da Plenária as/os delegadas/os com direito a voz e voto e as/os convidadas/os com direito a voz.

Art 11 – A sessão plenária de abertura da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres será coordenada por mesa constituída por integrantes da Comissão Organizadora Nacional ou por pessoas por ela indicadas, com o seguinte encaminhamento:

- a) A mesa deverá encaminhar para aprovação o Regulamento Interno da 2ª CNPM e os princípios do PNPM;
- b) No momento da votação, a mesa deverá considerar aprovada a proposta por contraste do plenário, devendo ter consenso da mesa. Se não houver consenso, se procederá à contagem dos votos.

Capítulo VI – Dos painéis

Art. 12 – Nos termos do seu Regimento, a 2ª CNPM terá como temário:

- I. Análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM e avaliação das ações e políticas propostas no PNPM, sua execução e impacto;
- II. Participação das mulheres nos espaços de poder.

Art. 13 – O temário da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será abordado em três painéis, cuja composição será indicada pela Comissão Organizadora Nacional, apreciada e aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Capítulo VII – Dos grupos de trabalho

Art. 14 – Os Grupos de trabalho se reunirão para debater no dia 18 o Plano Nacional de Políticas para Mulheres e definir recomendações, e no dia 19 a participação das mulheres nos espaços de poder e definir recomendações a serem apreciadas na Plenária Final.

Art. 15 – Os Grupos de trabalho, em número de 20, serão assim constituídos:

- I. Delegadas/os com direito a voz e voto e convidadas/os com direito a voz em número de até 150 (cento e cinquenta) pessoas por grupo;
- II. As/os delegadas/os serão distribuídas/os em todos os grupos, por meio da numeração constante do crachá que será recebido no credenciamento;
- III. Por duas coordenadoras, sendo uma indicada pela Comissão Organizadora Nacional e outra indicada pelo grupo, com as funções de coordenar as discussões, controlar o tempo e estimular a participação;
- IV. Por duas relatoras, sendo uma indicada pela Comissão Organizadora Nacional e outra indicada pelo grupo, que serão responsáveis pelo relatório do grupo.

Art 16 – As/os delegadas/os nos grupos de trabalho deverão debater e deliberar, tendo por base o relatório consolidado pela Comissão Temática e de Relatoria, as propostas e recomendações emanadas das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, na perspectiva dos princípios aprovados na Plenária de abertura:

- I. Serão consideradas aprovadas e levadas à Plenária Final as propostas que obtiverem no mínimo 30% dos votos das/os delegadas/os presentes nos grupos;

II. Estarão disponíveis nos grupos os relatórios de todas as Conferências Estaduais e do Distrito Federal, para eventuais consultas.

Art 17 – As recomendações aprovadas nos grupos de trabalho, depois de sistematizadas, deverão ser entregues à Comissão Temática e de Relatoria pelas/os relatoras/es dos grupos até as 20:30h do dia 18/08 para o PNPM e até as 20:30h do dia 19 para Mulheres nos espaços de poder.

Capítulo VIII – Da plenária final e relatório final

Art. 18 – A Plenária Final deverá debater e votar as recomendações oriundas dos grupos de trabalho e as moções apresentadas.

Art. 19 – Participação na Plenária final:

a) Participam da plenária final as/os delegadas/os com direito a voz e voto b) As/os convidadas/os com direito a voz.

Art. 20 - A sessão plenária final da 2ª CNPM será coordenada por uma mesa constituída por integrantes da Comissão Organizadora Nacional ou pessoas por ela indicadas;

I. A mesa deverá informar ao plenário o número final de delegadas/os;

II. A mesa deverá encaminhar para aprovação o relatório consolidado com as recomendações aprovadas nos grupos de trabalho;

III. A mesa deverá considerar aprovada a proposta no momento das votações por contraste do plenário, devendo ter consenso da mesa. Se não tiver consenso, se procederá a contagem dos votos.

Art.21 – A sistemática dos trabalhos da Plenária Final da 2ª CNPM se dará da seguinte forma:

I. Apreciação do relatório consolidado com as recomendações aprovadas nos grupos de trabalho; II. Apreciação das moções.

Art.22 – A apreciação das recomendações se dará da seguinte forma:

I. Caberá ao plenário a aprovação das recomendações encaminhadas para votação, sendo aprovadas por maioria simples dos votos das/os delegadas/os presentes mediante levantamento do crachá.

II. As recomendações que obtiverem aprovação em 70% do total dos grupos de trabalho serão consideradas aprovadas pela Conferência, mediante referendo do plenário.

III. As recomendações aprovadas em 1 (um) ou mais grupos serão deliberadas em plenário, desde que não contrariem as recomendações já aprovadas por referendo, por meio do seguinte encaminhamento:

a) As recomendações apresentadas em plenário e não destacadas serão consideradas aprovadas;

b) As recomendações destacadas terão uma intervenção a favor e uma intervenção contra, com o tempo máximo de 3 (três) minutos cada. Caso o plenário não se sinta devidamente esclarecido, será aberta uma nova rodada de intervenções, sendo uma a favor e outra contra, por igual tempo;

c) Após a discussão, serão submetidas à votação no plenário e aprovadas por maioria simples dos votos das/os delegadas/os presentes.

Art. 23 – As moções serão apresentadas exclusivamente por delegadas/os, devendo ser de âmbito ou repercussão nacional e devem ser encaminhadas, por escrito, à Secretaria da 2ª CNPM, até às 19h do dia 19 de agosto.

I. Cada moção deverá ser assinada por, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de delegadas/os.

II. A Comissão Temática e de Relatoria organizará as moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por tema.

III. O processo de votação das moções terá o seguinte encaminhamento:

a) As moções serão apreciadas após a votação das recomendações vindas dos grupos. As moções serão lidas pela coordenação da mesa e as que não tiverem destaques do plenário serão votadas em bloco.

b) As demais serão submetidas à discussão em plenário e votadas, sendo aprovadas por maioria simples.

c) Em caso de divergência, haverá uma intervenção a favor e uma contra, com o tempo máximo de 3 (três) minutos cada. Caso o Plenário não se sinta devidamente esclarecido, será aberta uma nova rodada de intervenções, uma a favor e outra contra, por igual tempo.

Art. 24 – A redação do Relatório Final, a cargo da Comissão Temática e de Relatoria, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, será elaborada em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Art. 25 – O Relatório Final será referendado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), antes de sua divulgação.

Capítulo IX – Disposições gerais

Art. 26 – Será assegurado pelas mesas das plenárias, o direito a manifestações “PELA ORDEM” das/os delegadas/os, sempre que quaisquer dos dispositivos deste regulamento não estiverem sendo observados.

I. Questões de Ordem e de Encaminhamento não serão permitidas durante o regime de votação.

Art. 27 – Serão conferidos certificados de participação da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres a todas/os as/os participantes, especificando a condição de participação na Conferência.

Art. 28 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora Nacional.

Alteração no Regulamento aprovadas pelo Plenário

Artigo 23, inciso I fica com a seguinte redação:

Cada moção deverá se assinada por, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de delgadas/os.

Princípios do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres aprovados em bloco pelo Plenário da 2ª CNPM:

- 1) Igualdade e respeito à diversidade;
- 2) Equidade;
- 3) Autonomia das mulheres;
- 4) Laicidade do Estado;
- 5) Universalidade das políticas;
- 6) Justiça social;
- 7) Transparência dos atos públicos;
- 8) Participação e controle social.

Painel 1 – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: balanço e perspectivas

Componentes da mesa

Lia Zanotta, Professora Doutora da Universidade de Brasília, integrante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e conselheira do CNDM – A sociedade civil e a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – O PNPM: sua implementação, avanços e limites.

Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente – Mulheres e sustentabilidade: uma agenda de futuro.

Luiz Dulci, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República – O PNPM como resultado da participação da sociedade e como instrumento de controle social.

Moderadora: Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

Coordenadora: Schuma Schumacher, integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Comissão Organizadora da 2ª CNPM e do CNDM.

Schuma Schumacher

Este é o primeiro painel desta Conferência e nele vamos tratar do balanço e das perspectivas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, nele teremos a participação do Governo Federal e da sociedade civil e estes serão os subsídios para as discussões que acontecerão nos grupos de trabalho.

Lia Zanotta

Eu queria agradecer a confiança da Ministra Nilcéa e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher que na sua última reunião propôs que nós estivéssemos aqui para, junto a todas vocês, pensarmos a implementação do Plano, do ponto de vista da sociedade civil. Falar em nome da sociedade civil é impossível a não ser que a gente diga: é uma voz dentre essas múltiplas vozes que nós somos, uma sociedade civil organizada. Como disse o Presidente Lula em seu discurso de ontem, somos a maioria, mas nós para fazermos alguma coisa precisamos ser uma maioria organizada. Estamos aqui, nós, vozes de mulheres, sabendo que muitas outras mulheres queriam estar conosco e não estão, mas cabe a nós a responsabilidade de representá-las. Então, o que eu acho fundamental de dizer nesses 15 minutos é, em primeiro lugar, nós conseguimos, hoje, estarmos aqui, 2.800 delegadas, a quem eu cumprimento a todas, conseguimos ter aqui nessa Conferência além da presença da Ministra da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres a importância dos Ministros Dulci e da Ministra Matilde, da Ministra Marina e ontem tivemos outros ministros presentes, ou seja: nós estamos aqui realizando simbolicamente o diálogo que nós, mulheres, desde os anos 70 sempre propusemos: reivindicamos nossos direitos, mas

saibamos que nós precisamos de políticas de Estado. E para termos políticas de Estado nós faremos reivindicações diante de todos os governos.

Acredito aqui na importância da voz, de uma voz, da voz de uma delegada para representar a sociedade civil e do quanto ela ganhou desde quando, nos anos 80, implementamos os primeiros Conselhos de Direitos das Mulheres em nível estadual e federal, depois dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. As delegacias especializadas em todo país e nós ganhamos nos anos 2000, o que não ganhamos? Ganhamos a realização de Conferências Estaduais, Municipais e Nacionais, ganhamos uma secretaria especializada com status de Ministério. Do Conselho de 1985, nós passamos para uma Secretaria junto ao Ministério da Justiça e temos agora uma Secretaria própria, portanto, este diálogo nós precisamos continuar, porque nós precisamos políticas de Estado, participando pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no Comitê de Planejamento do Plano Nacional, a sensação que eu tenho é de que nós fizemos representantes da Secretaria de Políticas das Mulheres, representantes de cada um dos Ministérios que ali teve acesso, uma tarefa hercúlea, mas, ainda, absolutamente frágil! Por quê? Porque nós ainda temos que a questão das mulheres é vista em geral fora da administração do eixo central do Estado; então nós temos hoje uma cunha dentro, como diz o relatório de implementação do Comitê de Planejamento, nós temos que saber, que nós somos uma cunha ainda em uma tarefa gigantesca e hercúlea, mas ainda muito frágil.

Fazer com que os Planos Plurianuais, os orçamentos, incorporem as nossas políticas públicas, com que leve em conta a desigualdade entre homens e mulheres; nós precisamos ainda, introduzir passo-a-passo. Nós conseguimos uma primeira forma de fazer um planejamento, nós sentamos e discutimos, mas nós precisamos mais do que isso. Esse primeiro plano foi realizado a custo de muito sacrifício, porque o Plano Plurianual já tinha sido feito pelo Governo Federal, havia, portanto, que se adaptar, que se adequar o Plano já realizado, e sem um orçamento de gênero, sem os nossos objetivos dentro do Plano.

Hoje, nós estamos em um segundo momento: conseguimos de novo através dessa mesma cunha da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, mas com isso eu não estou querendo dizer que nós não tenhamos avanços, eu quero primeiramente dizer que nós temos um grande avanço – este foi o primeiro Plano de Políticas Públicas para as Mulheres que se cumpre e a isso nós devemos. Existe este diálogo absolutamente fecundo entre uma política de Estado e a sociedade civil, mas, falta e é isso que nós precisamos cada vez mais conseguir colocar como nosso objetivo. O quarto objetivo, também, por nossa iniciativa, nossa, eu digo, desse lugar das mulheres, desse lugar que é a Secretaria de Políticas das Mulheres, introduzir no quarto objetivo do Governo a expressão “combater a desigualdade” e para combatê-la é necessária a plena igualdade de gênero e de raça nesse país.

As mulheres não têm que ser protegidas porque são mulheres, nem as diferentes raças porque não são raças brancas, nós temos sim que introduzir a igualdade porque se vocês olharem na nossa história, o Código Penal e o Código Civil jamais foram igualitários. A igualdade é abstrata e universal.

Algumas questões dentro do plano são basicamente a violência contra as mulheres. A violência contra as mulheres nos anos 70 “não existia”. Por quê que ela não existia? Porque

ela vinha de códigos coloniais e imperiais que nos diziam que cabe ao homem castigar a sua mulher fisicamente; ele pode matar a mulher que o trai. Estava escrito, está ainda nas mentes e nos corações. Então, o que de novo nós temos? Um grande ganho que o Plano nos trouxe foi junto, com a sociedade civil, estabelecer a Lei Maria da Penha. Essa Lei que para ser implementada precisa do apoio da sociedade civil em todos os pontos deste país. Nós temos uma necessidade de desfazer o que está nas mentes e nos corações, não só dos homens que fazem esta violência, mas dos juizes e das juízas que infelizmente julgam estes casos. Essa não é uma questão privada, nós precisamos, portanto, de uma conversa contínua, nós precisamos e aí eu peço, fundamentalmente, que nós aplaudamos todos aqueles que neste Governo atenderam as vozes das mulheres e introduziram a gestão de gênero nos seus Ministérios e nos seus orçamentos. Este é um primeiro passo, mas ainda frágil.

É inegável que tivemos grandes ganhos. Nos anos 80, tivemos o “SOS violência contra a mulher”, composto somente por feministas; em um segundo momento com o Estado e em um terceiro momento, 20 anos depois, esta questão ainda é frágil. Este Plano precisa ser considerado uma tarefa, ele precisa chegar a todos os planos federais, estaduais e municipais. Nós precisamos, para chegar a cada municípios do país, que as nossas organizações se multipliquem, bem como os conselhos e as coordenadorias estaduais.

Nos anos 2000, esta questão está marcada pelo diálogo, de forma que temos fazer crescer nossas instituições, com esse caráter de conversa com a sociedade civil. Contemplar a reivindicação de informe e contra informe, avance e limite, nós temos que fazer isso em todos os lugares, e antes da construção dos orçamentos, porque nós temos, por exemplo, a nossa política de saúde, nós temos grandes ganhos, os direitos reprodutivos e sexuais, os direitos da saúde da mulher estão dentro do Plano. O que falta é a implementação total, nós precisamos de um SUS mais forte, nós precisamos que o atendimento chegue a todos os lugares, nós precisamos de uma contracepção eficiente e que alcance as mulheres de todos os municípios. Se a contracepção não chega lá na ponta porque faltam médicos, que se ponham médicos ou que coloquem outros profissionais de saúde que possam trabalhar com a contracepção, porque não é possível que ainda haja municípios que não recebem essa instrução básica de saúde e que é contemplada no Plano Nacional.

Precisamos igualmente de uma política de combate à mortalidade materna, que continua altíssima, cerca de 74 mulheres em cem mil nascimentos, nos países desenvolvidos é de 6 a 10 – nós precisamos chegar lá! Os pactos nacional, estadual e municipal muitas vezes não são assinados ou efetivados, nós precisamos de uma federação unida a favor das mulheres, pois sem isso, sem a nossa mobilização, nada vai acontecer; sem o estado mobilizado, nada vai acontecer. A dívida que o Estado brasileiro tem com a desigualdade de raça, a desigualdade das mulheres, é enorme. A dívida que ele tem com os direitos humanos; a dívida que ele tem com os direitos de orientação sexual são imensos; a dívida que ele tem com a diversidade das mulheres, nos mais diferentes situações, como as mulheres ribeirinhas, as mulheres caboclas, as indígenas, as quilombolas; com as jovens, com as idosas e com as deficientes, é enorme. Se a gente não explicitar que para além da igualdade que nós temos que construir através da explicitação e da demonstração de que há uma desigualdade, não adianta apenas o princípio abstrato da igualdade.

Nós precisamos de ações, uma a uma, e precisamos de recursos, eu estou no Comitê do Plano como sociedade civil, participando ali, mas conseguimos apenas que 26 % dos recursos aplicados sejam informados. As metas estão lá, mas ainda falta muito! Só 26%, nós precisamos para exercer o controle social por parte da sociedade civil, saber quanto de recursos são aplicados em gênero nos orçamentos. Não falamos só dos gastos com mulheres, mas em orçamento de gênero, que signifique um passo importante para terminar com as desigualdades entre homens e mulheres: ações específicas pra diminuir a desigualdade.

A sociedade civil um importante interlocutor e tem sido um grande parceiro do Estado, em diferentes governos. A questão da saúde, por exemplo, nela, o feminismo colaborou muito: nos anos 80 com o Plano de Saúde Integral à Mulher; nós precisamos, agora, de aliados mais fortes, nós precisamos de um desenvolvimento de ambientes sustentável que defenda os direitos da cidadania e os direitos das mulheres. Tenho certeza que a Ministra Marina Silva fará isso. Para a Ministra Matilde a questão basicamente das mulheres negras é fundamental – se pensarmos em educação realmente inclusiva, não sexista, nós precisamos de uma legislação como nós temos para a questão da violência, para configurarmos realmente uma quebra, um rompimento com a grande armadilha que existe contra as mulheres: a defesa de uma harmonia familiar que não quer ver os direitos individuais das mulheres e que permite, em nome da harmonia familiar, matar as mulheres em nome dessa mesma harmonia familiar, que permite a moralidade única que não quer ver a diversidade e a escolha, que deixa morrer ainda por mortalidade materna e mulheres que morrem em consequência do aborto clandestino – nós precisamos mudar a legislação imediatamente! É necessária essa mudança já! Então, queremos que as mulheres rurais, as mulheres trabalhadoras, as mulheres urbanas tenham igualdade e autonomia de trabalho. Serviços de creches e que o SUS chegue nas áreas rurais.

No Conselho Nacional de Direitos da Mulher, conversamos muito sobre a autonomia das mulheres, a igualdade no trabalho, a questão da previdência social, tudo isso é fundamental! Precisamos rever nossa posição e é fundamental pensarmos, também, que a política econômica precisa, para chegar à igualdade, pensar em uma forma mais distributiva, em uma forma que integre, de fato, as mulheres.

Ontem, lutamos contra a ditadura, hoje, lutamos por mais democracia. Queremos políticas para as mulheres, queremos políticas para o país inteiro. Como disse a Carmen Foro, temos que pensar em um maior orçamento para as mulheres, para as suas políticas específicas e um maior crescimento econômico que chegue a todas as cidadãs e cidadãos brasileiros. É também a tarefa nossa pensar em mudar o mundo do trabalho, gerando uma maior igualdade no mundo do trabalho; temos muitas questões e eu gostaria de dizer que é por aí que nós temos hoje a condição de discutir, avaliar, propor e solidificar aquilo que ainda é frágil, mas que é fundamental – o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Nilcéa Freire

Bom-dia. Em primeiro lugar eu queria tranquilizar as delegadas de todos os estados em que eu compareci nas conferências estaduais dizendo que eu juro que não vou fazer a mesma

fala. Eu fiz essa fala 17 vezes e nem eu mesma agüento mais ouvi-la, então, eu vou tentar mudar um pouquinho a fala que eu fiz nas conferências estaduais.

Antes de começar eu queria cumprimentar todas as vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais, senadoras que estão aqui presentes, através de uma senadora que está aqui desde ontem, ela é delegada, e ela fica ali quietinha, a nossa Senadora Fátima Cleide, de Rondônia, e nós temos a maior alegria que vocês estejam aqui conosco, nossas parlamentares porque a gente sabe como custa para vocês atuarem no espaço que vocês estão e qual foi o custo de chegar aonde vocês chegaram. Temos muito orgulho de todas vocês e que bom que vocês estão aqui conosco. Desde o início dessa discussão e ontem mesmo na minha fala eu coloquei uma questão sobre a qual eu acho que é preciso que nós tenhamos muita clareza. Nós estamos fazendo uma Conferência para avaliar um Plano que tem, na verdade, dois anos e meio de implementação. Ele foi lançado, ele ficou pronto depois da Conferência de 2004, em julho, foi lançado em dezembro de 2004, e começou sua implementação em janeiro de 2005. Sob qualquer critério técnico de planejamento, de avaliação, de monitoramento nós estaríamos fazendo uma coisa errada porque não há possibilidade de se avaliar, por exemplo, o impacto de uma política com esse período de implementação, sobretudo em um país com a complexidade do ponto de vista da nossa estrutura política administrativa e as relações entre os poderes e entre as diferentes esferas do Estado brasileiro.

Quando nós, lá atrás, na Conferência de 2004 tomamos a decisão consciente de fazermos uma Conferência a cada três anos nós já sabíamos disso, portanto, nós sabíamos que o que nós estaríamos fazendo agora iria ser uma avaliação de processo. Eu acho que é com esse olhar que nós temos que fazer a avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, portanto, nós estamos avaliando um processo e ainda temos que tomar a decisão que tomaremos ao final da Conferência se nós trabalhamos o produto que sairá dessa Conferência como um Plano realizado e continuará se chamando Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, versão revisada, ou se chamaremos de II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Isso pode parecer um detalhe, mas isso define uma visão, isso define uma perspectiva. Por que isso é importante? Porque em primeiro lugar para falar do ponto de vista dos avanços que nós podemos obter através do Plano eu queria dizer que o primeiro avanço, concordando com a Lia, foi a estruturação do Plano, a própria estruturação do Plano. Quando nós estávamos trabalhando para a montagem do Plano nós tínhamos muitas dúvidas porque era uma absoluta novidade montar um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e muitas dessas dúvidas estavam colocadas no próprio conteúdo do Plano, porque a nossa Conferência ela estabeleceu princípios e diretrizes e nós tínhamos a partir dos princípios e diretrizes muitas diretrizes que se confundiam já com propostas de ação. Nós tínhamos que a partir dos princípios e diretrizes escolher aquilo que era cabível dentro de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. No eixo, por exemplo, da Educação, nós definimos que o eixo seria Educação inclusiva e não-sexista, como não reproduzir no âmbito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres apenas um conjunto de programas, projetos e ações que eram da obrigação, da competência de execução do Ministério da Educação, a mesma coisa na área da Saúde, na área da Justiça, da Cidadania. Por quê? Porque o nosso Plano não pode ser, e esse é um olhar que temos que fazer sobre ele, a reunião das políticas setoriais que já são executadas nos Ministérios correspondentes. O que o nosso Plano tem que ser? Ele tem que ser um aporte da visão das mulheres sobre as

políticas a serem executadas pelos outros Ministérios. Eu acho que em parte nós conseguimos isso, em parte não, e, portanto é o momento de olhar, debruçar no plano e ir re-definindo, corrigindo os seus rumos. A outra questão que é importantíssima, quando nós estávamos fazendo o Plano e fizemos a nossa Conferência e vamos nos lembrar que aqui nós somos 2.800 delegadas da sociedade civil, dos governos municipais, dos governos estaduais e do governo federal, existe uma proporção de delegadas governamentais, delegadas da sociedade civil e de cada esfera de governo. Na primeira Conferência nós deliberamos e de certa maneira nós nos remetemos a uma perspectiva de termos um Plano Nacional que praticamente era um Plano do Governo Federal. Isso evidentemente tem um limite porque na medida em que o Plano, muito embora tenha ações que tenham que ser executadas porque são atribuições de estados e municípios, ele tem uma cara só de Governo Federal, ele remete pouco ao pacto federativo. Portanto, eu acho que um limite do Plano é esse, e agora na revisão nós temos que explicitar que para que o Plano chegue a cada mulher desse país. Ele precisa ser em primeiro lugar “estadualizado”. Em muitas conferências estaduais houve esse compromisso e a natureza processual dessa conferência se expressa muito nessa questão, 10 estados, ou seja, 10 governos estaduais durante o processo das conferências estaduais assinaram o compromisso de implementação do Plano. Nós só tínhamos 14 estados antes do processo da Conferência, agora mais 10, então já estamos com 24 estados da Federação que assinaram o compromisso. Isso significa que estamos criando melhores condições para “estadualizar” o Plano e de “municipalizar” o Plano, ou seja, “capilarizar” o plano em todo o país. É preciso que a gente tenha consciência de que isso também é um limite.

A outra questão é com relação àquelas ações e àqueles programas que dizem respeito aos outros poderes. Notadamente a questão da violência contra a mulher, sem que nós garantamos o acesso pleno à justiça para as mulheres brasileiras não há possibilidade de que a Lei Maria da Penha seja cumprida. E não são os executivos, nem o executivo federal, nem o executivo estadual e nem o executivo municipal que podem por si só garantir o acesso à Justiça. O judiciário tem que se tornar mais permeável às mulheres. O judiciário tem que entender que eles, sobretudo têm que cumprir a lei. Nós sabemos das resistências que existem no âmbito dos judiciários estaduais para cumprir a lei naquilo que diz respeito à instalação dos Juizados Especializados na Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Alguns juízes chegando a questionar a constitucionalidade da lei, no entanto, não houve até hoje, um ano depois da lei, nenhuma ação direta de inconstitucionalidade sobre a Lei Maria da Penha, portanto, não adianta falar, quem quiser questionar a constitucionalidade da lei faça uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, remeta ao STF e ele julgará. Enquanto isso a lei é para ser cumprida por todo mundo, então, é importante saber disso. Aliás, a Ministra Ellen Gracie que só não estava aqui ontem porque estava em um compromisso de viagem fora, já disse em uma reunião que nós fizemos com o Conselho Nacional de Justiça e com o Judiciário de todo o país que a Lei Maria da Penha em sua interpretação não tem nenhuma falha do ponto de vista da sua constitucionalidade. Essa é a palavra da Presidenta do STF. Eu confio e que assim seja. Então, esse também é um limite importante.

A Lia citou uma questão que eu queria agora pontuar que é um outro limite apresentado no nosso Plano. Nós fizemos uma Conferência, um ano depois que o Plano Plurianual (PPA)

do Governo Federal foi elaborado, votado pelo Congresso Nacional e da mesma maneira nos governos estaduais, portanto, quando nós fizemos o Plano, nós tivemos que fazer um ajuste. Esse ajuste assim meio apertado para colocar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres dentro de um PPA já pronto, que já tinha definido suas prioridades em cada Ministério. A primeira coisa que a gente fez foi fazer uma leitura completa do PPA, naquilo que coincidia a prioridade do Plano e a prioridade que já estava presente no PPA tudo bem, onde não, houve conflito e muitas vezes até dificuldade do ponto de vista formal de encaixar. Agora nós estamos trabalhando com outro timing e isso é muito importante, termos uma Conferência acontecendo enquanto estamos elaborando o Plano Plurianual, tanto no Governo Federal, como nos Governos Estaduais. No Plano Plurianual do Governo Federal, as deliberações, portanto, da Conferência passada já foram incorporadas. De que maneira? Primeiro, naquilo que eu citei ontem que foi a inclusão de um objetivo que é o objetivo quatro, dos dez objetivos estratégicos de governo, da igualdade de gênero e raça, como objetivo geral estratégico de governo, igualdade de gênero, raça e etnia. Isso está posto como prioridade, portanto os objetivos gerais estratégicos são aqueles que orientam a ação de cada ministério, orientam a ação setorial.

O Conselho Nacional de Direitos da Mulher e a Secretaria, nós discutimos e encaminhamos para cada um dos Ministérios que têm ações no plano e alguns que não têm como, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente que já incorporou e que não tinha ação direta, explícita nesse Plano, mas vai ter no próximo. Nós encaminhamos sugestões de objetivos setoriais para cada um desses Ministérios para que figure no PPA de cada um desses Ministérios uma prioridade relativa às mulheres. Isso tem sido acatado quando não figura em um objetivo é incluído num objetivo já existente, e isso faz com que o novo PPA tenha uma cara mais próxima daquilo que à gente quer: um planejamento e um orçamento de gênero no nosso país. Vamos avançando inclusive na metodologia para fazermos isso. Está aqui a nossa querida Lourdes Bandeira que fez uma primeira leitura do PPA passado, sob a ótica de gênero e a gente já vai encomendar para ela fazer uma do PPA novo. Uma coisa importante é que no texto descritivo do PPA nós tenhamos colocado, por exemplo, o seguinte texto que vai ser a publicação do PPA e que vai ser encaminhada ao Congresso Nacional e que certamente vai ser aprovado desse jeitinho, não é Senadora Fátima?

A transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas baseia-se na idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências e responsabilização dos agentes públicos quanto à superação das assimetrias nas distintas esferas de governo. As políticas serão realmente eficazes e efetivas se for considerado seu impacto diferenciado na vida de homens e mulheres e se em sua execução possibilitarem a distribuição igualitária dos seus benefícios para toda a sociedade. O fortalecimento democrático de uma nação também não admite qualquer discriminação a pessoas com deficiência, a pessoas com diferentes orientações sexuais, aos jovens, aos idosos, aos migrantes, ou a qualquer grupo social. Além disso, é importante que a atuação do Estado seja baseada em princípios de transparência e controle social de modo a propiciar maior efetividade em suas políticas. Portanto, nós avançamos nesse Plano Plurianual nesse aspecto e pelo que eu vi nas conferências estaduais estamos também avançando do ponto de vista de incidirmos nos Planos Plurianuais Estaduais. Lembrando que depois da Conferência, da nossa e das estaduais, os planos irão para o Congresso e para as Assembleias Legislativas Estaduais,

portanto, podemos continuar incidindo no plano do legislativo para que os PPAs sejam absolutamente sincronizados e combinados com o nosso Plano.

O Presidente ontem anunciou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A importância do Pacto não é só pelo seu conteúdo e nem só pelo volume de recursos que foi anunciado, ele traz uma questão que a gente andou debatendo pelos jornais na última semana. Ele traz uma questão extremamente importante: nos sentamos, diferentes Ministérios, e isso agora a gente vai fazer para o Plano inteirinho depois que terminar essa Conferência. Por determinação do Presidente todas as políticas sociais de governo têm que ter exatamente esta cara e este formato: cada política tem que explicitar qual é a contribuição de cada área envolvida e qual é a sua contribuição orçamentária e financeira. Então, quando vocês o receberem, o Pacto será publicado daqui a um ou dois dias, se a gente tiver chance vamos rodar para distribuir aqui na Conferência, vocês vão ver na tabela de alocação de recursos vai estar lá, vou ler aqui rapidamente: Valor Total do Pacto: um bilhão de reais, vou dar um exemplo para não ler toda a tabela. Uma das áreas de atuação do Pacto: promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, aliás, quero parabenizar a delegação de Mato Grosso do Sul que trouxe duas companheiras do regime semi-aberto para participarem da nossa Conferência. Então, promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Neste item nós temos os recursos de dois milhões da própria Secretaria de Políticas das Mulheres que é a mais pobrinha, e temos noventa milhões, e mais três milhões do Ministério da Justiça através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Então vai estar tudo explicado assim, então a gente vai saber exatamente qual é o orçamento total que o Governo como um todo está gastando com as mulheres. Do Ministério da Saúde tem aqui uma lista, do Ministério do Desenvolvimento Social, então este um bilhão é composto pelo orçamento de diferentes Ministérios para efetivar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. E esta é a perspectiva que nós temos que ter na composição agora dos recursos para o nosso Plano Nacional revisado em todos os seus capítulos.

Por último eu queria fazer um comentário sobre o controle social. Quando a gente estava defendendo o relatório brasileiro no Comitê pela Eliminação de toda Discriminação contra a Mulher, o comitê que faz o acompanhamento da convenção CEDAW, a convenção pela eliminação de toda discriminação contra a mulher, a gente falava controle social e o tradutor não sabia como traduzir esse conceito “controle social”, porque essa expressão é difícil. Ele falava monitoramento e eu dizia: não é a mesma coisa, tem que separar: monitoramento é uma coisa, controle social é outra. A gente entende que monitoramento é um sistema com instrumentos, planejamentos definidos que o Estado, os governos devem e têm a obrigação de fazer em todas as políticas, evidentemente com o auxílio da sociedade. Agora, controle social quem faz é a sociedade. É o controle a partir da perspectiva da sociedade daquilo que vem sendo implementado, e daquilo que é o seu direito reivindicar. Eu acho que a gente tem que ter atenção nisso e o Ministro Dulci vai falar um pouco nessa perspectiva. Tem uma política nesse país que com todos os seus revezes, com todas as dificuldades, com a necessidade de aperfeiçoamento que existe a cada ano que é o Sistema Único de Saúde e pela minha origem, sou médica, eu digo: é a política mais revolucionária que esse país já teve do ponto de vista da universalidade e da equidade. Nós vamos avançando sempre com o SUS, agora eu digo: tenho certeza que a gente só tem o SUS até hoje, e o SUS só avança porque é uma das questões neste país onde se estruturou melhor o

controle social. Então, não tem conversa! Qualquer ameaça ao SUS a sociedade rapidamente se organiza porque essa é a conquista de uma política universal que trabalha com a equidade e foi uma conquista muito importante para a sociedade brasileira, então, nossas políticas também serão apropriadas pelos municípios e pelos estados, e se transformarão em políticas de Estado da mesma forma se nós competentemente estabelecermos redes e mecanismos de controle social que permitam que nós avancemos cada vez mais.

Eu quero dizer que do ponto de vista da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do nosso governo, do Governo do Presidente Lula, nós temos clareza de que só foi possível fazer aquilo que nós consideramos um avanço porque houve uma relação absolutamente respeitosa e solidária com a sociedade civil, com o movimento organizado de mulheres, com o movimento feminista, porque, a despeito de qualquer divergência que nós tenhamos tido em qualquer momento, sempre podemos discuti-las de maneira respeitosa e solidária. Muito obrigada!

Marina Silva

Companheiros e companheiras, eu quero cumprimentar de um modo muito especial aos meus parceiros e parceiras de mesa. Vou pedir licença para falar sentada por causa das minhas limitações visuais, senão não consigo ver o meu roteiro. Eu quero cumprimentar nossa ministra Nilcéa Freire, o nosso companheiro Luís Dulci, a nossa companheira Matilde, nossa companheira moderadora e cumprimentar a Professora Lia Zanotta. Eu gostaria de começar dizendo que pra mim é um motivo de satisfação e de imensa gratidão a Deus poder estar aqui nessa

Conferência, com cerca de três mil mulheres, para discutir as questões voltadas para a política das mulheres. Fico muito feliz de que vocês estejam discutindo a possibilidade de incluir como eixo do Plano da Secretaria a atividade das mulheres e a questão da sustentabilidade ambiental. Considero profundamente importante que as mulheres possam estar envolvidas com essa questão na medida em que estamos vivendo uma das maiores crises já enfrentada pela humanidade: a crise ambiental global que estamos vivendo.

Mulheres e Sustentabilidade: uma Política do Futuro como tema proposto é muito pertinente, embora eu diria que não haverá futuro se não iniciarmos essa política no presente. Temos que pensar uma política para o nosso país e as mulheres são fundamentais nessa luta e têm que dar a sua parcela de contribuição para que o planeta continue sendo a nossa casa comum que abriga a vida. Este é um compromisso ético com as gerações que ainda não nasceram. É muito fácil defender os direitos daqueles que estão aqui, difícil é lutar pelos direitos daqueles que ainda não nasceram, e com certeza os nossos filhos, os nossos netos, os nossos bisnetos merecem ter água potável, merecem ter terra fértil, merecem ter ar puro, merecem ter os mesmos serviços ambientais da biodiversidade que nós recebemos. Gosto muito do provérbio do africano que diz: a terra não é uma herança dos nossos pais e avós para nós, a terra é um empréstimo que os nossos filhos, netos e bisnetos fizeram para a nossa geração, e quando a gente toma algo emprestado de alguém, é bom que a gente devolva nas mesmas condições, ou ainda em melhores condições. É por isso que durante esses quatro anos e oito meses, à frente da pasta do Meio Ambiente, temos

trabalhado muito fortemente para que a idéia da sustentabilidade se constitua em uma política não apenas no setor ambiental, mas uma política de todos os setores do governo e segmentos da sociedade.

A política ambiental do país está estabelecida em quatro eixos estruturantes: controle e participação social, entendendo o controle e a participação social não apenas como forma de legitimar aquilo que nós estamos fazendo, mas como a forma efetiva de participar na implementação, e na correção das políticas, como se referiu a ministra Nilcéa. Outra diretriz é o desenvolvimento sustentável. É impossível um país com as riquezas do nosso contrastar essas riquezas com milhões e milhões de pessoas que ainda vivem com um dólar por dia. Graças a Deus e a muito trabalho, no governo do presidente Lula tivemos uma redução da pobreza em algo em torno de 19,4%, mas nós queremos que o crescimento, a inclusão social e a geração de emprego se dêem a partir de um desenvolvimento sustentável; considerando a equação em que desenvolvimento e sustentabilidade econômica seja igual a sustentabilidade ambiental nos nossos projetos de desenvolvimento. Um outro aspecto importante é o eixo fortalecimento nacional de meio ambiente, a ministra Nilcéa falava há pouco que uma das políticas mais universais é a política de saúde, por quê? Porque nós criamos um Sistema Único de Saúde que tem seus problemas e as suas dificuldades, mas que é um sistema horizontalizado e com um forte controle social. É por isso que as políticas estão sendo aperfeiçoadas cada vez mais, porque tem uma forte participação da sociedade.

Criar um sistema nacional de meio ambiente para que possamos atravessar esse século debatendo esse grande dilema da nossa geração e das que virão: como fazer com que os recursos naturais que são finitos possam ser tratados da mesma forma que as outras políticas? Nós achamos inadmissível alguém dizer que se deve cortar os orçamentos da saúde, da educação ou de outras políticas. Nós temos que da mesma forma nos manifestarmos e termos a igual compreensão para a política ambiental.

A última diretriz é a da política ambiental integrada ou transversal, e essa nos é muito cara, e o que nós estamos fazendo aqui é um exercício dessa transversalidade. Por que essas quatro diretrizes? Porque a gente não se reúne para fazer coisas simplesmente? Fazer coisas é muito fácil, todo mundo faz, e às vezes fazer coisas pode nos deixar um pouco confusos, misturados, um puxa para aqui o outro para acolá. A gente se reúne, em primeiro lugar, em torno de princípios, em torno de projetos, em torno de uma visão de mundo; com uma visão de mundo e com princípios éticos e duradouros nós podemos fazer alianças pontuais em cima de conjunturas que às vezes são passageiras, e em cima de princípios também fica mais fácil a gente dirimir as nossas diferenças sem que isso signifique a diluição delas.

Eu não acredito em projetos que homogenizam as diferenças, e não significa também a diluição dos sonhos, as pessoas são portadoras de sonhos, esses sonhos tem que ser levados em consideração, quando eu digo que isso deve nos unir em cima desses princípios é exatamente para que saibamos que aquilo na mesma direção civilizatória. Então, minhas companheiras e companheiros, que, aliás, são poucos aqui representados, nosso querido ministro Luís Dulci, temos que pensar em uma política de sustentabilidade da qual as mulheres possam efetivamente participar.

Devemos olhar, principalmente, para o que aconteceu durante o processo civilizatório, eu sempre digo que o processo civilizatório caminhou “manco” até bem pouco tempo, nós estamos tentando diminuir a diferença das duas pernas civilizatórias, a perna do masculino e a perna do feminino, mas em menos de 50 ou 60 anos, nós as mulheres tomamos todas as ferramentas do modo masculino de pensar, e aprendemos como utilizar essas ferramentas. Durante milhares e milhares de anos nós fomos tratadas como incapazes, incapazes até de cuidarmos de nós mesmas, éramos tuteladas, em poucos anos nós chegamos aonde chegamos graças a uma coisa que é inegável: todos os seres humanos são iguais, o que nos falta são as iguais oportunidades, então pensar uma política de sustentabilidade é, sobretudo, sermos capazes de imaginar a sustentabilidade em todas as suas diferentes dimensões. Existe uma dimensão da sustentabilidade que é a econômica, de podermos desenvolver nossos projetos econômicos a partir de uma visão de equidade, que seja capaz de distribuir riquezas para que todas as pessoas para que elas possam desenvolver todas as suas potencialidades. Existe outra dimensão da sustentabilidade que é a sustentabilidade social para que possamos fazer com que se tenham processos horizontalizados, nos quais a saúde, a educação, o acesso à informação, o entretenimento cheguem para as pessoas dos mais diferentes segmentos. Existe uma dimensão da sustentabilidade que é a dimensão cultural. Um projeto econômico e social que não é capaz de respeitar a diversidade cultural não é sustentável do ponto de vista cultural, a sustentabilidade cultural é fundamental para que continuemos tendo uma riqueza de projetos, a riqueza imensa que o Brasil tem, o Brasil tem 280 povos, que falam mais de 200 línguas, essa é uma dimensão cultural fantástica. Quando os portugueses chegaram aqui eram cinco milhões de índios, hoje são 700 mil, nós eliminamos um milhão de pessoas a cada século.

Nós precisamos aprender que o crescimento não se faz na igualdade, olhando para o espelho, o crescimento se faz na troca, então, a dimensão da sustentabilidade cultural é fundamental e ainda existem outras dimensões, e eu considero essas duas as mais importantes, porque as demais dependem delas, uma é a sustentabilidade política, não teríamos esse plenário aqui se não tivéssemos sustentação política para que se criasse uma Secretaria da Mulher, não teríamos como ter esse momento aqui se a sociedade brasileira, principalmente a luta das mulheres, não tivesse conquistado os espaços de políticas públicas, que como a Nilcéa e a Professora Lia disseram, ainda são iniciais; nós estamos apenas no começo.

A sustentabilidade política é importante, e vindo para a minha área de atuação, o que fez com que os projetos mais importantes para a proteção da mata atlântica, a Lei da Mata Atlântica, ficasse tramitando durante 15 anos no Congresso Nacional? A falta de sustentabilidade política. Não adianta dizermos que a culpa é dos senadores que não votaram a lei, nós, a sociedade, temos a responsabilidade sobre o futuro que nós queremos construir agora. A sustentabilidade política é fundamental, porque defender meio ambiente no ambiente dos outros é muito fácil, difícil é defender meio ambiente no ambiente da gente, na nossa fazenda, no nosso roçado, dentro da nossa casa, na nossa empresa, dentro da nossa redação, dentro do nosso jornal. É por isso, companheiros e companheiras que essa dimensão política é importante, muitas vezes eu ouço as pessoas dizerem: a ministra Marina foi novamente derrotada, mas vamos fazer um balanço no futuro será que é uma derrota de uma pessoa? Ou é uma derrota civilizatória? Se nós não conseguirmos estancar o desmatamento da Amazônia, não é uma derrota de uma pessoa, de um partido ou de um

segmento, e nesse caso, da questão ambiental, ela tem que estar inserida em todos os partidos. Tudo o que nós conseguimos até agora foi juntando os glóbulos brancos e vermelhos de todos os partidos para criar mecanismos de defesa, para aprovar a Lei da Mata Atlântica, para aprovar a Lei De Gestão de Florestas Públicas, e recentemente o instituto Chico Mendes. Sem essa compreensão a gente não vai muito longe.

A última dimensão da sustentabilidade é a dimensão ética. O professor Cristóvão Buarque diz que boa parte das respostas técnicas para os problemas nós já temos, o que nos falta é o devido compromisso ético, e é um compromisso ético para termos políticas públicas transversais para as mulheres, e se o compromisso ético for levado a sério nós haveremos de achar as respostas técnicas com uma visão sustentabilista para o nosso país inclui, necessariamente, o olhar do feminino. Frei Leonardo Boff chama a isso de olhar do cuidado, a ética é um compromisso que vai fazer com que os governos e as potências que hegemonizam belicamente o planeta sejam obrigadas a repensar suas economias carbonizadas.

As mulheres têm um papel fundamental nessa luta, porque afinal de contas, pelo menos da minha parte, eu identifico nas mulheres uma tendência bem maior para a negociação, em oposição à visão de que a gente tem que ganhar tudo na disputa, eu identifico nas mulheres uma capacidade muito grande, uma visão do cuidado, um cuidado que não seja imediatista, e, principalmente, com a dimensão do sonho. Nós estamos começando a ir por um caminho que está tirando a coisa mais bela da juventude – o sonho. A juventude, hoje, está repleta da idéia de que nós temos que ser o tempo todo pragmáticos. Se nós conseguimos derrotar a ditadura e construir a democracia é porque a juventude sonhadora não era tão pragmática e realista que não imaginasse que era possível transformar o país.

Vamos mudar a realidade de um planeta febril que se aquece a cada instante, mulheres e homens desse planeta, é porque nós não temos que temos nos curvar à realidade que diz que para crescer tem que destruir os recursos naturais. É possível fazer com que a equação econômica seja igual a sustentabilidade ambiental. Eu acredito nisso e tenho absoluta certeza de que o meu país já começa a dar os primeiros passos: diminuimos o desmatamento da Amazônia em 51% nos últimos três anos, e há uma previsão de queda do desmatamento para mais 30%, agora, em 2007. E como conseguimos isso? Graças ao empenho da sociedade, graças ao constrangimento ético causado pela sociedade, que vem desde a época do assassinato do Chico Mendes. As pessoas dizem que querem ver a Amazônia protegida e para isso o Presidente Lula criou o programa de combate ao desmatamento, só para dar um número pra vocês, 1.500 empresas tiveram que ser fechadas, 66 mil propriedades inibidas, mais de 600 pessoas presas, 1 milhão de metros cúbicos apreendidos, isso dá para encher a rodovia Presidente Dutra inteira de caminhão de madeira, e a aplicação de 3 bilhões em multas, vocês podem dizer então, pôxa Marina, então, beleza. Não, é apenas o começo. Nós não podemos baixar a guarda e eu fico feliz, e faço um apelo, minha querida amiga Nilcéa Freire, para que saia dessa Conferência, minha querida amiga Nilcéa Freire, o eixo da sustentabilidade ambiental na dimensão política, ética, econômica e social, para que a gente possa ajudar esse planeta a continuar a ser nossa casa comum. Muito obrigada e um beijo no coração de vocês!

Luís Dulci

Bom dia a todas as companheiras e alguns, como eu, companheiros aqui presentes. Eu queria cumprimentar em particular a Shuma, a Matilde, a Nilcéa, a Marina e a Lia. Eu estava comentando aqui que falar depois da Marina é um privilégio e uma inibição enorme porque pelo que eu vi já foram tomadas aqui duas deliberações. Duas, Nilcéa, não só uma. Eu quero dizer que estou de acordo com as duas: uma é a de incluir a questão ambiental como eixo do Plano de Políticas para as Mulheres; a outra é de incidir democraticamente sobre quem vai ser candidata à sucessão do Presidente Lula. É uma opinião pessoal minha, evidentemente. Depois, cumprimentar na pessoa da minha amiga, companheira de lutas de Educação, Senadora Fátima Cleide, todas as parlamentares que estão aqui, as minhas colegas da Secretaria-Geral da Presidência, a Adriana e a Marina que estão aqui como delegadas desta Conferência. Para mim é uma alegria muito grande estar aqui de novo, eu estive na I Conferência a convite, participando, e também por iniciativa minha acompanhando um pouco os debates, estar aqui de novo nessa 2ª Conferência é uma alegria. Alegria maior ainda nós tivemos quando foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com status de Ministério que, naturalmente, foi um passo muito importante na linha de transformar as políticas para as mulheres em política de Estado. Não existem políticas de Estado permanentes sem estruturas permanentes de Estado que possam coordenar a execução dessas políticas, então foi uma conquista extraordinária, naquele momento. Enfim, depois de ouvir várias mulheres lúcidas e corajosas eu quero só acrescentar aqui algumas idéias-força do nosso Governo sobre o sentido estrutural e estratégico da participação popular na transformação do país. Não tenho nenhuma pretensão acadêmica, são idéias que pretendo compartilhar com vocês e sublinhar no nosso debate coletivo e os trabalhos de vocês depois nos grupos.

A primeira questão sobre a qual eu queria falar, e pode parecer óbvia, mas não é, é a relação entre forma e conteúdo. Ou seja, entre participação social e políticas públicas porque há na própria esquerda muita gente que acha que a participação social é alguma coisa que pode vir por acréscimo; que o fundamental é o conteúdo e que a participação social é uma coisa justa e respeitável, mas pode vir por acréscimo, não é uma coisa imprescindível. O nosso Governo tem essa convicção, e todas vocês têm certamente, de que é justamente o contrário. Mesmo que no final dessa Conferência as decisões que vocês tomarem forem às mesmas que poderiam ser tomadas por um grupo de técnicos ou de técnicas em um gabinete, mesmo que fosse igualzinho, redigido da mesma maneira, o resultado político, social e civilizatório seria completamente diferente, porque na ação política social forma é conteúdo. Resultado é processo. Processo é resultado. Se a forma não for democrática e participativa não adianta as conclusões serem avançadas e progressistas porque elas não terão sido obtidas por um processo avançado e progressista e na primeira esquina os adversários das transformações vão conseguir derrubá-las. Eu estou dizendo com palavras mais pobres o que a Marina falou aqui de forma muito melhor sobre a questão da sustentabilidade política e social.

Então, para um governo de transformação como o nosso que tem avanços maiores, menores, tem seus erros também porque é a primeira vez que as esquerdas chegam à direção do Estado Nacional pela via democrática no Brasil de forma que esse aprendizado tem erros e acertos, mas, para nós, a participação social é tão importante quanto o resultado

do processo. Sem participação social não vai haver transformação efetiva e duradoura. Às vezes a gente participa de debates em alguns lugares e têm companheiros e companheiras que dizem: bem, nós esperávamos que fosse desnecessário pressionar um governo liderado pela esquerda. Na verdade, é o contrário! É justamente porque em um governo liderado pela esquerda e que tem vontade política de fazer que a mobilização social onde a pressão social é mais necessária do que se fosse um governo de direita, porque as forças conservadoras no Brasil, obviamente, não deixaram de existir. O fato de terem perdido democraticamente as eleições não tirou dessas forças conservadoras os seus tremendos aparatos de poder em todos os níveis, econômicos, de comunicação. Se não houver mobilização social na rua, o Governo, mesmo tendo vontade de fazer, muitas vezes não consegue. Se não houvesse, como vai acontecer dia 21 e 22 a Marcha das Margaridas trazendo dezenas de milhares de trabalhadoras rurais à Brasília para cobrar uma pauta para os trabalhadores rurais que leve em conta de maneira estrutural às trabalhadoras, não haveria negociação. Historicamente, nós tínhamos a negociação geral do Grito da Terra, importante, necessária e que gerou conquistas muito importantes, entre elas o financiamento da agricultura familiar que passou em quatro anos no Governo do Presidente Lula de 2 bilhões e meio para 12 bilhões de reais. É uma verdadeira revolução econômica e política na agricultura familiar brasileira, mas a pauta das mulheres não entraria com a força que está entrando nas negociações com o Governo se não houvesse a Marcha das Margaridas. Isso não é apenas uma coisa subjetiva e vocês sabem disso melhor do que eu. Os movimentos permitem também que a gente vá além das lutas reivindicatórias. Nós, sobretudo aqueles e aquelas que nos formamos politicamente resistindo à ditadura e lutando pela sua superação, criamos muita desconfiança em relação ao Estado, porque o Estado que nós conhecemos na primeira juventude era um Estado repressor, cooptador, burocrático, verticalista, mas os movimentos sociais, as mobilizações sociais, permitem que as pessoas superem também essa visão meramente reivindicatória perante o Estado.

O saudoso Paulo Freire dizia o seguinte: as classes populares não querem saber apenas o que já sabem ainda que seja muito importante para constituir sua identidade valorizar o saber que elas possuem fruto da sua própria experiência de vida. Ele dizia: as classes populares querem também se apropriar do saber sobre o Estado que foi privatizado pelas elites dominantes ao longo de séculos porque as classes populares não querem passar os próximos cinco séculos apenas cobrando do Governo dos outros, determinadas reivindicações pontuais. As classes populares vieram lutando para se capacitar para dirigir o Estado brasileiro, esse foi o sentido da nossa caminhada e continua sendo. Daí a importância da participação porque de que forma, de que outra forma as classes populares poderiam conhecer melhor o Estado, saber como ele funciona, quais são as suas possibilidades, os seus limites, como transformá-lo, como ampliar os seus limites se não for através de um processo de transformação inclusive nas decisões do Estado que são as políticas públicas em última instância. A questão da participação social não é apenas uma coisa simpática, respeitosa, porque muitas pessoas demandam participar do processo não. É que não há processo de socialização da política e se não há processo de socialização da política a perspectiva de construir historicamente o socialismo democrático o nosso país também não existirá, se não houver processos cada vez mais vigorosos e amplos de participação social. São coisas que vocês certamente conhecem melhor do que eu, mas elas precisam ser ditas, porque a direita brasileira desqualifica a participação social como se fosse apenas uma forma de arregimentação partidária. Eles têm muito medo da participação

social, pois sabem que mais do que a eleição deste ou daquele presidente a socialização da política é o que garante de modo irreversível as conquistas históricas da maioria do povo. Outra dimensão dessa mesma questão.

Fala-se muito em governabilidade política e é claro que em um sistema de democracia representativa que nós não queremos abolir, ao contrário, que nós queremos enriquecer, transformando em um sistema também de democracia participativa, a governabilidade política, a sustentação nos parlamentos é imprescindível em qualquer governo, mas não é suficiente, sobretudo em um governo de mudanças como o nosso, a governabilidade social é tão importante quanto a governabilidade política. Não basta ter apoio no Parlamento, se o Governo não tiver apoio na sociedade, e como disse ontem o Presidente Lula na abertura deste evento, um apoio organizado e crítico, e independente, autônomo que não seja um braço do Governo nos movimentos, mas os movimentos autônomos capazes inclusive de divergir do Governo se achar que cabe divergência, o que é muito difícil, e às vezes sofrido, para quem está no Governo, mas é fundamental em um processo de transformação social.

Eu queria sublinhar um aspecto: além dos resultados concretos que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres já conseguiu do ponto de vista do combate à violência contra a mulher e de uma série de outros eixos do Plano, fica até mais fácil no meu caso dar esse testemunho do que para as Ministras mulheres. Há um trabalho que é feito para dentro do governo. Há uma pedagogia política que é feita pela Secretaria para dentro do governo que produziu frutos muito bons e que eu acredito produzirá outros no segundo mandato. Como vocês também sabem no início do governo anterior do Presidente Lula os recursos orçamentários destinados pelos vários Ministérios para ações não só de defesa dos direitos das mulheres, mas para ações que constam do Plano que vocês elaboraram, porque faz muita diferença, qualquer Ministério nosso, da nossa cabeça, decidir fazer alguma coisa em defesa dos direitos das mulheres; e outra coisa muito diferente é um Ministério da Justiça, da Educação, da Saúde, da Secretaria-Geral, ou o que seja em negociação com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres colocar no seu orçamento um item do Plano que vocês elaboraram, e Plano esse que será coordenado pela Secretaria Especial de Políticas das Mulheres. Não é uma coisa que será coordenada por cada um em cada Ministério. Isso é uma conquista do ponto de vista da estruturação do Estado brasileiro muito importante, eu acho. E demonstra, na prática, que aquela idéia, a Ministra Marina usa muito essa palavra, a luta pelas palavras também e pela dignidade das palavras é grande, quando ela falava em transversalidade no início do nosso governo havia muitos risos e muitas brincadeiras. Mas, que eu saiba, já não existem mais, porque a gente vai conquistando também as palavras e o profundo significado das palavras.

A Ministra Nilcéa conseguiu isso, da mesma forma que a Ministra Matilde. Eu vi no Ministério da Saúde, nos outros Ministérios que você vai convencendo com argumentos, com consciência política, oferecendo para outros companheiros e companheiras a oportunidade de avançar porque vocês também sabem melhor do que eu que o fato de ser de esquerda ainda não assegura; já assegura mais do que assegurou no passado, uma visão contemporânea de democracia que não seja apenas economicista ou “politicista”. Todos nós somos tentados e às vezes tropeçamos em uma idéia de que os direitos fundamentais são os econômicos e políticos e que as questões étnicas e de gênero, por exemplo, não seriam tão estruturais quanto os direitos clássicos. Então, na verdade, seja na vida social, seja para

dentro do governo, o que se faz, a luta da Secretaria, da Nilcéa e da sua equipe, das Ministras que apóiam essa luta, essa luta que tanta gente também apóia, é a batalha por um conceito mais abrangente e integrador de democracia. Não é uma luta apenas das mulheres ainda, que seja sobretudo das mulheres, é uma luta para que as forças progressistas da sociedade tenham uma visão mais avançada de democracia, o que muitas vezes significa superar uma visão clássica das esquerdas na qual muitos de nós fomos formados. Da mesma forma, à questão ambiental. A esquerda clássica era “produtivista”, “transformacionista”, ela não tinha uma visão, era quase como se dissesse: a melhor natureza é a natureza transformada. Essa idéia de uma nova relação do ser humano com ele mesmo e com a natureza é uma idéia nova, ela rompe com certos paradigmas “produtivistas” da esquerda histórica, portanto nós não estamos lutando apenas com a direita, lutamos também contra determinadas visões, respeitáveis na sua época, mas superadas do ponto de vista do desafio civilizatório e democrático nos tempos em que vivemos. Eu faço questão de dar esse testemunho aqui, porque não é fácil, não é fácil o trabalho da Nilcéa, da Matilde e da Marina, mas também quero dar um testemunho, o maior parceiro dentro do Governo, eu não estou falando isso por culto à personalidade não, porque como todas as pessoas ele tem qualidades e defeitos, mas o mais entusiasta dentro do Governo, o maior parceiro dentro do governo para a participação social e para o sentido estratégico da participação social é o Presidente Lula. Disso ele não abre mão. Ele acredita nos movimentos e acredita na força intelectual e política dos movimentos. Isso é preciso sempre dizer.

No meu caso também eu quero dizer isso, eu fui sindicalista de uma categoria majoritariamente feminina, as trabalhadoras e trabalhadores de ensino de Minas Gerais, e para mim também foi um aprendizado, aliás, talvez tenha sido o principal aprendizado, das professoras e das trabalhadoras braçais das escolas, serventes, cantineiras, faxineiras das escolas públicas de Minas Gerais que é o meu estado. É uma coisa curiosa porque na primeira diretoria que nós criamos depois da greve de 1979 a maior parte dos dirigentes eram homens em uma categoria com 90% de mulheres. Aos poucos esse processo foi se alterando e nós fomos gerando, a nossa categoria foi gerando, não só grandes sindicalistas, mas prefeitas, deputadas, vereadoras, dirigentes da CUT, tornou-se uma escola de militância política para a emergência dessas líderes, mas também para fazer com que nós outros que não conhecíamos, eu não tenho nenhum pudor de reconhecer isso, não tínhamos a exata compreensão da importância da questão de gênero na luta pela transformação social, e aquilo aconteceu na prática da mobilização. Teria sido muito mais difícil que acontecesse nas nossas células de partidos clandestinos ou que acontecesse nas reuniões de cúpula porque os processos de mobilização são tremendamente educativos. É impossível participar de uma Marcha das Margaridas sem ser tocado pelo sentido profundo de uma mobilização daquela como foi o nosso caso nas greves de 79 e de 80.

Eu estou caminhando já para encerrar e, então, eu não quero deixar de falar aqui de algumas coisas que o Governo está pensando do ponto de vista da participação social para esses próximos anos. A sociedade fez, com o apoio do Governo, 38 conferências nacionais no primeiro mandato do Presidente Lula, das quais participaram dois milhões de pessoas, se nós consideramos as conferências municipais, estaduais e depois as conferências nacionais de delegadas e delegados. Além disso, nós temos os conselhos em cada área, as ouvidorias, as mesas permanentes de negociação e o nosso objetivo no segundo mandato é transformar

esses vários processos em diversas áreas temáticas do governo, é consolidar tudo isso em um sistema global de participação social no governo federal e dar uma dimensão de política de Estado também para política de participação social porque da mesma forma que as conquistas feministas se não forem políticas de Estado podem sofrer o ataque das forças conservadoras. Os canais de participação social no governo, os instrumentos de democratização do Estado também podem ser abolidos pelas forças conservadoras no futuro se não se transformarem em políticas de Estado. Então, nós queremos consolidar tudo isso em um sistema de participação, e para isso vamos criar, já até o final do ano um vasto processo de formação política, não de doutrinação ideológica, mas de formação política de qualificação para dezenas de milhares de pessoas que participam dos conselhos municipais, estaduais e federais do país inteiro. Não para dizer evidentemente o que essas pessoas devem defender nos conselhos, mas para oferecer a oportunidade de qualificação para que essas pessoas se quiserem se qualifiquem para participar dos processos. Vocês sabem que muitas vezes as pessoas participam, mas não tem canal nas suas entidades para socializar o conteúdo dos debates feitos nos conselhos, muitas vezes as pessoas participam individualmente, mas a entidade não socializa com toda a categoria, com todos os filiados. Muitas vezes as pessoas são legítimas, representam associações de bairro, sindicatos, movimentos feministas, movimento de combate ao racismo, mas não têm informações técnicas suficientes para exercer plenamente o seu direito de participação, então, nós vamos deflagrar esse processo, sempre em parceria com os demais Ministérios e com organizações da sociedade civil.

Para terminar, quero falar uma coisa muito importante. Primeiro vou colocar uma premissa política. O processo de participação social no Governo Lula, na minha avaliação, que é apenas uma, sujeita ao debate, no nosso primeiro mandato foi muito forte e muito vigoroso e produziu resultados muito concretos nas diversas áreas temáticas. Está aí a política de valorização do salário mínimo que foi negociada com as centrais sindicais, a correção da tabela do imposto de renda que também foi negociada com as centrais, as políticas para agricultura familiar que foram negociadas com os movimentos de trabalhadores rurais e assim por diante, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foi um processo muito rico, mas não basta que a gente reproduza as conferências que trabalham com os temas, não é o caso de vocês, mas setoriais, a questão de gênero evidentemente não é setorial. Mas nós queremos avançar mais e criamos um grupo misto de governo e sociedade civil que conta com a participação do movimento de mulheres para discutir formas de participação da sociedade civil brasileira no ciclo orçamentário completo. No PPA, nas leis de diretrizes orçamentárias e na elaboração dos orçamentos anuais. No PPA sim, nós conseguimos deflagrar um processo que teve suas contradições, mas foi importante, mas na LDO e em cada orçamento de cada ano nós avançamos muito pouco no primeiro governo. O que é compreensível porque nós estávamos deflagrando processos de participação. Então existe um grupo de trabalho que já se reuniu e tem 90 dias de prazo, dos quais já se passaram 30, e vai apresentar propostas para que nós possamos ampliar a participação dos conselhos, das conferências, mas também dos movimentos sociais de maneira geral em todas as etapas da elaboração do ciclo orçamentário. São coisas que nós estamos avaliando e que precisam ser feitas e só agora essas questões estão sendo reivindicadas pelos movimentos porque eles também vivem em processo de aprendizado. Seria incorreto, seria falso considerar que os movimentos já têm desde o início todos os acúmulos para participar de todos os processos. Não é assim. Eu, por exemplo, que conheço razoavelmente bem a Amazônia, eu passei um

tempinho lá, estou vendo agora que os movimentos indígenas começam a opinar, o que é muito bom para país, não só sobre as questões indígenas, mas também sobre as questões brancas. Por quê não? Se a sociedade como um todo pode opinar sobre as questões indígenas onde é que está dito que os movimentos indígenas não podem também falar sobre a outra dimensão da vida social brasileira? E para citar mais uma vez Paulo Freire, ele Freire dizia isso: o nosso objetivo não é deixar de fazer as reivindicações setoriais, mas inseri-las em uma política global e “universal” para o país. O nosso objetivo, ele dizia: não é deixar de reivindicar projetos de desenvolvimento regional e sim inserir o desenvolvimento das regiões em um projeto global do país. Paulo Freire tem uma frase lindíssima que diz assim: combater as desigualdades, valorizando as diferenças. Ele estava se referindo as diferenças regionais, mas eu tenho impressão que vale para as diferenças de gênero, étnicas etc. Combater as desigualdades valorizando as diferenças, não apenas respeitando as diferenças, mas valorizando ativamente as diferenças.

Bem, como eu disse, falar depois da Lia, da Nilcéa, da Marina e antes da Matilde, a gente fica meio espremido aqui, mas eu queria terminar dizendo que uma Conferência como essa tem um significado obviamente enorme para as mulheres brasileiras, para as mulheres da América do Sul e da América Latina, mas ela tem um significado que não é tão evidente, mas tão grande quanto para o conjunto da sociedade brasileira. Para os homens, por exemplo, tem um significado extraordinário ainda que se fique meio perplexo em relação a certas reivindicações, pois a gente não tem acúmulo em certos debates, porque ou a temática das mulheres se torna bandeira do conjunto das forças progressistas, do conjunto das classes populares e passa a ser uma coisa central, sustentada não apenas pelas mulheres; obviamente tem que ser sustentada também por todos aqueles que acreditam que esta causa é uma causa civilizatória como disse a Marina, é uma causa do conjunto da sociedade. Eu não sei quem falou, mas vocês devem lembrar que as mulheres ao se libertarem no seu processo histórico acabarão libertando também os homens de papéis de opressão, de papéis de discriminação. Esse é um processo eu acho que tão importante para o conjunto da sociedade quanto para as próprias mulheres. Eu não estou querendo diluir o sentido que a luta de vocês tem. O que eu estou querendo no fundo dizer é o seguinte: para aqueles, como eu, que acreditam que nós devemos continuar lutando por uma sociedade de socialismo democrático, de certa forma, a vanguarda da luta pela democracia socialista no século XXI se deslocou do terreno da luta econômica para o terreno das lutas de gênero e de raça. Muito obrigado.

Matilde Ribeiro

Bom-dia ainda, eu quero iniciar primeiro parabenizando o trabalho da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, liderada pela Ministra Nilcéa Freire, por trazer esta diversidade brasileira que está representada nesta Conferência. Todas e todos nós que já coordenamos um processo como este, sabemos o quanto é difícil, o quanto é desafiante e o alívio que dá chegar aqui ontem, na abertura, e hoje, no início dos nossos trabalhos, das nossas reflexões, da nossa tarefa de fazer o país avançar por meio de reflexões e proposições de política para o Governo Federal e para a sociedade brasileira.

Nilcéa, essa tarefa que nós assumimos só é possível por que nós temos, junto conosco, o movimento social brasileiro, que com as suas críticas, e com a sua presença, que com a sua contribuição alimenta o trabalho das nossas Secretarias. Elas só existem porque foram demandas da sociedade e construída pelas mulheres, pelos negros, pelos indígenas, pelas pessoas que vivem discriminações históricas na nossa sociedade.

O meu papel aqui como última a falar, ele é de dupla face, a Nilcéa me pediu que falasse da importância do Plano no fortalecimento da perspectiva racial e étnica e também no papel de moderadora, pudesse fazer um exercício que é muito difícil: fortalecer idéias já apontadas contribuir com o reforço a uma proposição de transversalidade na discussão do Plano.

O meu primeiro ponto é que para haver um Plano e para haver uma política nacional, o ponto de partida é, sem dúvida, a necessidade do reconhecimento de que as desigualdades existem e reconhecer que a vida das mulheres é diferenciada da vida dos homens. Portanto, cabe ao poder público imputar qualidade nas políticas públicas para a inclusão das mulheres na vida política do país. Este reconhecimento já foi feito ao longo da história, de diferentes formas, mas é importante aqui apontarmos que a partir do reconhecimento tem-se, sem dúvida, a necessidade de uma decisão política para a superação das desigualdades, uma decisão política pra que as ações do governo sejam crescentemente inclusivas.

Já foi citado aqui e eu acho importantíssimo reforçar de que o PPA, o Plano Plurianual, ao longo desses últimos cinco anos tem feito um diferencial em relação aos planos anteriores. Ele tem colocado de maneira destacada a necessidades de políticas que combatam a pobreza e que combatam as desigualdades, destacado a busca da superação das desigualdades de gênero e raça. Isso não é só uma frase dentro de um documento, porque como o Ministro Dulci acabou de dizer, isso traduz para o ciclo orçamentário PPA um indicativo de diretriz de governo e indica ações, objetivos e proposições para que as peças orçamentárias do país respondam às formulações que estão dentro do PPA. Ao longo dos anos isto fará a diferença, embora, nós não possamos aqui afirmar que temos 100% de resultado, porque estamos falando de um processo, nós estamos sem dúvida, demarcando diferenciais com a história.

Na seqüência, veio o Plano Nacional que é produto da Conferência. Este Plano Nacional de Política pras Mulheres, aqui em debate, reflete o anseio e o desejo de proposição nacional das mulheres de que as políticas públicas sejam cada vez mais comprometidas com a necessidade de não apenas melhoria da qualidade de vida das mulheres, mas muito mais do que isso, considerar as mulheres como protagonistas da construção das políticas. Este plano que tem 199 ações indicadas na sua formulação, já traz resultados que estão demonstrando aqui nos textos de referência para essa Conferência e nós poderemos, através dela, lapidar processos, e caminhos.

Por fim, dentro dessa lógica de reconhecimento combinado com ação, ontem foi colocado aqui pelo Presidente Lula, que nós nesta mesa estamos reafirmando a importância do Pacto para o Enfrentamento à Violência contra a Mulher, não apenas como retórica. O presidente Lula disse ontem e a ministra Nilcéa abriu sua fala com alguns exemplos para vocês de como os ministérios estão comprometidos com a formulação do Plano, mas acima de tudo,

com a destinação orçamentária, um milhão de reais até o final desta gestão. Isto é um diferencial em relação à história das políticas públicas brasileiras, embora queiramos mais.

O segundo ponto que eu considero importante ressaltar é o avanço que todas nós aqui queremos de, ao estarmos executando políticas de governo em diálogo com a sociedade civil, podermos reforçar, podermos avançar na construção de políticas que competem sim ao governo, mas que têm uma característica de política de Estado. Portanto, nos instrumentos e normas, em todos os documentos oficiais do governo, o Plano é o principal documento aglutinador dessa perspectiva. Os governos passam, mas o Estado permanece e deve ser, cada vez mais, democrático, cada vez mais comprometido com a vida da nação, comprometido com a vida dos brasileiros e das brasileiras.

Nesse sentido, é importantíssimo que a Ministra Nilcéa trouxe para esta mesa a Ministra Marina e o Ministro Dulci, a Professora Lia, abrindo aqui debates, todos convencidos de que a ação federativa é o caminho, ou um dos caminhos para consolidação das políticas de Estado. Quando nós assumimos o Governo Federal, em 2003, tanto Nilcéa quanto eu, encontramos no país algumas coordenadorias, algumas assessorias em âmbito municipal e estadual, e, com o nosso trabalho, nós estamos provocando, estimulando e contribuindo para que sejam ampliados esses espaços. Eles têm uma importância vital, porque o Governo Federal na reação efetiva com os estados e municípios é uma abstração. A nossa ação só se faz concreta quando conseguimos chegar lá na ponta através de uma ação federativa, em consonância com as outras duas instâncias governamentais. Portanto, a ação coordenada pela Secretaria de Política das Mulheres e pelo CNDM, na relação com os estados e municípios, tem que ser cada vez mais ampliada, tem que ser cada vez mais fortalecida considerando a necessidade de estadualização e municipalização destas políticas. Além disso, é grande também a importância de atuarmos nas brechas da construção de projetos e programas, mas acima de tudo é importante não ficarmos apenas nestas brechas, e sim procurarmos atuar para que as estruturas da administração pública brasileira possam cada vez mais absorver os conceitos e as formulações as quais estamos tratando aqui nesta mesa.

O meu terceiro ponto é relacionado ao aparato legal e à relação com o legislativo aqui representado por tantas vereadoras, deputadas estaduais, federais e pela Senadora Fátima Cleide. A lei pode não ser consensual para sociedade, mas na medida em que ela existe, tem que ser cumprida, por que ela foi feita a partir de diálogos, de debates e de formulações conjuntas. Então, o melhor exemplo que nós temos aqui neste momento é a Lei Maria da Penha, que nós sabemos a importância que tem no nosso cotidiano. Ela gera a capacidades de serviços que gera capacidade de ação na sociedade. A Lei, Maria da Penha é um dos principais exemplos que nós temos de persistência, da ação coletiva e do consenso entre os que, homens e mulheres, compreendem que a mulher não nasceu para apanhar, a mulher nasceu para partilhar vida comum com homens, e vice-versa. Então, é extremamente importante que essa lei seja apoiada no seu dia-a-dia, transformada em ação concreta e, como disse a ministra Nilcéa, para quem for contra, existem os canais competentes para isso. E nós também estamos lá, dialogando e fazendo as nossas defesas.

Dentro da relação parlamentar o diálogo com os homens e mulheres do parlamento é fundamental na minha área de trabalho, temos lá, tramitando no Congresso, o Estatuto da

Igualdade Racial, a lei que prevê reservas de vagas nas universidades para negros, indígenas e alunos oriundos das escolas públicas e tantos outros, tantas outras matérias que ficam no diálogo cotidiano dentro das casas legislativas, mas são matérias que trazem conflitos e por isso têm dificuldade de enfrentamento para irem a voto. Sabemos que a aprovação dessas leis fortalece a política de igualdade racial e podem levar a um passo decisivo para a transformação em política de Estado.

O meu quarto ponto, é que nós, através da ação do Plano Nacional de Política pras Mulheres e do Plano Nacional de Igualdade Racial, que ainda não está impresso porque justamente, ainda estamos vivendo as dificuldades de pactuação de metas e orçamentos, mas estará no próximo mês nas mãos de vocês, através destes planos e do diálogo interno no governo, nós estamos vivendo a possibilidade de encurtar a distância e a dicotomia entre a política econômica e a política social.

A Ministra Marina Silva deu um banho de compreensão aqui, do que são políticas democráticas civilizatórias e nós fomos educados, ao longo da nossa história, pela política conservadora a achar que só pela economia tudo estará resolvido. Nós estamos aqui afirmando nessa mesa que o combate à pobreza, que as políticas estruturais junto aos principais organismos nacionais e internacionais financeiros só se fazem valer se nós tivermos pensando na vida da nação e nos componentes extremamente importantes como a superação da desigualdade entre homens e mulheres, a superação das desigualdades étnico-raciais que se somam às políticas econômicas e às chamadas macropolíticas, justamente por isto quando esta gestão traz a força da idéia, como disse o Ministro Dulci, de que ação de governo tem que levar em consideração o todo da sociedade. Traz a força da idéia de que o desenvolvimento com distribuição de renda e a educação de qualidade nas ações voltadas para as mulheres e para os que vivem discriminações étnico-raciais têm que estar dentro desta composição, senão, nós não estaremos fazendo política para o todo, considerando toda nossa diversidade, toda nossa forma de ser e de estar no mundo.

O último ponto que quero abordar é a relação entre gênero e raça e etnia. Esse é um debate que parece óbvio, mas, no entanto, creio que ele caiba de maneira mais profunda na Conferência de Promoção da Igualdade Racial – a próxima nós faremos no ano que vem –, mas aqui é fundamental que se considere que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi escrito a muitas mãos e no interior do governo e da sociedade civil. Quando estamos falando de entrelaçamento e de transversalidade consideramos a diversidade brasileira, mas temos que qualificar esta diversidade.

A diversidade tem que ser analisada na perspectiva de que as nossas diferenças não devem ser elementos que desejamos que sejam desiguais na cidadania e na política. Muitas vezes, a palavra diversidade é banalizada, as empresas podem criar o dia em que cada trabalhador vá com a camisa do seu time, como se isso fosse diversidade, em que cada trabalhador leve seu prato regional como se isso só fosse diversidade, mas nós não estamos falando de costumes e nem de opções individuais, nós estamos falando da necessidade de relacionar dentro das políticas para as mulheres as questões étnico-raciais para fortalecer o foco da diversidade. Nós estamos falando de questões estruturais, nós estamos falando que as mulheres não são todas iguais, as mulheres brancas tiveram neste país, um privilégio econômico social em detrimento das indígenas, das negras e das ciganas que não tiveram as

mesmas condições de oportunidade na agenda política desse país. É disso que estamos falando, e esse componente tem que estar cada vez mais presente, mais colocado na nossa política federal e na relação com a sociedade civil.

Eu vou citar alguns exemplos de ações que têm seu acento dentro da gestão federal, mas que devem ser ampliados, que devem ser cada vez mais assimilados pelos ministérios que estão presentes no pacto pelo Plano e pelos que não pactuaram ainda para que o Plano que a Nilcéa coordena possa ter eficácia na sua totalidade.

Dentro desse caderno aqui, vocês vão encontrar vários exemplos, eu vou destacar quatro: um deles é o programa Gênero e Diversidade na Escola. A SPM coordena com a colaboração da SEED, do MEC, e de outros órgãos do Governo. Este projeto é fundamental para a capacitação de professores e professoras e para que eles e elas possam enfrentar este debate na sala de aula. Nós estamos desenvolvendo-o por meio de instrumentos pedagógicos e no Plano está, sem dúvida, destacada a importância da Lei 10.639 – a lei que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-descendente nos níveis médio e fundamental. Esta foi a primeira lei do governo do Presidente Lula, em 9 de janeiro de 2003, e na sua implementação, ainda em curso, pretende-se que efetivamente em cada escola deste país se construirá diferença, porque assim como é válido reforçamos a origem brasileira dos europeus e asiáticos, é importante valorizar a presença dos descendentes de africanos e não descendentes de escravos.

Um outro exemplo de trabalho muito importante, realizado em parceria com a sociedade brasileira, e que não pode ser deixado em segundo plano, já que sistematicamente tem sido deixado de lado pela nossa história, é o que se destina às empregadas domésticas deste país. Em curso, temos o Plano Trabalho Doméstico Cidadão que prevê a capacitação para o exercício profissional das empregadas domésticas combinado à elevação da escolaridade e acesso às políticas sociais e à formação sindical.

As trabalhadoras domésticas no Brasil somam sete milhões de pessoas, e entre elas, 95% de mulheres, sendo 57% de mulheres negras. E elas não vêm sendo consideradas, ao longo da história, como trabalhadoras; o trabalho doméstico é, muitas vezes, visto como similar ao trabalho escravo nesse país.

Este é um Plano que merece ser ampliado cada vez mais e deve fazer parte da preocupação do conjunto de Ministérios, sobretudo o Ministério do Trabalho e Emprego e o da Educação. Eu gostaria de registrar que um agente da sociedade civil que foi fundamental para que este Plano existisse, e para que façamos e ampliemos esse diálogo, é a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – FENATRAD –, representada pela Creusa, que com certeza está aqui no plenário. A mulher negra, neste programa, lidera o diálogo com o governo em uma política fundamental.

O terceiro exemplo, que já foi tratado, é o enfrentamento à violência contra as mulheres, e a contribuição da SEPPIR, neste pacto, é o de estar junto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, trabalhando o seu conteúdo e a sua estrutura. A SEPPIR é sem dúvida a instância que não tem muito a contribuir financeiramente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas sabemos que a violência contra as mulheres afeta a todas, mas também se

soma com a violência racial que é extremamente forte no país, desde a época da escravidão, e, por isso, do ponto de vista do conteúdo dentro deste Pacto, nós temos que convocar o componente racial, como o componente presente nesta política.

O Programa Brasil Quilombola é um outro programa coordenado pela SEPPIR. Nós temos, hoje, cerca de 3.500 quilombos identificados no país e nesses quilombos existem mulheres e homens que vivem uma invisibilidade histórica e justamente por isso, quando tocamos à frente esse programa, mexemos com uma estrutura muito poderosa, que é a propriedade da terra e uma estrutura que a ala mais conservadora do nosso país não tolera. Nós estamos vivendo diversos ataques, e eles dizem que o governo Lula está fazendo brotar quilombos no Brasil, como se eles não existissem há décadas, há séculos. E a política de quilombos na estrutura do Governo Federal é um fato, embora precise ainda ser ampliada, está lá, dentro da estrutura do PPA, está presente na disputa de orçamento deste país. Em breve, ainda no mês de setembro, lançaremos a Agenda Social Quilombola, no mesmo formato do Pacto apresentado aqui pela Nilcéa e pelo Presidente Lula.

Por fim, quero destacar uma das ações de Governo Federal que tem a ver com as mulheres e com as políticas de promoção da igualdade racial, que é o fortalecimento desses debates sobre gênero, raça e etnia como parte da agenda internacional.

A ministra Nilcéa nos contou aqui sobre a recente experiência junto a CEPAL, existe no Relatório de Quito, uma agenda renovada do ponto de vista das Américas e dela consta a revisão do relatório CEDAW, as duas coisas a Nilcéa fez no último mês junto com a finalização da Conferência de Políticas pras Mulheres. E do ponto de vista racial e étnico, pela primeira vez na história do Brasil, de maneira tão concentrada, nós temos uma atenção voltada para o continente africano e pra América do Sul, isso é extremamente importante, saúdo as companheiras africanas, representando este continente e as companheiras da América do Sul e da América Latina. Justamente, por essa ocultação histórica e pelo não reconhecimento de que o racismo faz parte da constituição da história do Brasil, o Brasil sempre olhou para o primeiro mundo, sempre olhou para os países desenvolvidos, sem dar o devido valor à relação histórica e cultural que nós temos com a África e com a América do Sul.

O Presidente Lula, ao longo de quatro anos, esteve em 17 países africanos, demandando dos Ministérios ações continuadas através de relações bilaterais e de uma agenda de trabalho comum entre os países multilaterais se considerando vários países agregados em ações de inclusão social, combate à pobreza, reforço à educação e diversos intercâmbios internacionais importantes. E para nós, afro-brasileiros, isso fará diferença no nosso cotidiano, porque como já disse, o Brasil não é descendente de escravos, o Brasil é descendente da África, de africanos. A parcela negra brasileira é descendente de um continente civilizatório, um continente que foi saqueado em suas riquezas e que hoje é considerado um continente pobre.

Então, quero finalizar dizendo que são vários os desafios. Eu vou apontar de maneira muito breve três. Concordo com a Ministra Nilcéa: tratar deste documento que é em síntese um plano em uma Conferência, três anos após a primeira, não é tarefa fácil. Nós vamos fazer uma avaliação de processo e não de resultado final, isso há que ser compreendido entre

governo e sociedade civil, porque os números que temos em mãos são significativos a partir do reconhecimento de que cada governo tem que meter a colher nas injustiças e nas desigualdades, porém o nosso tempo ainda é curto para que nós possamos chegar na escala de 1 a 10 ao número 10, nós estamos no meio do caminho. E é essa compreensão que as participantes e os participantes desta Conferência tem que ter, inclusive para contribuir, para que nós possamos avançar mais e mais nessa agenda.

O segundo desafio é que não é fácil para nós que somos órgãos não executores da política como o Ministro Dulci, na Secretaria Geral, como a SEPPIR, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, neste caso a Ministra Marina se destaca de nós, por que o Ministério do Meio Ambiente tem uma ação mais finalística do que as Secretarias. No entanto, ela lida com uma questão que não fez parte do cardápio das políticas públicas ao longo da história, como ela bem disse aqui. Então, as Secretarias Especiais, com status de Ministério, como canal de diálogo com a sociedade civil, enfrentam desafios cotidianos de, ao mesmo tempo, fazer avançar o diálogo e a construção das políticas no interior do Governo. Temos a obrigação de garantir o diálogo com a sociedade civil e com setores organizados da sociedade. Isto demanda uma energia muito grande, considerando que o nosso papel é o de coordenar políticas junto aos demais ministérios, trazendo produto como este Pacto para a superação da violência. Isto, a sociedade tem que compreender, nós não somos espaços repassadores de verba para projetos de cada entidade nesse país, nossos orçamentos não comportam a construção de políticas na sua totalidade, o nosso orçamento comporta, sim, a garantia desse diálogo sério que esta Conferência propõe e está propondo fazer. Aliás, já fez no processo preparatório e também na formulação de programas, projetos e as ações, e acima de tudo, convencer, como disse o ministro Dulci, os demais ministérios, que são finalísticos, de que estas políticas fazem parte da agenda democrática do Governo, tendo, sem dúvida, o Presidente Lula como maior defensor desta construção com todas as dificuldades que temos no cotidiano. Tanto eu como a Nilcéa temos orgulho de saber que estamos respondendo a uma reivindicação histórica do movimento social e que a coordenação das políticas para promoção da igualdade racial e as políticas de gênero são uma demanda histórica da sociedade e que os setores conservadores têm que entender que nós temos respaldo. E esse respaldo está aqui representado, dentro desta sala, mesmo com todas as dificuldades e críticas que nós possamos ter na estruturação dessa política.

O último ponto do desafio é garantir o avanço da transversalidade com orçamento visível, considerando a missão de coordenação de políticas. Esse é um exercício que nos faz perder o sono, mas que é extremamente gratificante quando nós podemos ver aqui nesse plenário a Maria da Penha, representando uma lei que foi absorvida pelo Governo Federal. Isso faz a diferença, pois nós podemos ter a Creusa representando a FENATRAD – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – e em diálogo com o Governo Federal dizendo, empregada doméstica é cidadã nesse país. Quando nós podemos ter as mulheres quilombolas, as indígenas e as ciganas em diálogo, construindo políticas para o nosso país, essa é a gratificação do nosso trabalho, além dos resultados concretos que são as políticas e as mudanças necessárias para a construção de uma administração pública conseqüente e voltada para a vida de homens e mulheres e de todos os grupos raciais que compõem a estrutura desse país.

Finalizo dizendo que mulher e que negro, não são minoria nesse país e que, infelizmente, os indígenas foram transformados ao longo da história em minorias e que a sua cidadania é ativa nos dias hoje. A democracia que nós estamos procurando construir tem que ter um diferencial na história – não há democracia com machismo, não há democracia com racismo e, por isso, estamos aqui, gestores, militantes, acadêmicos e governos atuando para que a política brasileira seja conseqüente em relação a todos, mas com a maioria que são as mulheres e os negros.

Painel 2 – Participação das mulheres nos espaços de poder: experiências internacionais

Componentes da mesa

Juliana Mariño, Deputada Nacional Argentina – A experiência das cotas no Sistema Eleitoral da Argentina.

Cândida Celeste da Silva, Ministra da Família e Promoção da Mulher de Angola – Gênero e Poder na África hoje.

Lilian Celiberti, Secretária-executiva da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul

Epsy Campbell, Presidenta do Partido Ação Cidadã da Costa Rica, coordenadora da Rede de Mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas – Democracia intercultural partidária.

Moderadora: Beatriz Fett – Diretora da Federação das Associações das Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil.

Coordenadora: Ana Falú – Representante do Escritório Regional do UNIFEM para o Brasil e Cone Sul.

Beatriz Fett

Esta mesa apresentará alguns temas para reflexão e trocas de experiência, pois o intercâmbio internacional é da maior importância, principalmente, para as mulheres da América Latina e da África, pela proximidade histórica e cultural.

Juliana Mariño

Bom dia, companheiras. Sinto-me intimidada e com uma enorme responsabilidade e compromisso com as senhoras, depois de testemunhar, ontem e anteontem, o impressionante processo de institucionalização do II Plano Nacional de Igualdade. Gostaria de agradecer à Ministra Nicéa Freire, da Secretaria de Políticas Especiais para as Mulheres por essa oportunidade. É a segunda oportunidade que tenho em minha vida – a primeira foi na década de 70 de participar e integrar projetos coletivos consensuais, civilizatórios e humanistas.

Fui convidada para conversar com vocês sobre a participação política da mulher e a inclusão da mulher através de ações positivas nas elites dos partidos políticos, nas organizações sociais, nos poderes executivos dos países, nos cargos de poder e responsabilidade. Creio que já não há dúvidas – e só duvidam os mal-intencionados – de que a participação social e política das mulheres é inclusive mais ampla que a dos homens, desde a base de nossas organizações. Creio que ninguém duvida dos obstáculos que temos de superar para nos incluirmos nos cargos de representação. Portanto, a primeira pergunta que deveríamos fazer em conjunto é sobre a vigência das ações positivas agora, e por muito tempo ainda, para conquistar essa inclusão e a paridade. No momento em que começamos a trabalhar essa questão na Argentina, havia os que diziam que essas leis de ações positivas eram próprias de países satisfeitos. Nós consideramos que eram mais necessárias em nossos países insatisfeitos. Porque, em particular, essas novidades dos países centrais em nosso

continente e em nossos países saqueados como Estados colonizados são ferramentas libertadoras da energia feminina reparadora de uma concepção civilizatória diferente, baseada na justiça e no respeito à mãe terra, como foi dito ontem de maneira bastante eloquente pelas ministras e pelos ministros que tive a oportunidade de escutar.

As leis de ação positiva têm vigência porque as transformações culturais são lentas. Como demoramos séculos para entender como funciona o patriarcado, demoraremos muitas décadas ainda até alcançar a igualdade e as transformações culturais. Como se isso fosse pouco, no recente Consenso de Quito isso está previsto nos pontos 2 e 8. No Plano que vocês estão trabalhando, e que tive a oportunidade de ver, também está incluído como ponto principal. Por outro lado, a importância da vigência dessas leis e a necessidade de avançar nos pontos em que são imperfeitas ou que não existem ficaram demonstradas pela realidade e pela quantidade de mulheres que integram os parlamentos e o poder executivo. Na Argentina, a Lei de cotas, ou Lei de Percentagem – como a conhecemos-, não foi produto de um debate social amplo, foi mais o produto de uma trama elaborada por mulheres que vinham das lutas da década de 70, por feministas e por mulheres membros de organizações sociais. Essa trama pôde ser estruturada através de multisetoriais e através da rede de feministas políticas da qual fiz parte desde 1990, e que começou a se configurar no Congresso Feminista de São Bernardo, na Argentina. Também foi produto do apoio dado pelo Conselho Nacional da Mulher, criado na mesma época, em 1990. Na verdade, o debate da Lei de Cotas, em termos reais e simbólicos, para nós, na Argentina, abriu um debate social mais amplo, para toda a sociedade, inclusive por causa dos argumentos da oposição e dos meios de comunicação social. No desenvolver desses argumentos, os obstáculos invisíveis e o teto de vidro começaram a aparecer. Os setores que citei tiveram a capacidade de mobilizar as organizações de mulheres e de fazer lobby.

A partir de agora, passarei a discutir diretamente o por quê da Lei de Cotas ter tido resultados importantes na Argentina. A Argentina tem um sistema eleitoral conhecido como “Sistema Donde”, proporcional por lista completa bloqueada, fechada. São lugares fixos, não são a colocar. Chama-se lista bloqueada fechada. A Lei de Cotas – poderia dar mais detalhes, mas quero abreviar – foi definitivamente importante porque determinou que 30% seria o piso de vagas para a eleição de mulheres. Ao final, vou ressaltar porque hoje funciona como teto, mas essa é a questão do desenvolvimento posterior. Essa lei, que foi aprovada pelo Congresso Nacional com certa facilidade, saiu porque os deputados homens de todos os partidos políticos disseram que não seria cumprida, como acontece com uma grande quantidade de leis, com as sociais inclusive, que são letra morta em nossos países. Deixaram a lei passar, simplesmente. A regulamentação posterior da lei e o trabalho para que fosse cumprida foi fruto da militância política de muitas companheiras. Mulheres importantes de meu país, como Marcela Durrier, Virgínia Fanganillo, Maria Teresa Amorim e outras de diferentes partidos começaram uma ação judicial ao ver que as listas não respeitavam os 30%. Começaram, nos 24 distritos – ou estados, como vocês chamam – ações para impugnar as listas. A primeira resposta dos juízes, e das juízas muitas vezes, foi que as listas só poderiam ser impugnadas pela mulher prejudicada, pela vítima, que tivesse na lista e que não obtivesse um lugar. Então, as candidatas que se atreveram a questionar as listas foram, em alguns casos, expulsas dos partidos. Em outros casos, tiraram-nas das listas. Então, essas mulheres que mencionei começaram, junto ao Conselho Nacional da Mulher, a buscar falhas jurídicas para que ficasse claro que essa lei era de ordem pública e

não de ordem privada. Não se aplica apenas quando afeta a uma mulher da lista. Assim, conseguimos fazer com que fosse reconhecido que se uma mulher da lista fosse afetada, todas as mulheres do partido também seriam, e todas as mulheres argentinas conseqüentemente. A lei foi sancionada para que todas as mulheres pudessem ser incluídas com igualdade. Quando conseguimos fazer com que a lei fosse considerada de ordem pública, e quando conseguimos com que fosse legitimada para podermos acionar a Justiça, a lei começou a ser aplicada. Essa Lei de Cotas foi anterior à reforma constitucional de 1994.

No final da década de 80, as mulheres feministas e dos partidos políticos liam e estudavam a importantíssima Constituição brasileira, que continha um constitucionalismo social impressionante. Nós tínhamos inveja dela, nós a adorávamos, nos servia de exemplo. Quando surgiu a oportunidade da nossa reforma constitucional em 1994, foi possível incluir isso, graças ao trabalho das mulheres, na lei de convocação à reforma constitucional. Devido à Lei de Cotas, foi possível convocar mais de 80 mulheres para participarem deste processo. Nem todas eram conscientes, mas com o trabalho de um punhado delas que eram conscientes, conseguimos incluir na Constituição Nacional a igualdade de oportunidades, as ações positivas com hierarquia constitucional e os pactos internacionais. Conseguimos incluir – podemos ler mais tarde se quiserem – uma cláusula que diz que na Argentina é proibido retroceder ao ponto que partimos com a Lei de Cotas. Estas duas conquistas constitucionais finalmente frustraram as expectativas daqueles setores que, desde a aprovação da lei, tentavam torná-la inconstitucional. Essa é uma das ferramentas dos que se opõem ao avanço das mulheres rumo à igualdade e à inclusão em todos os campos. Tentam colocar a Constituição contra nós, mesmo que ela garanta a igualdade de todos os cidadãos em nossos países. Quando traduzimos a igualdade em leis, dizem que é inconstitucional.

Quero dizer que conseguimos incluir as mulheres através da Lei de Cotas, embora uma coisa seja a inclusão, outra a representação. Falar da representação nos tomaria um tempo do qual não dispomos. Naquela época, enquanto discutíamos a lei, Yuta Márquez reuniu em um livro quatro argumentos importantes. Um deles era: queremos a Lei de Cotas porque faz justiça à metade da população, como dizíamos ontem, e do eleitorado. Queremos a lei porque a democracia perde a sua legitimidade sem a inclusão da representação feminina nos três poderes. A subrepresentação da mulher nos três poderes da nossa República faz com que a democracia perca legitimidade. Havia argumentos que defendiam – os argumentos das diferenças – que nós temos experiências e qualidades diferentes. Outro argumento era que ajuda a erodir os preconceitos sexistas socialmente vigentes e estimula outras mulheres a participar. Esses argumentos se verificaram. Experiências diferentes, qualidades diferentes.

No final, vou citar os nomes de algumas das leis que conquistamos. A Lei de Cotas, na Argentina, teve um efeito multiplicador nos clubes de vizinhança, nas organizações: há uma Lei de Cotas sindical. A Corte Suprema, hoje, tem duas mulheres. Para que sejam eleitos os membros da Corte Suprema há um procedimento de audiência pública. Uma das duas mulheres se definiu como defensora do aborto, e durante toda a audiência pública esse tema foi discutido, mas ela foi escolhida da mesma forma. Consideramos isso um avanço na cultura do nosso país. Fez com que todos vejam hoje com bastante serenidade a possibilidade de Cristina Fernandez de Kirchner ser Presidenta da República. A partir dessa

lei, tudo isso foi se tornando possível. O debate do qual falei antes, da representação, é importante, mas pode tornar-se vazio se nos distrairmos. Essa discussão não deve nos distrair. Há uma razão para isso, e foram minhas experiências como legisladora. A maior inclusão de mulheres, mesmo que nem todas estejam comprometidas com nossos problemas, gera massa crítica nos parlamentos, nos executivos e no Estado para deter ou impedir as ações de algumas outras mulheres que são cooptadas e que foram usadas para deslegitimar nossa luta. Essa massa crítica de mulheres faz com que pelo menos algumas de nós tenhamos consciência. Essa massa crítica pressiona, discute argumentos, força o debate. Congressos como esse, de baixo para cima, com a discussão de todas e de cada uma das mulheres em suas regiões e estados, nos prepara de tal forma para argumentar e convencer e aumenta nossas convicções de que as leis abriram caminho no parlamento argentino contra a resistência dos homens. Eles renunciaram ao debate, não encontraram palavras para nos negar o que estávamos pedindo.

Na Argentina, de certo modo, com a crise dos partidos políticos nós, mulheres, debatemos mais sobre questões históricas e conceituais. Isso nos permitiu ir além. Gostaria de destacar que as leis são importantes, mas o trabalho posterior é maior. Queria dizer ainda que, às vezes, nossa Lei de Cotas pareceu estar em contradição com a demanda social. A partir da *débâcle* argentina de 2001, da queda do modelo neoliberal e da crise que nos fez um país dual, a sociedade começou a reclamar por causa da crise de representação política. Começou a discutir modelos de representação e sistemas eleitorais únicos, de um só nome. Isso contraria os interesses das mulheres. O que serve para nós são as listas completas, listas bloqueadas, que nos incluam, que nos permitam crescer em nossos partidos. Tivemos que debater com a sociedade a crise de representação que é mais profunda que um sistema eleitoral.

A crise de representação está relacionada aos valores da democracia e desse mundo que desmorona. Por tanto, tivemos de enfrentar a sociedade e defender o que se conhece como “lista-lençol” – umas das razões desse nome é porque ela esconde, a sociedade diz que ela cobre os maus dirigentes. Não arredamos pé. O que defendemos é constitucional. Mas não ignoramos que se nós mulheres, quando ocupamos um lugar nos parlamentos ou nos executivos não atendemos às demandas sociais estamos conspirando contra nossas forças progressistas. Na Argentina, há bastantes mulheres cooptadas e trabalhando a partir de vítimas do gatilho fácil da polícia, vítimas dos acidentes de trânsito que recorrem à direita e são cooptadas pelo conservadorismo, porque nós não sabemos ou não podemos dar solução para esses problemas.

Para terminar, quero falar que concordo plenamente com o que foi discutido ontem. As leis de ação positiva são absolutamente importantes. As oportunidades que temos de trabalhar essas questões nos proporcionam um excelente treinamento, e permitem agir sobre o sistema judicial que, na Argentina como aqui, impede a aplicação das leis. Vocês comentaram sobre a Lei de Violência, as leis de ação positiva garantem sustentabilidade política, colaboram para a apropriação do conhecimento do Estado por parte das classes populares, permite a socialização da política que garante as conquistas históricas, como o ministro comentou ontem. Nós mulheres começamos a circular nos circuitos dos dirigentes estáveis de nossos países, mas quando nós começamos a ter vários cargos, nos dizem que nós é que somos estáveis e que já tivemos dois ou três. Nossos países estão cheios de

políticos profissionais que andam pelos caminhos da política há mais de cinquenta anos e ninguém os critica por isso. Essa é uma ambição importante, resultado da Lei de Cotas para nós. Além disso, para nós, a Lei de Cotas rompeu o teto de vidro, não importa em que medida agora. Na Argentina – vou apenas apresentar alguns números –, em 1983, nós tínhamos 4,3 deputadas. Em 1991, 6,3. Logo depois da lei 24.012 tínhamos: em 1993, 13,6; em 2006, 33,9 e em 2005, 35,8. No Senado, onde se travou outro debate importantíssimo, a lei foi modificada e por cada província entraram dois senadores pela maioria e um pela minoria. Tivemos que discutir esses dois, eles não eram uma fórmula como o presidente ou a presidenta e o vice, mas que era uma lista. Por tanto, a Lei de Cotas deveria ser aplicada, nem que fosse para 50%. Ganhamos essa batalha. Um de cada dois senadores da maioria que ganha tem de ser mulher. E se na segunda força ganha uma mulher, pois é uma a mais. Em 1983, tínhamos três senadoras – 6,3%. Em 2001 e 2003, eram 26 senadoras, ou 37%. De 2003 a 2005, eram 31 senadoras. De 2005 a 2007, são 30. Eu me confundi.

Vou terminar dizendo que desde 1985, temos congressos internacionais de mulheres, encontros internacionais de mulheres. Mas são horizontais, não são hierárquicos, não são institucionalizados. Mesmo que sejam um espaço importante de conscientização, não têm o mesmo efeito da institucionalização desses encontros para promover o comprometimento dos Estados. Vou terminar dizendo que no balanço que fazemos na Argentina, o direito à representação é respeitado e as expectativas de uma massa crítica capaz de defender o gênero estão parcialmente satisfeitas e o trabalho para causar um impacto na cultura política tornando-a mais feminina teve bastante êxito. Mudar a política foi uma ambição e uma proposta nossa muito ousada desde a década de 80, mas acredito que não devemos abandoná-la. Porém, para algumas ainda é difícil reconhecer a contribuição do gênero para a natureza do poder exercido em cada um dos nossos países. Porém, há uma coisa que as mulheres vêem claramente: sabemos perfeitamente como age o patriarcado, e, por tanto, sabemos exatamente como age o capitalismo, que é a sua outra face. Nada nos confundirá. A questão de gênero pertence à estirpe dos grandes valores civilizatórios da humanidade. É rebelde por natureza, mas aspira a paz, e só concebe as diferenças no âmbito da igualdade e da equidade, base filosófica fundamental para um mundo sustentável. Obrigada, companheiras.

Cândida Celeste da Silva

Obrigada querida companheira Nilcéa e querida companheira Marilde Ribeiro, caras companheiras de mesa e queridas companheiras brasileiras, bom-dia a todas.

É muito emocionante falar para um fórum desta dimensão. Eu gostaria em primeiro lugar de agradecer a querida Nilcéa pelo convite, a Nilcéa e ao seu governo, bem como a toda a comissão organizadora pelo convite que me foi formulado, agradeço também em nome da minha delegação, a delegação que me acompanha, pela atenção e pela estadia. Gostaria de felicitar a organização e o governo pelo grande trabalho que estão apresentando, pela organização deste evento e por tudo que tem estado a fazer para o nosso bem estar nesse grande país. Muito obrigada por isso.

Nós gostaríamos de começar nossa intervenção falando um pouco do nosso país, nós somos angolanas. Angola é um país, situado na África Austral e é um país que sofreu uma guerra de 40 anos. Primeiro fomos colonizados pelos portugueses, como muitas irmãs brasileiras tiveram a oportunidade de falar, muitas e muitas brasileiras vêm de África, são nossas irmãs são descendentes de África.

Por isso, queremos dizer que estamos em casa e felizes. Angola se tornou independente apenas em 1975, depois de uma luta árdua contra o fascismo. Após sua independência, o Brasil foi o primeiro país que reconhece Angola como um país independente.

Nós estamos felizes, irmãs, por este fórum no qual tivemos a oportunidade de aprender muita coisa e de felicitar a mesa redonda que as Ministras apresentaram ontem, e na qual demonstraram a capacidade e a força que as mulheres brasileiras têm. Por elas, nós temos tirado muitos exemplos e onde nós pensamos ainda continuar a tirar a sua experiência para desenvolver o nosso país. O nosso país com a guerra, a última guerra durou 26 anos, ficou totalmente destruído. As irmãs imaginam que depois de uma guerra ficamos sem quadros, ficamos com 80% de analfabetos e vocês podem imaginar como se pode começar um país? Felizmente, depois desses 26 anos, conseguimos formar um grande número de quadros graças à parceria e colaboração dos países internacionalmente.

Gostaria de começar a falar então do assunto, que nos traz aqui.

Angola é um país que faz parte de um continente que é o berço da humanidade, e fica situado na parte austral de África, com uma população de cerca de 13 milhões de habitantes, majoritariamente, composta por mulheres e crianças – isso devido à situação de guerra que nós atravessamos.

Ontem ouvimos aqui falar, nesta conferência, dos laços de irmandade que nos unem ao longo de vários séculos, comungando a mesma língua, felizmente. O painel que nos foi proposto, sobre a participação da mulher e nos espaços do poder, experiências internacionais, com abordagem ao tema gênero e poder na África hoje, obriga-nos a refletir sobre a situação atual das mulheres na África, da qual nós fazemos parte.

Os conflitos constantes na África fazem dela um continente mergulhado em graves problemas, afetando assim o seu desenvolvimento e, principalmente, o desenvolvimento das mulheres. Apesar da mulher africana ser um importante fator de desenvolvimento, em todas as esferas da nossa sociedade, ela é, porém, desvalorizada na dimensão do papel que desempenha na economia, na cultura, na unidade familiar e na socialização dos membros em uma comunidade.

Olhando, no contexto da luta, pela participação da mulher africana, podemos dizer que a realização da IV Conferência Regional Africana, preparatória à IV Conferência Mundial, veio revolucionar a participação das mulheres africanas na luta das conquistas dos seus direitos. Aí a mulher angolana deu a sua participação bastante forte para poder ter hoje direitos iguais aos homens e de todo povo em Angola. Nós fomos mulheres guerreiras.

A declaração de programa de ação de Beijing proporcionou o quadro para a integração da perspectiva de gênero nas agendas das conferências internacionais, das sessões especiais da Assembléia Geral da ONU, bem como de outras comissões de comitês internacionais, nomeadamente a Comissão do Desenvolvimento e do Desenvolvimento Sustentável, a Comissão para os Direitos Humanos, a Comissão para os Direitos Sociais, a Comissão para a Prevenção Criminal, e o Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher.

Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, governos declararam a sua determinação em alcançar os objetivos da igualdade, desenvolvimento e paz para as mulheres de todo o mundo e manifestaram de forma eloqüente o seu engajamento com a igualdade de gênero, o emponderamento e os direitos humanos das mulheres e das raparigas. E nessa Conferência, todas nós participamos, as angolanas.

Os governos adotaram a plataforma de ação de Beijing e comprometeram-se em cumpri-la na íntegra, apoiando o Sistema das Nações Unidas, as instituições internacionais relevantes, bem como a todas as mulheres e homens para se juntarem a este novo esforço.

Queridas companheiras, de lá para cá, muitos avanços foram se verificando na África, mas muito ainda temos para fazer. Os 30% assumidos pelos governos africanos até 2005, em termo dos cargos de tomada de decisão, da base ao topo, poucos cumpriram com as metas. A este respeito, Moçambique, África do Sul, Namíbia, na África Austral, onde nós nos inserimos, são os que se aproximam aos 30%. Nós, de Angola, estamos muito longe, infelizmente, devido à situação política que o nosso país atravessou.

Minhas queridas companheiras, no mundo atual a construção de estados de direito está na ordem do dia como garantia de progresso, desenvolvimento econômico-social e bem estar dos povos. A esta condição impõe o reconhecimento e o respeito aos direitos das mulheres e às diferenças que não devem, de modo algum, servir de base para qualquer forma de discriminação, mas, sim, contribuir para a afirmação do seu direito à igualdade e de participação.

Reconhecemos, contudo, que ainda nos resta muito a fazer neste domínio, principalmente, no nosso continente e em Angola em particular, onde as populações se debatem com carências de várias ordens, quer material, quer espiritual e outras.

Falando da experiência angolana, o grande passo se deu no início da década de 90, com a criação da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Mulher que veio a evoluir em 1997 para o Ministério da Família e Promoção da Mulher. Esta vitória, nós conseguimos através de uma grande luta das mulheres angolanas desde a sua participação efetiva na luta de libertação, até a sua participação na Organização Panafricana das Mulheres.

Hoje, também fazemos parte da FEDIM e isto ajudou bastante para que nós conseguíssemos criar esta Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Mulher, e esta é uma área que faz parte do Conselho de Ministros. Havia necessidade de lutarmos por um lugar junto ao Conselho de Ministros, só na década de 90 fomos reconhecidas e assim

formamos a Secretaria de Estado que veio a evoluir, em 1997, para o Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Esta instituição de governo tem como principal missão traçar políticas em prol das famílias e da promoção da mulher e defesa dos seus direitos. Embora nossa Constituição defenda sempre a igualdade de direitos entre mulheres e homens, infelizmente, devido ao alto grau de analfabetismo em Angola, em particular as mulheres, tem sido muito difícil alcançar a paridade. No entanto, já demos passos bastante positivos, posto que temos agora 30% de analfabetos em Angola, sendo sempre a maioria de mulheres, mas temos um grande nível de mulheres formadas em todos os setores da vida social, em todos os ramos onde antigamente a mulher era proibida de participar, hoje em todos os ramos as mulheres podem tirar a sua formação.

Para chegar a este ponto, foi necessário trocar experiências com outros países, dentre os quais destacamos o nosso país amigo, o Brasil.

Também foi muito importante o papel das Nações Unidas e das Organizações Não-governamentais nacionais e estrangeiras que trabalham conosco em Angola. Temos muitos desafios pela frente, entendemos que a participação da mulher nos espaços do poder deva ser decidida como uma estratégia que visa recuperar a mulher de alguns atrasos a que foi submetida. Deste modo que as políticas públicas no meu país dão de forma expressiva uma ênfase à mulher. A estratégia para a igualdade gênero, aprovada no Conselho de Ministros, no ano 2000, é uma bíblia para o alcance do desenvolvimento da mulher. Esse instrumento que identificou áreas e ações como o acesso à educação, saúde, eliminação da pobreza, formação, combate à violência doméstica, e maior participação política da mulher. No domínio da educação, está em curso um amplo programa de educação para todos com prioridade para as meninas no primeiro ciclo de ensino e para o combate ao analfabetismo. No domínio da saúde, está em curso um programa de implementação de uma rede de saúde, que contempla assistência médica e medicamentosa, com especial destaque para a saúde reprodutiva onde o planejamento familiar e aconselhamento para a prevenção da saúde pública, além da luta e o combate ao HIV, onde se destaca o programa de corte vertical de transmissão da doença da mãe para o filho.

No domínio da pobreza, a estratégia de combate foi aprovada pelo Governo e vai até em 2015, priorizando o emponderamento da mulher por entender que existe em Angola um grande número de lares chefiado por mulheres, devido à guerra que assolou-nos por cerca de 30 anos.

O governo leva a cabo do um programa de reassentamento das famílias, que destaca a entrega de terras férteis para a agricultura e para a pecuária.

No domínio da tomada de decisão, foram adotadas medidas que garantem às mulheres a igualdade de acesso e a plena participação nas estruturas de poder, do poder de decisão. Assim nós temos em nível do governo duas ministras e três vice-ministras, o que quer dizer que ainda não atingimos os 25% das mulheres na tomada de decisão. Temos no parlamento 10% de mulheres.

Assim, eu vou terminar agradecendo a vossa atenção e a oportunidade que me dão de poder falar sobre o nosso país em particular, e em África no geral. Desculpem-me se não fui mais abrangente, pois que não é possível falar-se da África em 15 minutos, por isso tive que reduzir. Obrigada a todas vocês!

Lilian Celiberti

Bom, gente, bom dia. Eu gostaria de falar em português, mas não consigo, ainda! Espero poder falar na próxima vez. Queria compartilhar com vocês uma estratégia de trabalho que estamos desenvolvendo no Mercosul. Talvez, para muitas, o Mercosul seja algo completamente distante, desconhecido e incompreensível. Porém, aí se reúnem nossos governos. Portanto, como atrizes políticas, governamentais e das redes de organizações da sociedade civil, temos o desafio de não abandonar esse campo de luta pelos direitos das mulheres na integração regional. Essa estratégia é a primeira coisa que gostaria muito de poder compartilhar.

Agradeço a Nilcea não apenas pelo convite para participar dessa Conferência, mas pela oportunidade de confrontar diferentes experiências das diversas organizações de mulheres para criar uma estratégia comum para os governos, ou melhor, para os mecanismos de defesa da mulher dentro dos governos, com o enorme apoio da Ana Falú da Unifem, e com a participação ativa na formulação de estratégias da Rede de Gênero e Comércio, da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, da Articulação Feminista Mercosul, da Cladem. É a partir dessa articulação que começamos a pensar nessa estratégia voltada para o Mercosul.

Em Ouro Preto, os 10 anos da criação do Mercosul foram celebrados em um contexto de hegemonia neoliberal em nossos países, em 2004. Todos os atores presentes, tanto da sociedade civil quanto os políticos, chegavam à conclusão de que o Mercosul, depois de 10 anos, continuava de pé, continuava existindo, e seus principais problemas também continuavam existindo. Nos 10 anos do Mercosul, não houve uma grande festa para comemorar os avanços da integração, mas também não houve um duelo pelo fim do Mercosul. E a partir desse momento, houve a intenção de relançar politicamente o Mercosul. Por um lado, os governos fomentaram a Cúpula Sulamericana de Nações. O Mercosul começou a propor uma agenda de integração baseada, por exemplo, na criação do Parlamento do Mercosul, que foi implantado em maio de 2007, e que, mais uma vez, se configurou como uma nova instituição sem a participação feminina. Apenas 11% dos parlamentares do Mercosul são mulheres. Todos os nossos países, exceto a Argentina, têm apenas uma parlamentar em 18. Por tanto, para nós que somos ativistas dos direitos das mulheres, é absolutamente necessária uma estratégia para promover, nos três próximos anos, uma aproximação das mulheres políticas, das parlamentares em direção ao Mercosul para que alcancemos a paridade nas eleições diretas. Esse deve ser o objetivo dos mecanismos nacionais, dos atuais parlamentos e das parlamentares, mas também dos movimentos de mulheres da região.

Primeiro quero afirmar que sem a estratégia conjunta de governos e de organizações da sociedade civil não será possível aprofundar a integração da região, não será possível

preencher o Mercosul de cidadania, não será possível transformar e colocar na agenda a integração levando em conta os interesses das pessoas e não os dos lobbies comerciais e econômicos, que são os únicos que têm força suficiente hoje para influenciar na configuração dessa agenda. Temos o desafio de construir uma agenda diferente, uma agenda de direitos. E essa agenda começa a ser construída não nos lugares mais poderosos de negociação dentro do Mercosul, como o Grupo do Mercado Comum, mas nas reuniões especializadas que levantam as questões que mais preocupam as pessoas. Faz uma semana que a Reunião Especializada da Mulher organizou, em Montevideu – o Uruguai tem a presidência pro tempore –, o I Seminário sobre Diversidade Sexual, no âmbito da Reunião das Altas Autoridades competentes em direitos humanos do Mercosul. Levar as organizações LGTB, de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, à reunião de direitos humanos: isso é encher o Mercosul de cidadania. Essas são as estratégias que tornam a integração regional importante para as pessoas.

Como só me restam dois minutos, quero apresentar para vocês duas ou três estratégias muito concretas nas quais estamos envolvidas hoje, nós da Reunião Especializada da Mulher. Esperamos que essa Conferência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil acompanhe ainda mais a estratégia do Mercosul. São três coisas. Hoje estamos realizando a primeira ação que ficou estabelecida em maio, no Paraguai, que é o Concurso de Cartazes para a Campanha Pública de Violência contra as Mulheres nos Países do Mercosul. Todos os países utilizarão o mesmo pôster, o mesmo cartaz para identificar essa campanha. A partir daí, devemos criar outras estratégias muito mais concretas em todos os países.

Em segundo lugar, no ano passado trouxemos para o debate público no Rio de Janeiro – com a presidência pro tempore do Brasil – a questão das políticas de emprego para as mulheres nos países do Mercosul. Hoje, os países estão discutindo estratégias para o crescimento do emprego. Essas estratégias não podem estar alheias às perspectivas das mulheres. Primeiro, porque as mulheres são as mais desempregadas em todos os países do Mercosul. Por tanto, gerar estratégias concretas é um desafio para nós e para as políticas públicas. Teremos uma reunião com a Nilcea depois dessa conferência para pensar em algumas estratégias de desenvolvimento mais concreto. Além disso, trouxemos a questão das empregadas domésticas como um problema do Mercosul, como um problema jurídico, como um problema de direitos, como um problema de justiça social. Nessas alternativas, companheiras, realmente temos muito que fazer. Temos a tarefa conjunta de gerar uma visão de que cada uma de nós, além de sermos brasileiras, uruguaias, argentinas, somos principalmente latino-americanas e integracionistas. Para fazer com que essa integração aconteça com base no direito, para encher o Mercosul de cidadania, para aprofundar e encurtar o déficit democrático é necessária a participação de todas vocês, de todos os setores, das mulheres camponesas. As trabalhadoras já participam ativamente, mas é preciso que outras mulheres se juntem a esse esforço para superar esses desafios. Muito obrigada.

Epsy Campbell

Antes de mais nada quero começar, como sempre, fazendo um tributo às minhas ancestrais. Elas caminharam antes de nós e fizeram com que nosso caminho hoje fosse muito mais fácil, mesmo que nos pareça difícil. Também nos chamam para que possamos construir um mundo melhor para as próximas gerações. Também quero agradecer muitíssimo à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Nilcea Freire, pelo convite, e ao comitê organizador deste encontro. De coração, quero cumprimentar a todas as participantes, mas principal e especialmente as minhas irmãs negras, porque elas são a razão pela qual eu tenho hoje um espaço nessa 2ª Conferência de mulheres brasileiras. Falo por minhas origens, por quem eu sou. Sou uma mulher afrodescendente, costarriquenha de nascimento e cidadã do mundo por direito próprio. Sou ativista dos direitos das mulheres e dos povos excluídos, principalmente os afrodescendentes. Agora, presido um partido político na Costa Rica, o principal partido de oposição. A partir dele, continuo tentando transformar essa vida que o destino nos deu para viver, essa longa luta pela inclusão, essa longa luta da qual me sinto parte, porque sou parte dos mais de 150 milhões de afrodescendentes da América Latina e do Caribe. Sou apenas uma das mais de 75 milhões de mulheres afrodescendentes. Na minha luta política, foram as mulheres negras – não apenas do meu país, mas de toda a região – que me deram o apoio fundamental para continuar trabalhando. Quero começar lendo um poema de minha irmã Cherry de um livro intitulado “Rotundamente negra”. Como me sinto “rotundamente negra”, diz assim o poema:

Nego-me rotundamente a negar minha voz, meu sangue e minha pele.

Nego-me rotundamente a deixar de ser eu mesma,
a deixar de sentir-me bem quando vejo o meu rosto no espelho,
com minha boca rotundamente grande,
e meu nariz rotundamente formoso,
meus dentes rotundamente brancos
e minha pele valentemente negra.

Nego-me categoricamente a deixar de falar minha língua,
de ter meu sotaque e minha história.

Nego-me absolutamente a ser uma das que temem, das que choram, das que calam.

Aceito-me rotundamente livre,
rotundamente negra,
rotundamente formosa.

Vim compartilhar com vocês, e vou falar devagar, mesmo com medo de o tempo ser curto, mas trato de fazer-hes uma proposta. Apresentei minha proposta na 10ª Conferência Regional das Mulheres. Trata-se de construir o desafio de uma democracia intercultural paritária. E por que uma democracia intercultural paritária? Porque, efetivamente, – e aqui vou falar com vocês da região latino-americana – as mulheres conseguiram alcançar, paulatinamente, os diferentes espaços de poder. Conseguiram – em alguns casos mais e em outros, menos – chegar a diferentes lugares aos quais era impossível chegar até pouco tempo atrás. Mas devemos nos perguntar quais mulheres chegaram e quais ficaram de fora. Em países como o meu, no qual a participação das mulheres chega a quase 40%, como a Argentina, e em outros nos quais a participação é muito menor, como as mulheres conseguirão abrir espaço para a transformação da política e para levar aos diferentes espaços de representação a voz das e dos excluídos? Também devemos nos perguntar quais

mulheres estão lá e quais estão à margem do poder, devemos nos perguntar quais são as bases estruturais da exclusão nas sociedades.

Quero lhes dizer que o que estou expondo se baseia no fato de que o racismo e o sexismo são as razões fundamentais da exclusão na América Latina e no Caribe. Se não reconhecemos isso, não poderemos construir democracias que sejam realmente inclusivas. Para muitos homens afrodescendentes em países como esse e como outros da região, é muito mais difícil chegar ao poder que para algumas mulheres. As cotas de participação política conseguiram abrandar de alguma maneira o sexismo, mas o racismo parece permanecer intacto nas democracias de nossos países. Por essa razão, se não falamos de interculturalidade quando falamos de democracia, continuaremos falando de uma democracia incompleta que exclui milhões e milhões de pessoas.

Vou contextualizar um pouco com as razões pelas quais devemos falar de democracia intercultural paritária e, em seguida, falarei da realidade das populações afrodescendentes na América Latina e no Caribe. Mas quero dizer que esse debate não é exclusivo das e dos afrodescendentes, inclui também os povos indígenas, as comunidades rurais e todos os que estão fora dos espaços formais de poder. É para todos aqueles e para todas aquelas que olham da arquibancada para a democracia, que vêm a representação pela televisão, quando têm uma, que não se sentem representados nas fotografias dos tomadores de decisões e estão à margem da cidadania no início do século XXI. Mas me concentrarei nos afrodescendentes porque é daí que quero falar, é daí que quero levantar essa voz. Mas esclareço que é a voz das e dos excluídos. Se partirmos da realidade atual da América Latina e do Caribe, compreenderemos que vivemos em uma sociedade totalmente multicultural e multiétnica. Os afrodescendentes e os indígenas somam mais de 200 milhões de pessoas, quase 40% dos e das habitantes da região. Por tanto, é preciso reconhecer que nessa população houve relações assimétricas não apenas de gênero, mas também de raça, que colocaram a maioria dos afrodescendentes, quase 90% deles, em situação de pobreza. Da população total da região, dos 289 milhões de pessoas em situação de pobreza e exclusão na região, 50% são afrodescendentes. E somos apenas um terço da população da região. A maioria dos jovens afrodescendentes vê apenas como um sonho a possibilidade de chegar à universidade. Na maioria dos casos, eles são excluídos dos sistemas de educação formal. Há uma super-representação de jovens afrodescendentes nas prisões e nas ruas, em contraposição à sub-representação nas escolas e nas universidades. De acordo com os dados que temos as 75 milhões de mulheres afrodescendentes são representadas em toda a América Latina e no Caribe por 10 deputadas, apenas 10 deputadas, enquanto há 650 mulheres legisladoras na região. Isso demonstra que as cotas e a participação das mulheres excluem absolutamente às mulheres afrodescendentes.

Não podemos continuar pensando que se trata de avançar na paridade simplesmente sem discutir as questões raciais e a exclusão estrutural da população. Aqui devemos voltar a nos perguntar qual é o conceito de mulher quando se fala de participação política. É um conceito de mulher que tem uma condição racial, uma classe social, uma classe econômica? É esse o protótipo de mulher que vamos continuar promovendo nas democracias da região? As feministas falaram em acabar com os falsos universalismos do masculino como relativo ao humano. Eu, produto do questionamento da democracia na região, espero que possamos reconstruir o protótipo de mulher como protótipo do feminino, porque muitas de nós estão ficando fora desses conceitos universais de mulher. Ficamos de fora porque não temos as

condições dessa mulher da qual se fala. Pensar a democracia da região é, em primeiro lugar, reconhecer que a América Latina e o Caribe não viveram democracias verdadeiras até agora. As democracias verdadeiras são aquelas nas quais há uma representação das maiorias. Se as maiorias estão excluídas, não há democracia.

Existem alguns pontos importantes sobre a construção que devemos buscar. Os dados às vezes nos dão alguma idéia do que temos. Em termos de participação política de mulheres afrodescendentes, não apenas nos poderes legislativos, mas também nos poderes executivos, temos apenas uma magistrada afrodescendente em toda a região. Uma! A presidenta da Corte Suprema de Justiça do Panamá é uma honrosa exceção, mas não queremos continuar sendo exceções, queremos ser parte do grupo que toma as decisões. Então, qual é o desafio? O desafio é, em primeiro lugar, fazer uma transformação total das regras de política. O desafio é transformar totalmente os processos e os marcos jurídicos eleitorais. O desafio para nós mulheres afrodescendentes é enegrecer as políticas, enegrecer as cotas, é dar cor à democracia. Isso implica que tomemos decisões em pelo menos alguns assuntos. Em primeiro lugar, em políticas públicas. As políticas públicas devem ser focadas, mas devem ser fundamentalmente universais. Não podemos continuar aceitando que haja políticas universais que não cheguem à universalidade. Não podemos continuar aceitando que em países nos quais 50% da população são afrodescendentes, digam que há políticas universais que não chegam aos 50%. Isso não são políticas universais! Devemos pensar em políticas universais e em políticas focalizadas, especiais, que tenham uma orientação concreta para chegar a nossa gente.

Em segundo lugar, precisamos pesquisar a realidade da população afrodescendente. É preciso que o mundo, que a nossa região, que todos os países, tenham a informação estatística necessária para tomar as decisões e exigir os espaços que nós merecemos em todos os âmbitos políticos e formais. Em terceiro lugar, devemos continuar fortalecendo as organizações das mulheres afrodescendentes em todos os espaços. Devemos tratar de construir, com todas as demais mulheres, uma agenda que seja absolutamente inclusiva, que veja o racismo não apenas do ponto de vista das vítimas, mas do ponto de vista das estruturas de poder, das outras também. Devemos criar um espaço de encontro civil das organizações com as outras irmãs, para realmente reconstruir as regras da democracia. Devemos ocupar mais e mais lugares em todos os espaços de poder. Devemos, ainda, realizar uma grande conferência das mulheres afrodescendentes do Caribe e da América Latina a partir da qual possamos – como vocês, que são 2,800 mulheres – incluir na realidade latino-americana esses 75 milhões de mulheres, com suas demandas e propostas, com sua história, com sua força para transformar não apenas suas vidas, mas para demonstrar que são capazes de transformar a democracia em toda a região, para construir uma democracia que não exclua ninguém. Quando estamos pensando em ocupar esses espaços de poder, não o fazemos apenas por nós, mas pensamos em todas e todos os excluídos. Quero terminar dizendo que quando vemos a nossa realidade, quando vemos tantas crianças afrodescendentes, ou não, nas ruas, sem esperanças e sem presente, devemos chegar à conclusão de que não estamos construindo um futuro. Por essas crianças e por nós mesmas, devemos caminhar decididamente. Pensando nas crianças, pensando nas responsabilidades que temos, pensando que em breve veremos congressos, poderes executivos, governos e presidentas negras na América Latina, quero terminar lendo um poema que diz assim:

Juro não me deter até encontrar nossa terra prometida,
deve estar em algum lugar escondida.
Juro não minguar esforços, nem caminhos, nem batalhas.
Juro entregá-la nas mãos, nos olhos e nos sonhos das meninas.

Muitíssimo obrigada!

Painel 3 – Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira

Composição da mesa

Luizianne Lins, Prefeita de Fortaleza, CE – Uma análise desde o ponto de vista do Poder Executivo. Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça do Brasil – O ponto de vista do Poder Judiciário. Luiza Erundina, Deputada Federal, Brasil – O ponto de vista do Poder Legislativo.

Luiza Barrios – Pesquisadora da Universidade Federal da Bahia – Mulheres: que poder queremos e para quê? Moderadora: Betânia Ávila – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e integrante do SOS Corpo.

Coordenadora: Jandira Feghali – Secretária de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói, RJ.

Jandira Feghali

Esta mesa de debates tem como tema uma discussão da maior importância e que nos chama a um desafio permanente: a participação política das mulheres e para discutir esta questão teremos a representação das três esferas do poder: Executivo, Legislativo e Judiciário, além da visão da Academia, através da voz de pesquisadoras de universidades brasileiras.

Luizianne Lins

Bom-dia, companheiras que estão presentes na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres! Eu queria aproveitar para parabenizar a equipe da Ministra Nilcéa Freire e dizer que nós estamos muito felizes com o trabalho dela, com o das nossas parcerias e, também, com a força com que o nosso Ministério da Mulher vai tomando e vai assumindo nesse espaço de poder. Então, parabéns aqui a todas que estamos aqui e que viemos fortalecer a discussão sobre que Brasil nós queremos, e isso a partir da ótica das mulheres.

Eu queria me congratular e dizer da minha alegria de estar participando dessa mesa com mulheres que acima de tudo têm lutado e lutam em espaços ditos masculinos e que, cada vez mais, estamos nos apropriando deles. Às vezes, quando as portas estão fechadas para nós, o jeito que temos é entrarmos na marra, eu costumo dizer que a gente tem que entrar de qualquer maneira, nem que para isso tenhamos que arrombar a porta, não é?

Cada vez mais temos que perceber isso para avançar. Eu queria aqui me congratular com a nossa Deputada Luiza Erundina que foi uma das maiores prefeitas que esse Brasil já teve, e, certamente, vai poder dar a sua colaboração a essa plenária, de uma grande experiência legislativa e no executivo da maior cidade brasileira. Nossa companheira e pesquisadora Luiza Barrios que vai trazer aqui os aspectos da visão da academia sobre essa relação de poder; nossa companheira Betânia Ávila, do SOS Corpo e a nossa querida Deputada Federal que está mediando este painel, Jandira Feghali, que é também um ícone de luta e de

garra no Brasil, e também, ao mesmo tempo, de atrevimento importante e positivo que nós mulheres temos que ter para que a gente possa ser ouvida, vista e respeitada. Cumprimento também a nossa Ministra do Supremo Tribunal de Justiça, Sra Eliana Calmon. O Judiciário passou a integrar, nesses últimos anos, o debate sobre as questões das mulheres, uma aliança fundamental para todas nós, porque muito dos nossos poderes acabavam no espaço de julgamento onde essencialmente tínhamos apenas o olhar masculino, porque em geral todos eles, todos os nossos Ministros, em todos os órgãos superiores eles eram homens, já estamos aqui, me dizia a Ministra Ana, que já estamos com quatro mulheres que começam a fazer a história desse país e Ana foi, inclusive, a primeira que adentrou esse espaço.

Eu queria, companheiras, falar um pouco da nossa visão, ampliando a questão do Executivo. Eu estou administrando Fortaleza há pouco mais de dois anos e meio, mas não poderia deixar de falar a partir da experiência que eu tive no Legislativo: fui duas vezes vereadora, deputada estadual e hoje estou Perfeita. Sou professora da Universidade Federal do Ceará e estou licenciada, sou jornalista e todo o conjunto de espaços em que a gente convive: a universidade, o movimento social, o movimento popular, os sindicatos, as associações de mulheres, as câmaras legislativas, as assembleias, enfim, todos eles vão se somando e moldando a nossa percepção e compreensão. Quando a gente ocupa os ditos espaços de poder e a nossa própria participação em um partido político é exemplo dessa vivência – eu sou filiada ao PT há 17 anos – a gente quer colocar em prática todo o acúmulo que a gente traz e os movimentos sociais dão uma enorme colaboração que nos ajuda a administrar. Uma capital como Fortaleza, que vocês devem saber que hoje é a quarta capital em população do país, com mais de dois milhões e meio de habitantes, inclusive uma capital que tem muitas dificuldades, porque é a capital do estado Ceará, que tem uma grande parte de seu território localizada no semi-árido nordestino, só para vocês terem uma idéia da concentração que significa isso, nós temos cerca de 94% do ICMS do estado em Fortaleza e em duas outras cidades, que fazem parte da região metropolitana de Fortaleza, então, 6% da riqueza circula em 182 municípios e em três municípios do estado do Ceará, 94% de concentração. Isso faz do Ceará um estado com muitas peculiaridades e muitas dificuldades.

Eu acredito que a gente precise é discutir e acho interessante essa das relações de poder e que poder de fato é esse sobre o qual a gente fala. Eu peguei um estudo rápido, uma vez que eu ia falar um pouco mais sobre a experiência do Executivo, sobre o conceito de poder a partir do trabalho realizado pelo Professor Henrique Flávio Rodrigues da Silveira, que passou tanto pela UFC quanto pela UNB, que é um estudo sobre o poder na sociedade da informação, onde ele destaca as idéias mais difundidas de poder e dentre elas o conceito weberiano de poder. Weber falava sobre a possibilidade de alguém impor a sua vontade no comportamento de outras pessoas e, no caso, o professor Henrique Flávio discorre sobre várias formas de concepções de poder que na história perduraram, e ele diz o seguinte: “há casos, porém, que a finalidade desejada com o poder, é o próprio exercício do poder, os rituais que envolvem os poderosos fascina”, e ainda segundo ele, os homens, há milhares de anos, bem como a peregrinação dos submissos ao poder, sai em busca de soluções e de promessas. Pegando o conceito de viés mais sociológico de Diogo Moreira sobre a questão ao poder, ele diz: “o poder é um fenômeno social, no qual uma vontade individual e coletiva se manifesta com capacidade de estabelecer uma relação da qual resulta produção de efeitos desejados e que de outra maneira não ocorreriam espontaneamente.” Isso

significa, e aí voltamos para o professor Henrique, que afirma que “a investigação sobre verdadeiros objetivos que orientam o exercício do poder representam um desafio ainda hoje, dadas as possibilidades de dissimulação e de engodo que muitas vezes permeiam as relações de poder e resta também a compreensão que a prática do poder na sociedade e encontrada em todos os tipos de sociedade”. Então, Henrique vai discorrer sobre várias elaborações de filósofos e cientistas sociais sobre a questão do poder e chega a Norberto Bobbio que classifica o poder “de acordo com o meio empregado para a sua manifestação, o poder econômico vinculado diretamente a riqueza, cujo meio é a riqueza, o poder ideológico como o saber e o poder político como aquele que pode se utilizar da força para poder se manter e se estabelecer”, pode se organizar, por fim, nessa concepção do poder. Posteriormente o Professor Henrique cita diversos teóricos, particularmente, eu encontrei uma citação do Karl Popper que diz o seguinte: não existe história da humanidade, existe apenas um número indefinido de histórias dos vários aspectos da vida humana, e uma dessas é a história do poder político, esta é elevada à condição de história do mundo, mas isto eu asseguro é uma ofensa contra toda concepção decente de humanidade é pouco mais que considerar a história da usurpação, do roubo, ou do envenenamento, como história da humanidade, pois a história do poder político, infelizmente tem sido senão a história de crimes internacionais, e do assassinato em massa de milhões de pessoas.

Da mesma forma como dizia o nosso companheiro Marx: “tudo que é sólido se desmancha no ar”, a gente precisa sempre reavaliar e cada vez mais analisar de que poder as mulheres realmente falam, e que poder nos interessa.

Acredito que em todos os espaços, sejam parlamentares ou executivos, quando se fala de espaço de poder, é muito maior do que tudo isso: é a organização da sociedade civil, é a participação das mulheres historicamente em todos os movimentos sociais, políticos e sindicais, mas que, infelizmente, quando elas vão compor efetivamente as direções, muitas vezes nós somos excluídas dessa participação, da representação nos espaços de poder. E é contra isso que nós temos que lutar dia e noite, por que as mulheres estão sempre em um plano secundário, ou estão atrás, ou na sombra, ou fazendo alguma coisa da qual o homem acaba sendo o beneficiário da representação pública daquilo. Temos que inverter radicalmente essa condição, e dizer que quem está na base também tem legitimidade, poder e vontade de estar na representação política e na direção. Isso é um princípio fundamental para as mulheres.

A participação das mulheres nos espaços de poder historicamente lhes foi negada e até os dias de hoje, apesar da contribuição da organização das mulheres, do movimento feminista, é motivo de grandes enfrentamentos e de duros obstáculos. A divisão sexual do trabalho ainda é, efetivamente, um dos principais pilares da opressão sobre as mulheres na nossa sociedade e isso vai definir espaços distintos para homens e mulheres, quando em pleno exercício da vida no século XXI.

Ainda se tenta manter a mulher na esfera da vida privada e os homens na dita esfera pública. Isso traz objetivamente dificuldades concretas para a participação das mulheres na política. Para a gente entender a dinâmica dos espaços de poder é necessária a compreensão de que eles são construídos ante a necessidade e a lógica masculina. Então, se pressupõe que esses espaços não são para as mulheres, como se nós não tivéssemos legitimidade para

ocupá-los, daí a dinâmica para chegar e ter acesso a esse tipo de poder é necessário absorver a masculina como essência. É preciso romper com o processo de acessibilidade a esses poderes, e daí são fundamentais políticas públicas, as chamadas ações afirmativas que embora muitas de nós contestemos e às vezes achemos que não são importantes, elas têm se confirmado como movimentos importantes na luta contra a desigualdade e acesso ao poder.

A lei de cotas para os negros e outras experiências que foram relatadas pelas companheiras do painel internacional, mesmo não resolvendo tudo, são necessárias. Ela é uma colaboração importante para que a gente possa chegar o mais próximo possível da igualdade.

Se nós refletirmos sobre as últimas eleições e se pensarmos na representação político-partidária no poder, vamos registrar uma diminuição de parlamentares mulheres na grande representação política dos espaços de poder na Câmara e no Senado Federal. É importante ressaltar que após Beijing 95 nós conseguimos aprovar no Congresso a lei de cotas para as eleições, era uma reivindicação da luta de muitas mulheres, como a companheira e então deputada federal Marta Suplicy, entre outras tantas que lutaram para a participação de mulheres e dos 20% de vagas de cada partido, ou coligação, para a candidatura de mulheres aos cargos das eleições proporcionais nos âmbitos municipais. Porém nós sabemos que não é apenas a lei que vai modificar o cenário político do país levando as mulheres a entrarem na política partidária e eleitoral e participarem com poder de voz e voto. Na verdade, só o tempo de luta, a nossa garra e a nossa determinação é que vão fazer com que, objetivamente, as mulheres possam assumir todos os espaços. E todos eles passam também pelo espaço político partidário eleitoral.

Vamos começar a pensar nas eleições de 2008, quando nós queremos que centenas de milhares de mulheres sejam candidatas a vereadoras e a prefeitas por todo o país. Eu acho que essa Conferência deve apontar objetivamente para que seja estimulada a candidatura de mulheres e que elas possam debater em seus partidos políticos, pois a maioria deles não abre espaços para tal. Infelizmente, mesmo os partidos de esquerda e de concepção libertária ainda não conseguiram romper os grilhões da discriminação e da opressão. Se o partido não fez isso, que nós mulheres o façamos, porque nós estamos também no partido para revolucionar a concepção masculina de poder que a maioria têm.

Para finalizar, eu queria falar um pouco sobre a experiência no Executivo como prefeita que estou tendo. Todo mundo sabe das dificuldades que nós experimentamos no processo eleitoral em Fortaleza, foram 11 candidaturas, dentre os candidatos, 10 eram homens e eu a única mulher e a mais jovem. Uma mulher e 10 homens: delegados de polícia de todas as esferas civil, militar e federal, todos concorrendo, mas eu costumo dizer que o povo de Fortaleza é um povo extremamente ousado, pois no meio de todos os delegados que prometiam resolver o problema da segurança pública, Fortaleza decidiu que a prefeita deveria ser aquela lá, aquela menina como eles diziam, a mais jovem de todos e ainda por cima mulher, e ainda tida como louca, pois a maioria de nós é tida como louca, basta a gente desafiar o status quo, mas que sejamos loucas, a loucura talvez seja a nossa sina, que sejamos loucas para revolucionar esse país, esse mundo que está precisando da nossa garra e da nossa determinação nisso. Nessa ocasião, começamos a colocar em prática o que a gente já vinha construindo nos mandatos parlamentares a discussão do empoderamento das mulheres a

partir de políticas públicas, que a gente pudesse vir a construir em Fortaleza, e aqui hoje nós temos a nossa grande inspiradora da Lei Maria da Penha, a própria Maria da Penha que é a nossa Secretária da Coordenadoria de Políticas de Mulheres em Fortaleza, com muito orgulho, porque a sua garra e a força de Maria da Penha fizeram com que, hoje, muitas mulheres no Brasil possam estar muito mais seguras para lutar contra a violência que é a pior e mais brutal forma de opressão e de exploração histórica do masculino sobre o feminino. Mesmo com todas as dificuldades, que vão desde a saúde aos direitos reprodutivos, da discriminação no trabalho a questão da participação política, a violência ainda é a maior e irracional mazela mundial e objetivamente estamos nos empoderando para que a gente possa romper a barreira da opressão.

Por fim, companheiras, eu vou apresentar alguns dados que considero relevantes para a gente fazer essas ponderações no que diz respeito ao Executivo e ao Legislativo no Brasil. Em uma classificação de 189 países apenas 20 apresentam mais de 30% de mulheres no Parlamento, e todas essas mulheres são bastante influentes nos espaços onde estão. Em termos regionais apenas os países nórdicos apresentam 40% de mulheres nos parlamentos, o Brasil ocupa a 102ª posição, situado em último lugar na América do Sul. E segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, são quase 126 milhões de eleitores e eleitoras no Brasil sendo desses 51,53% de mulheres, e 20,42% de jovens entre 16 a 24 anos. No entanto, no plano federal, nós temos em 81 senadores, 10 mulheres e 71 homens, corresponde a 14,81% da participação. No Congresso Nacional são 45 deputadas federais, de um total de 513, ou seja, 468 deputados, menos de 10%, na verdade 8,77% do total dos deputados são mulheres. Na Assembléia Legislativa dos estados são 119 deputadas estaduais, e 3 deputadas distritais, e são 937 deputados homens, ou seja, representamos 11,52% das cadeiras das assembleias legislativas, também no caso das prefeituras, dos 5.562 municípios do país, apenas 418 são governados por mulheres, nas câmaras municipais somamos 6.556 vereadoras contra 45.252 vereadores. A gente precisa mudar esse quadro na eleição do ano que vem.

Governadoras, nós temos 3 governadoras, e 24 governadores, dos 26 estados e do Distrito Federal. Então, mulherada forte, nós estamos precisando cada vez mais empoderar e, concretamente, fazer com que esses governos tenham a ótica do olhar das mulheres, e para isso, para finalizar, eu posso citar algumas ações que com a ajuda do Governo Federal, através da Ministra Nilcéa Freire e sua equipe, nós já implantamos no primeiro ano de governo um Centro de Referência da Mulher, que fez parte das comemorações do dia 8 de março – hoje, questões psicossociais e jurídicas chegam diariamente no Centro de Referência. As questões de saúde e questões multidisciplinares fazem parte de uma realidade concreta que tem sido a grande e bela experiência do Centro Municipal de Referência para as Mulheres.

A Casa-abrigo, que mesmo não estando no âmbito da questão de segurança pública, que é de gestão estadual, a Prefeitura não se omitiu diante disso. A Prefeitura construiu também a sua Casa-abrigo, inaugurada em dezembro do ano passado e ela é um espaço da Coordenadoria de Mulheres para receber as mulheres vítimas de violência. Realizamos um programa de mulheres pedreiras que decidiram construir as suas próprias casas, este é um empreendimento através do qual a Prefeitura de Fortaleza vem empoderando as mulheres para que elas saibam fazer a sua casa, já temos, inclusive, casas entregues em um conjunto

residencial com nomes de bravas mulheres. Na decisão do orçamento participativo de Fortaleza as mulheres serão as responsáveis, e, hoje, as casas que estamos construindo em Fortaleza saem com a documentação em nome das mulheres e disso, elas não abrem mão.

Projetos como a cozinha popular, e temos aqui presente a delegação de Fortaleza, é uma iniciativa que subsidia a refeição e a partir dele as mulheres estão montando seus próprios empreendimentos, com uma rede de cozinha popular sendo constituída elas estão virando pequenas e médias empresárias. Das 75 mulheres que participaram no primeiro ano, 57 viraram empreendedoras, agora, sem a ajuda do governo, pois elas já podem assumir essa tarefa. A sociedade está se beneficiando, em cerca de 7 mil pessoas, com alimentação de baixo custo. Campanhas como: Uma Fortaleza sem Violência é um Direito das Mulheres e Mulheres em Cena, beneficiam mulheres com maior vulnerabilidade sócio-econômica, seja por questões de violência ou até por questão de saúde. Todos estes são temas frequentemente discutidos por essas mulheres que viram protagonistas e sujeitos das políticas públicas de assistência social da Prefeitura.

Para finalizar, Mulheres em Ação é um projeto que busca a autonomia financeira e econômica das mulheres como por exemplos as mulheres pedreiras que estão fazendo cursos para se capacitarem, como no Conjunto Habitacional Rosa de Luxemburgo, a grande camarada revolucionária, onde cerca de 30 mulheres, atuam no orçamento participativo e é motivo de orgulho para todas as mulheres. Estamos licitando agora no mês de setembro algo que será uma grande referência, acredito nacional, de políticas de saúde e direitos reprodutivos. Este é um compromisso de campanha que nós estamos conseguindo efetivar: o Hospital da Mulher – um equipamento público que pretende acompanhar a mulher em todo o seu ciclo reprodutivo, desde a menarca até a menopausa, passando por todas as fases da mulher e também observando o seu direito à reprodução, que no Brasil só é permitido às mulheres com alto poder aquisitivo. Infelizmente, ainda se pensa que as nossas mulheres, por serem pobres, não têm direito a um tratamento digno e que muitas vezes tem um custo caro, mas que é fundamental para que ela tenha o direito à saúde reprodutiva e para que possa de fato ter os seus filhos, se assim o desejar. Nesse hospital vamos trabalhar com toda a tecnologia de que hoje se dispõe em hospitais privados, e nós queremos levar a Ministra Nilcéa para inaugurá-lo no ano que vem. Ele será uma referência para as mulheres poderem desenvolver seu desejo de ser ou não mãe, mas acima de qualquer coisa, de exercer seus direito de ter uma saúde reprodutiva tratada de forma adequada, devida e respeitada, como nós merecemos.

No mais, companheirada, é parabenizar mais uma vez a Conferência e dizer para vocês e eu até brincava com a Ministra Matilde, que é a nossa ministra de combate ao racismo, estamos criando também a Coordenadoria Afro-descendente em Fortaleza, ela será uma realidade em breve. Mas eu brincava dizendo que além das mulheres negras, a gente sabe da dupla e da tripla opressão que se coloca, mas eu quero dizer que as louras também sofrem muito, viu? Quero dizer, que nós sofremos de todo jeito, eu estava do lado da Matilde, e eu me lembro que eu levei um empurrão, uma cotovelada de um homem, eu resmunguei bem baixinho, e disse assim: “ coisa para sofrer é mulher loura”, aí a ministra Matilde disse: “Imagine nós, as negras!” Então gente, estamos todas no mesmo barco, devemos ajudar as afrodescendentes que a gente sabe que elas sofrem várias sobreposições de exclusão. O preconceito permeia as mulheres, basta elas estarem fora do padrão

feminino estabelecido e construído para elas. Nos interessa interferir na construção desse papel, a construção do nosso papel social cabe a nós definir qual é.

Um grande abraço a todas, grande Conferência e que daqui saiam muitas idéias em favor do povo brasileiro, e das mulheres brasileiras. Muito obrigada!

Eliana Calmon

Eu cumprimento a doutora Jandira Feghali, e através dela todas as demais componentes da mesa. Minhas senhoras, meus senhores, companheiras. As minhas primeiras palavras vão para a Ministra Nilcéa Freire, pelo convite feito ao membro do poder judiciário, esse convite que me coube, me faz ficar feliz de estar participando de um movimento como esse. Para mim, realmente é uma novidade, e sem dúvida alguma, uma grande revelação, não sabia que esse movimento era tão pujante, mas também os meus agradecimentos pela oportunidade, de pela vez primeira falar publicamente o que eu penso sobre o exercício do poder feminino dentro do Judiciário.

O Poder Judiciário, poder hermético, imparcial, eco distante do poder político paradoxalmente, essa é a formação do magistrado, manter-se neutro, manter-se fora de qualquer concentração de poder, e sem os excessos dos poderes que são conferidos pela população. Esta foi uma marca que veio da Revolução Francesa, e que seguiu até os dias de hoje. A neutralidade do magistrado é absolutamente irreal, e inverídica, e por quê? Ninguém é neutro, ninguém pode ficar absolutamente neutro, e esta neutralidade comportamental, quase que exigida na Magistratura, praticamente foi a causa da fragilização do Poder Judiciário. A fragilidade em razão de nascer dentro do seu seio um corporativismo exacerbado, onde existia para quase ele mesmo, afinal era necessário que o poder fosse exercido com o poder judiciário. Presto a jurisdição que eu quiser, porque eu sou o poder. E esta idéia vem através da equidistância dos seus membros para chegar até o Poder Judiciário, porque foi o primeiro que se fez sob a roupagem democrática do concurso público. Ascende-se ao Judiciário por concurso público, e a partir daí começa a haver na hierarquia do poder para se ascender aos cargos de cúpula no poder uma grande batalha política interna.

A idéia de se formar um poder absolutamente neutro, evidentemente não satisfaz a ninguém, sequer aos seus próprios membros, mas a base ascendendo ao poder por concurso público levou a uma cúpula muito integrada ao poder político, e de uma forma não ostensiva, de uma forma invulgar, é a forma de se fazer com conchavos políticos. Esta idéia faz com que o poder judiciário, historicamente, tivesse participado de todas as grandes indecências da República histórica do Brasil, sendo um parceiro conivente em nome da Lei e da Justiça. Mas, este momento começa a mudar, e essa mudança começa a chegar no Brasil a partir do movimento que surgiu espontaneamente no próprio Judiciário, na base do Judiciário, que foi através do movimento alternativo onde os Magistrados começaram a se rebelar contra esse estado de coisas, e este direito alternativo veio depois a desaparecer, para depois chegar à Constituição de 88, quando o Poder Judiciário começou a tomar forma diferente, e àquela idéia de que o Poder Judiciário presta a jurisdição que quiser porque é o poder, vai se inverter, porque o Poder Judiciário, tem a obrigação de cumprir a jurisdição

àqueles que sustentam o poder, que é a população. A partir deste entendimento da Constituição de 88, começamos a ficar assustados, a cúpula desacostumada a lidar com o poder político vindo destas necessidades populares, e a base querendo a refrigeração do poder através de acessos mais democráticos. Esta é a luta que se trava hoje dentro do Poder Judiciário. Onde nós estamos enfrentando dificuldades, e por quê? Porque, como cúpula de poder, não fomos capazes de dar a lição, dar o exemplo às massas, mas como reflexo de toda essa estrutura, nós tivemos ainda um comportamento em relação às mulheres bastante típico para sua inserção como agente político.

As mulheres começaram a chegar ao Poder Judiciário, à base do Poder Judiciário, através dos concursos públicos, pelo fenômeno da feminização do Poder Judiciário. A base hoje sustenta mais de 40% de Magistradas, e isto em razão de quê? Primeiro, a liberação da mulher na década de 60; segundo, a abertura de universidades na década de 70; e, finalmente, essa inclinação para o concurso público que levou as mulheres à Magistratura. E é interessante que estas mulheres ao chegarem à Magistratura e para ascenderem, não tiveram necessidade de se engajar em movimentos populares, em movimentos de mulheres, porque dentro de um Poder Judiciário hermético e fechado e dito imparcial, era preciso fazer o jogo masculino para desta forma poder ter acesso ao poder. Somente havendo a conivência dos Magistrados, era possível chegar ao poder, porque eram exatamente aqueles que estavam na cúpula que faziam a ascensão de quem está na base. Essa desvirtualização da atividade da mulher dentro do poder judiciário quase como uma forma de defesa pessoal, legítima defesa para quem quer ascender à cúpula, começa a mudar a partir da década de 90. É interessante observar que toda a história vai mostrando que é a política que conduz a uma mudança radical, e esta só se faz com luta, esta não se outorga direito por uma forma absolutamente pacífica é preciso lutar para se conseguir um lugar ao sol.

Quando o Brasil começou a fazer a sua Plataforma para chegar à Conferência de Beijing, deparou-se com uma situação que ainda não estava devidamente questionada, examinada e resolvida pelos movimentos políticos das mulheres. Embora o Poder Judiciário fosse o primeiro poder a ter acesso mediante concurso público, este acesso paralisava a base, porque a cúpula não queria as mulheres ali em razão dos fenômenos já mostrados anteriormente na minha fala. E a partir daí foi que o movimento de mulheres fez com que se colocasse dentro das propostas pelo Brasil, na Conferência Mundial, de que no Poder Judiciário houvesse o compromisso de fazer chegar as mulheres à cúpula do Judiciário, desta forma, com esse compromisso presidencial, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi possível então, primeiro, chegar a primeira mulher ao superior Tribunal de Justiça, e isto alavancado pelo movimento de mulheres; segundo, chegar a primeira mulher ao Supremo Tribunal Federal, através de compromisso dos movimentos feministas, isto é muito esquecido, não é dito, e pela primeira vez talvez venha a público, porque a idéia que se passa, é que essas mulheres que chegaram à cúpula do poder pela primeira vez, tenham ascendido por mera competência, e pelas suas qualidade pessoais. Na verdade, elas se aproveitaram de um momento histórico em que o movimento de mulheres e os movimentos feministas lançaram as suas necessidades e conseguiram estabelecer um compromisso presidencial.

A partir dessa identificação, como eu vejo a possibilidade de nós mudarmos a questão dentro do Poder Judiciário? Em primeiro lugar, o Judiciário está passando por uma grande

reforma, estamos vivendo um momento de perplexidade, nós estamos em um momento em que estamos passando a limpo, estamos com dificuldade diante de uma paralisação secular, mas sem dúvida alguma, hoje, se tem a nítida noção de que só é possível o exercício do poder se nós estivermos sensibilizados com aquilo que quer a sociedade, e a comunicação, sintonizados com o que quer o povo, o que precisa o povo, e o que quer a sociedade nos chega através dos diversos movimentos sociais. Como as necessidades das mulheres nesse país são muito grandes, afinal é a mulher o esteio da família, é a mulher que neste país apresenta um percentual de mais de 70% como chefes-de-família, é a mulher que dá todo o equilíbrio familiar e aos filhos, é esta mulher que precisa fazer chegar à Magistratura as suas necessidades e os seus anseios.

Eu tive oportunidade de ver a dificuldade das minhas colegas Magistradas, quando estávamos a discutir a Lei Maria da Penha, quando as mulheres dos movimentos feministas diziam que a Lei dos Juizados Especiais, a Lei 9.099, era uma lei que praticamente selava o direito do homem bater na mulher, a lei da surra institucional, e isso não chegava a sensibilizar as Magistradas, porque dentro de uma ótica eminentemente hermenêutica, elas não tinham o retorno do mal que aquela lei estava fazendo na sociedade. A Lei Maria da Penha, ao estabelecer um microsistema de defesa para a mulher, ainda causa perplexidade a algumas Magistradas, inclusive algumas com a certeza de que efetivamente se trata de uma lei inconstitucional por estabelecer uma desigualdade, e isto é uma deformação do Poder Judiciário, na medida em que tratarmos de gênero não podemos deixar que o princípio da igualdade seja exacerbado. Afinal, é preciso que nós conheçamos a sociedade brasileira e saibamos que a mulher ainda exerce um papel de muita fragilidade no espaço social, daí porque o Magistrado ao aplicar a Lei, necessita deste olhar benéfico para a categoria que apresenta esta fragilidade.

Neste momento, eu estou terminando a minha fala, dizendo que no momento em que a Magistratura se debruça sobre os movimentos sociais, no momento em que a Magistratura se refrigera com esses movimentos, existe, naturalmente, uma idéia de que nós sejamos melhores juízes, melhores intérpretes, que sejamos efetivamente agentes políticos adequados para a sociedade brasileira, e possamos dizer, como disse Lulu Santos: nada do que foi será.

Luiza Erudina

Eu queria começar saudando esta 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres na pessoa da nossa querida Ministra Nilcéa Freire e na pessoa da Ministra Matilde Ribeiro que foi uma das mulheres que mais me ajudaram na Prefeitura de São Paulo a construir as políticas públicas daquela cidade na ótica de raça e etnia. Eu sou muito grata a essa mulher hoje Ministra! Ao saudar a Ministra Nilcéa Freire eu saúdo a cada delegada presente a esta Conferência. Queria também saudar de um modo muito particular as companheiras de outros países que nos visitam e que vêm nos dar uma força para continuarmos a nossa luta no Brasil e na América Latina. Eu queria dizer que essa mesa está aqui para discutir a participação política de mulheres nos espaços institucionais, e por isso eu quero saudar a mesa na presença dessa grande mulher, a Deputada Jandira Feghali, essa militante partidária, essa militante dos movimentos de mulheres, essa militante da militância

parlamentar e que está fazendo muita falta na nossa Câmara dos Deputados e nosso Congresso Nacional, através da sua pessoa, eu saúdo cada uma das extraordinárias mulheres que compõe esta mesa.

Nós da mesa estamos aqui com mandatos parlamentares ou mandatos políticos e institucionais, vocês têm feito a política na sociedade civil e é por isso que essa Conferência representará sem dúvida nenhuma um marco nessa trajetória que começou em 1932 e que vêm se desdobrando no tempo e na história com avanços e retrocessos, mas sempre mantendo a esperança na transformação do mundo, na transformação do Brasil através das mãos das mulheres negras, brancas, jovens, velhas; o tempo é curto para tudo aquilo que a gente precisaria apontar e que poderia alimentar a nossa reflexão, que começa hoje e que começou há muitos anos, e que se faz hoje, e se fará por muitas décadas à frente, até que um dia não tenhamos nenhuma mulher branca, negra, índia, ou de qualquer raça ou etnia desrespeitada em seus direitos humanos e direitos de cidadania.

Eu dividiria a minha exposição em três fases, em três momentos da luta das mulheres pela participação política nos espaços de Poder Legislativo. Eu começaria a primeira fase de 1932 a 1994, e por que esse período? Porque primeiro, em 1932, nós conquistamos o direito do voto, que completa 75 anos este ano, esta foi uma conquista importante, e porque a partir de 1995 começou uma nova fase para as mulheres, a fase em que se conquistou a política de cotas no Brasil, 62 anos entre 1932 e 1994. Neste período, nós tivemos apenas 7% de mulheres nas Câmaras Municipais, 8% de mulheres nas assembleias legislativas e 6% apenas na Câmara dos Deputados de 32 a 94.

Em 1933, elegemos uma mulher na Constituinte, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz e em 34 ela se elege ou reelege Deputada Federal e uma outra mulher, Bertha Lutz, suplente de Deputada e pelo falecimento de um Deputado, ela é a segunda mulher a se tornar Deputada Federal no Brasil, de lá para cá nós tivemos evidentemente avanços tímidos e retrocessos enormes pelos períodos de exceção a que estivemos submetidos na política brasileira, Golpe do Estado Novo em 1937, em 1934 tivemos uma eleição geral, naquela eleição geral nós elegemos uma única mulher Deputada Estadual em Santa Catarina e por sinal a primeira mulher negra a se eleger no parlamento do Brasil, De lá pra cá não houve grandes avanços porque também uma única mulher Senadora que era Suplente de Senadora pelo Amazonas, a Eunice Micheles, que assumiu pela primeira mulher no Senado, em 1969, quando estávamos em plena ditadura militar. Faço esse corte 32 a 64 retomando um outro momento, outra fase, a partir de 1995 quando se conquistou a cota de 20% de mulheres como obrigação dos partidos de destinarem vagas em suas chapas para cargos proporcionais para mulheres, e em 1997 uma segunda conquista que foi ampliar essa cota de 20% para 30%, no mínimo de 20% e o máximo de 70% para um dos gêneros, um dos sexos, a disputar uma eleição, este foi um marco na conquista dessas cotas.

É preciso fazer um balanço e avaliar a repercussão dessas conquistas no desempenho eleitoral e nos níveis de participação das mulheres no poder legislativo como consequência dessas cotas, evidente que teve efeitos modestos e tímidos, insuficientes, porque essa conquista se limitou a uma conquista formal, uma conquista legal, porque é uma Lei Federal que não obriga os partidos a cumprirem a cota, nem dos 20%, nem dos 30%, e pior, é uma lei que não prevê sanção. O partido que não preenche a cota não sofre nenhuma punição e não há nenhuma política dos partidos no sentido de criar as condições objetivas

para que as mulheres possam ocupar essas vagas, mais que ocuparem essas vagas, elegerem-se Deputadas estaduais e federais e Senadoras. Embora não possamos negar a importância dessa conquista, ela é insuficiente e por isso nós temos que avançar e que pressionar nossos partidos. Se nós tivéssemos partidos verdadeiramente democráticos e que não ficassem apenas na retórica do discurso partidário, os próprios partidos já poderiam ter adotado essas cotas nas suas direções, portanto, nós também precisamos reforçar nossa luta nos partidos.

Os partidos têm uma hegemonia masculina, machista, patriarcal e insuportável! A Jandira demonstrou ao pedir que vocês se declarassem na condição de presidentes de seus partidos, a gente contou com os dedos de uma mão aquelas companheiras que se manifestaram como presidentes dos partidos. Alguma coisa está faltando fazer e não se faz política, e não se conquista espaço de poder, no espaço institucional sem partidos. Só com políticas adequadas, sem políticas justas e sem políticas que efetivem o seu compromisso com a emancipação política das mulheres e sem a emancipação política das mulheres não podemos falar de uma verdadeira democracia – a democracia de gênero em qualquer sociedade.

Outro dia tivemos um seminário sobre “Reforma Política na ótica de Gênero” e tivemos o prazer de ter companheiras de vários partidos que trouxeram o resultado de seus países da política de cotas. Então vejamos, estiveram conosco companheiras que representavam Ruanda, com 48,8% de mulheres no parlamento; Suécia, 45,3% de mulheres no parlamento; Costa Rica, 38,6% de mulheres no parlamento; a Argentina, um país vizinho da América Latina e da América do Sul, com 35% de mulheres no parlamento; o Chile, com 12% de mulheres no parlamento, esperemos que a nossa Presidenta Michelle Bachelet, com a participação das mulheres naquele país consiga alavancar a presença das mulheres no parlamento, ela já garantiu a presença de 50% no Poder Executivo daquele país; Brasil, com 8,8% de mulheres no parlamento brasileiro, na Câmara dos Deputados; Palestina, com 8,2%; esses foram os países que estiveram presentes naquele evento. Deu para ver o quanto nós ainda temos que andar, caminhar e lutar. Temos que pelear para sairmos dessa condição vergonhosa da ausência de mulheres na proporção que fosse, não de 52% que é aquilo que nós representamos na sociedade brasileira, mas pelo menos no nível de 30% que é o que a gente imagina que frente a nossa força de mobilização e de participação teria o direito e a condição de exigir dos nossos partidos e da sociedade esse nível de participação.

A segunda fase que eu queria pontuar é o momento que começa em 2002, mas mais precisamente em 2006, quando se começa a discutir a Reforma Política no Brasil. Eu estive participando, com muita honra e muita responsabilidade, da Comissão Especial da Reforma Política representando a bancada feminina. Nós conseguimos propor novas cotas para garantir condições objetivas concretas para efetivar a conquista dos 30%. O que nós propusemos naquela Comissão Especial eram duas cotas já contempladas em dois projetos de Lei que eu havia apresentado em março de 2002 que é 30% do tempo de rádio e TV gratuito nos partidos para a participação das mulheres; as mulheres precisam sair da invisibilidade, nós precisamos sair do silêncio que o machismo e o patriarcalismo nos impõe até os dias de hoje. Nós queremos dominar os meios de comunicação de massa, nós queremos aparecer no horário gratuito de rádio e TV que os partidos têm anualmente.

Nós brasileiras sabemos que os partidos políticos têm recursos públicos destinados a cada um deles proporcionalmente ao número de Deputados Federais para a manutenção dos partidos, as companheiras que nos visitaram disseram que isso é um recurso importante, mas só que está muito concentrado, ou só concentrado na mão dos homens. Os tesoureiros dos partidos são todos homens e a cada seminário, a cada reunião, a cada congresso que as militantes dos partidos políticos pretendem realizar para capacitar politicamente as nossas companheiras temos que ir de pires na mão até o tesoureiro pedir esmola para poder realizar os nossos eventos. Por isso é importante a outra cota de 30%, a dos recursos. Essa nós queremos para as Secretarias de Mulheres dos partidos. Esse dinheiro não pode passar pela mão de tesoureiro não, tem que passar direto para os órgãos que representam as Mulheres em seus respectivos partidos, aí sim, nós teremos condições objetivas para complementar as condições subjetivas e de ampliar a participação política das mulheres nos espaços do Poder Legislativo.

Por último, a terceira etapa, a terceira fase que já começou e começou por essa Conferência, porque dessa Conferência nós temos que tirar uma orientação estratégica, um processo de mobilização das mulheres para fazermos a reforma política com a perspectiva de gênero. Há quem diga que esse tema saiu da agenda, porque já morreu no Congresso! Eu nunca acreditei que ele fosse viver no Congresso. No Congresso só tem homem que pensa em si, individualmente, não pensa em partido e não pensa na sociedade. Preciso trazer a agenda da reforma política para a sociedade civil, já tem um embrião que são os fóruns populares, que são as frentes parlamentares nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas, no Congresso Nacional.

Nós mulheres temos que pegar a questão da Reforma Política como se pega o peão na unha e fazer a Reforma Política que nos interessa. Temos que pressionar o Congresso para que faça a Reforma Política que garanta o recorte de gênero e de raça e etnia. Se o Congresso não fizer e não atender às pressões da sociedade civil, vamos pedir a convocação de um plebiscito para tirar uma Reforma Política, um plebiscito para realizar a Reforma Política que o Brasil precisa e que as mulheres precisam, que os negros precisam e que o povo precisa. Só isso garantirá a cidadania para todos, a cidadania política para todos em nosso país. Obrigada pela atenção, obrigada pelo convite. A luta continua!

Luiza Barrios

Boa tarde a todas. Eu queria, inicialmente, saudar a mesa na pessoa da Deputada Jandira Feghali, não só porque ela é presidente da mesa, mas também pelo corajoso papel que ela desempenhou na campanha ao Senado nas eleições passadas no Rio de Janeiro. Esta atuação foi um ponto de inflexão e me parece muito importante para esse debate mais recente sobre o aborto no Brasil e eu queria cumprimentar todas as delegadas que estão aqui presentes na pessoa de Cristina Almeida, uma mulher negra e militante do IMENA (Instituto da Mulher Negra do Amapá) que foi candidata a Senadora pelo PSB no ano passado e que conseguiu fazer uma das mais emocionantes campanhas que eu acho que houve no Brasil. Ela quase derrotou moralmente, ainda que não, um dos maiores representantes do conservadorismo no Brasil que é o José Sarney.

Eu queria também só fazer uma pequena correção, eu fui apresentada na programação como pesquisadora da UFEBA, mas eu sou pesquisadora associada do Centro de Recursos Humanos da Universidade, mas, na verdade, a minha presença nesta Conferência se dá, quero crer, muito mais por conta de eu ser uma militante já de quase três décadas no movimento negro e no movimento de mulheres, particularmente na Bahia.

A minha intervenção vai partir de noções como empoderamento e poder e participação, porque eu acredito que elas possam nos ajudar a refletir sobre as questões que este painel nos coloca. É claro que como eu sou a última pessoa a falar, depois de sete intervenções, se nós contarmos com a mesa anterior, eu vou voltar a alguns temas que já foram tratados em outras falas, mas espero voltar a esses temas a partir de um outro lugar.

Eu começo dizendo que eu vejo o empoderamento como um processo, um processo importante que deriva de ações políticas coletivas realizadas com a intenção de redefinir o lugar da mulher e outros grupos discriminados nas estruturas de poder e da riqueza da sociedade. É um processo dotado de intencionalidade para subverter, fundamentalmente, e no nosso caso, o sistema de relações sociais de gênero: as relações entre homens e mulheres; mas, contudo, não apenas elas, mas as relações entre mulheres e a relações entre os homens. O empoderamento tem relação com a construção de possibilidades para nós, mulheres, agirmos com autonomia, tanto nas situações cotidianas, como nas instituições da sociedade – eu penso que essa noção tem a importância, pelo menos para os movimentos de mulheres e feministas, pela possibilidade que oferece de se reconhecer que o projeto de assegurar subalternidade das mulheres não consegue se completar totalmente, porque nós aprendemos primeiro pela experiência e depois pelas formulações do feminismo, que na nossa condição de mulher como um ser biologicamente diferente dos homens, é insuficiente para não nos constituir como sujeitos políticos.

O primeiro passo do nosso empoderamento político é saber que a condição da mulher para uma luta política, quando entendida à luz de um pensamento que nos permite olhar ao redor e perceber como a sociedade e suas estruturas garantem a produção e a reprodução da lógica sexista nas tentativas de nos subalternizar. O que nos empodera, em primeiro lugar, são as ações coletivas. São elas que vão assegurar a nossa autonomia, nos livrando da tutela de instituições representativas do machismo, do racismo e da homofobia, como foi tratado por todas as pessoas que me antecederam aqui.

É importante a gente reafirmar que cada uma de nós esta situada na sociedade de modos diferentes e a partir de como nós nos definimos e, muitas vezes, como nós somos definidas pelos outros, no que tange à nossa raça, nossa etnia, nossa orientação sexual e também em relação aos múltiplos papéis que a gente desenvolve na sociedade: mãe, estudante, trabalhadora, ativista e por aí vai. Dentro desse quadro, o lugar onde nós vivemos também adquire importância na formatação da nossa identidade, ele vai ser diferente se somos mulheres do meio urbano, do meio rural, e mesmo sendo rurais, se somos quilombolas ou se habitamos terras indígenas.

Quanto mais nós entendemos os diferentes lugares que ocupamos nessa matriz de opressão, mais os movimentos de mulheres e feminista são ampliados e se modificam, apresentando novas caras e novas agendas de reivindicações. Estão aí os exemplos de crescente

empoderamento das mulheres indígenas, das lésbicas, das jovens e das mulheres negras de qualquer idade ou orientação sexual, sejam elas urbanas, quilombolas ou religiosas de matriz africana. Assim como na questão racial, no que se refere às questões das mulheres, vivemos hoje um ambiente político completamente transformado pela ampliação da maneira de organizar as nossas identidades. Apesar desse processo de diferenciação, nós continuamos tendo, sem dúvida alguma, um ponto em comum a todas: nos interessa combater as opressões que pretendem nos transformar em cidadãs de segunda categoria, que pretendem vulgarizar e “coisificar” a nossa imagem ou esvaziar a importância dos lugares que nós ocupamos na sociedade.

Dito isto sobre o empoderamento, eu parto agora para fazer alguns comentários sobre o poder, um pouco na linha do que já foi colocado aqui, se a gente entender o poder com uma noção quase próxima à do senso comum. O poder como resultado das relações que se estabelecem entre grupos ou indivíduos e que produz a capacidade de um se sobrepor, mediante arranjos hegemônicos, sobre os interesses imediatos de outros grupos ou outros indivíduos. Como eu percebo essa noção? Não há dúvida, até por tudo que já foi dito aqui, que o poder ainda é uma prerrogativa dos homens, tanto nas relações cotidianas e nós não podemos esquecer disso, as relações de poder acontecem no espaço doméstico. Como exemplo vamos observar a questão do uso da camisinha, no caso das relações heterossexuais, existe maior capacidade de negociar, mas para as mulheres esta capacidade reflete as relações de poder do cotidiano. Esta capacidade também se traduz na eterna reivindicação feminina relacionada à divisão da responsabilidade no trabalho doméstico, assim como dentro desse espaço supostamente nós exercemos todo nosso poder; o poder ainda uma prerrogativa masculina vocês imaginam o que isso pode representar nas instituições que foram aqui comentadas e os governos, os parlamentos, os tribunais, as direções das grandes corporações, das Universidades, dos meios de comunicação? É importante a gente notar que o processo de empoderamento tem sido capaz de fazer com que as nossas reivindicações sejam incluídas na agenda dos poderes, não é? Muitas vezes sob o rótulo de promoção da igualdade racial, outras sob o rótulo de defesa dos direitos das mulheres.

Essas formulações, inclusive, já fazem parte do recurso dos homens e a gente teve inclusive a oportunidade de assistir a isso durante esta Conferência, mas notem que estes discursos podem conviver tranquilamente com uma lógica de entendimento no Brasil, pois, na prática, ela ainda é branca e machista e é isso o que limita o alcance das nossas reivindicações e que as mantêm sob controle nos espaços institucionais que conseguimos lograr, mesmo que do nosso ponto de vista os espaços sejam ainda muito reduzidos, pois, no geral, portanto, os interesses das mulheres podem ser adiados, contingenciados ou até riscados da agenda quando se trata de privilegiar outros interesses, de acomodar necessidades políticas e financeiras que nada mais são do que um outro tipo de tradução da afirmação do poder do macho. E essa afirmação da masculinidade está presente, inclusive, nos discursos que ecoam em boa parte daquilo que nós trouxemos para o debate político. O exemplo disso é a recente discussão sobre o aborto, em que as vozes mais audíveis para os grandes veículos de comunicação são as vozes dos homens sejam eles ministros, médicos, parlamentares ou religiosos.

A legalização do aborto é uma bandeira histórica do feminismo, como uma expressão do antigo “nossos corpos nos pertencem” – esse é um bom exemplo e contribui para esse nosso encontro. Contribui para que a gente entenda que o nosso empoderamento pode não nos levar diretamente ao poder, nem mesmo ao poder sobre o nosso corpo. Então, se o poder é geralmente macho e branco, isso nos coloca uma outra tarefa, um outro desafio que é o de estarmos atentas para que o poder que nós queremos não venha de dentro dessa sociedade racista se afirmar como uma exclusividade das mulheres brancas, hoje é a maioria entre as poucas que participam dos espaços de poder instituídos. O desafio, por tanto, é ir além da igualdade de gênero, que na prática significa que a gente opera com isso no cotidiano como a igualdade entre homens e mulheres.

Precisamos avançar no sentido da superação das desigualdades entre as mulheres e quando nós fizermos isso, estaremos mais e melhor aparelhadas para fazer avançar a luta ideológica contra o machismo, contra a homofobia e contra a lesbofobia. É nessa luta que reside a principal contribuição das organizações da sociedade civil à democratização das relações de poder e entre essas organizações da sociedade civil eu destaco os movimentos sociais e os partidos políticos, como já foi comentado aqui.

Os movimentos feministas e de mulheres são imprescindíveis para fazer avançar as agendas dos poderes instituídos, oferecendo alternativas de políticas e programas inspirados nas ações das diversas organizações que existem dentro desse movimento. Nós estamos vivendo um momento onde é possível, dada a correlação de forças que existem, na relação sociedade-governo, algumas coisas foram efetivamente incorporadas, especialmente, na agenda governamental, mas eu acho, aliás, eu tenho certeza que a gente pode ir mais além e forçar essas instituições a responderem mais diretamente à persistência das desigualdades que existem entre nós.

A segunda instância da organização na sociedade civil que eu selecionei é a dos partidos políticos, pela simples razão de que a gente sempre trata os movimentos sociais e os partidos políticos como se fossem expressões absolutamente diferenciadas, embora ambas sejam, na verdade, expressões políticas da sociedade civil organizada. Portanto, partidos e movimentos sociais operam dentro do mesmo campo embora na prática isso não apareça. E não aparece por quê? Porque comparativamente aos movimentos sociais, os partidos representam a face mais institucionalizada da sociedade civil e porque eles se constituem em canais cada vez mais privilegiados para legitimar o acesso às posições de poder no Estado, mas apesar dos partidos fornecerem os quadros estratégicos do Estado, eu digo que aqueles com o efetivo poder de decisão, os partidos ainda estão longe de entender, ao modo dos movimentos sociais, que a exploração na sociedade brasileira é constantemente reproduzida pelas imbricações entre a dominação patriarcal e o racismo. Falam de mulher sem mexer nas bases de produção da subalternidade, quer dizer, já foi colocado aqui o fracasso das cotas, a priorização das candidaturas masculinas, a falta de fortalecimentos dos organismos de mulheres dentro dos partidos, mas o que nós não estamos pensando, e isso a experiência da Argentina despertou, é a idéia de que se os partidos não são obrigados a cumprir aquilo que está definido com relação a cotas. E por que não cumprem? Eu não acho que isso não aconteça porque não haja sansão prevista para tal, mas porque nós não estamos procurando inventar um repertório para constranger moralmente esses partidos no sentido de cumprir aquilo que os seus estatutos, na maioria das vezes, prevêm. Eu acho

impossível que não exista, do ponto de vista legal, uma possibilidade de ir para cima dos estatutos e então a gente promover um movimento tão incrível como o que as mulheres argentinas promoveram e o que eu acho mais importante: a custa dos seus próprios mandatos, das suas próprias candidaturas. Sem essa radicalidade nós não vamos conseguir alinhar os propósitos e as práticas dos partidos políticos com as concepções dos movimentos sociais feministas e de mulheres. É essa radicalidade que é fundamental e que vai assegurar as nossas possibilidades de participação nos espaços de poder, dos quais esses partidos são canais tão importantes. Quando eu digo isso, eu estou querendo falar da necessidade de estabelecer uma relação de complementariedade entre essas instâncias da sociedade civil, porque os movimentos sociais, e, no caso, os movimentos feministas, o movimento de mulheres e o movimento negro, andam sempre muito à frente de outros setores da sociedade e a gente fica, na verdade, buscando nos governos e nos parlamentos as respostas para as nossas reivindicações, mas não mechemos com as estruturas que, na verdade, são as nossas primas: os partidos políticos.

O que foi proposto pela Deputada Erundina com tanta veemência deve nos contagiar para que efetivamente levemos à frente a tarefa de fazer com que os partidos políticos embarquem na nossa visão, na nossa concepção, para acabar com esse sentido das ações dos partidos políticos sobre os movimentos sociais que em muitos momentos tem buscado travar as nossas possibilidades em detrimento da sociedade como um todo. Para que tudo isso seja feito, nós vamos precisar das mulheres, porque só elas têm interesse que essas lutas sejam trazidas pra dentro dessas estruturas, e para isso, muitas vezes, vamos precisar repensar nossa condição de mulher. A mulher militante tende a achar que está acima em toda as opressões, quando as verdadeiras oprimidas são as outras mulheres; as militantes são as iluminadas, a elas nada acontece. Eu acho que precisamos dar dois passos para traz nesse sentido, para que comecemos a nos perceber em meio a essa matriz de opressão a qual eu me referi antes. Só isso vai dar um sentido verdadeiro a nossa luta, na medida em que possamos, de forma efetiva, olharmo-nos e nos vermos as outras mulheres, as mulheres pelas quais nós devemos lutar, absorver a nossa condição de igualdade com elas, no sentido de estarmos submetidas a um projeto de produção da nossa subalternidade.

Eu vou encerrar dizendo que boa parte dessas reflexões que eu apresentei foram brotando no período mais recente, marcado pelas conferências da Bahia: municipais e estaduais, ouvi de muitas de vocês vários relatos de que foi um processo rico, mas também um processo de muito conflito. A gente pode pensar que uma parte desse conflito residiu na perplexidade e algumas vezes no desconforto, outra, no que muitas mulheres experimentaram diante das mudanças por que têm passado os movimentos feministas e os movimentos de mulheres.

Insisto que existe uma falta de entendimento compartilhado sobre os papéis dos movimentos sociais e dos partidos políticos na cena política, especialmente no que se refere à questão das mulheres. Eu procurei, embora de forma bastante atropelada, redefinir o que eu entendo por poder e empoderamento da mulher. Estes são termos que constituem o título desse painel e acho que o nosso empoderamento é real e tem propiciado avanços importantes nos quais eu não me detive aqui porque isso será largamente discutido nos grupos de trabalho e o foi em outros painéis. Contudo, considero que o objetivo primeiro do empoderamento é o exercício do poder com a participação plena nos espaços onde ele se realiza. Daí eu voltar à questão que me foi colocada nesse painel - para que nós mulheres

queiramos o poder, na perspectiva dos movimentos sociais, vamos ter que responder ao processo de construção de um Estado e uma sociedade livre do racismo e do sexismo em todas as áreas da nossa vida social. Muito obrigada.

Betânia Ávila

Eu queria saudar a todas as companheiras delegadas, e queria saudar duas mulheres e em nome delas saudar todas as mulheres aqui presentes, eu queria saudar a Ministra Nilcéa Freire e queria também saudar a minha companheira Creuza Oliveira, mulher negra, Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Essa mesa me deixou muito emocionada e eu vou fazer algumas considerações gerais sobre o que já foi colocado aqui.

A primeira coisa é que para se pensar “Mulheres e Poder” é preciso pensar o contexto e as relações sociais nas quais nós estamos inseridas. Portanto, é preciso pensar que nós vivemos em um mundo e em um país pleno de desigualdade: desigualdade de classe, desigualdade de raça, desigualdade de gênero. Isso significa que nós vivemos em um mundo e em um país patriarcal, racista e capitalista; as feministas há muito tempo já denunciaram que por trás de um sujeito universal existe um sujeito particular, branco, proprietário e heterossexual.

Eu quero aqui fazer uma diferença entre o lugar de poder, ocupar um lugar de poder e ter poder. Governos conservadores abrem espaços que são verdadeiros simulacros de poder, mas as pessoas que os ocupam não têm poder algum, portanto, não podemos confundir ter poder com simulacros de poder. Para que as mulheres ocupem espaços de poder como vimos, é necessária a democratização das organizações políticas que mediam o acesso ao poder. Assumir o poder não é um ato mecânico, não é uma simples mudança de lugar, é uma relação política e na perspectiva feminista é uma relação que deve se dar como um processo de transformação social e para isso precisamos de partidos políticos democratizados, porque os partidos políticos são instrumentos de acesso a esse poder do Estado, no âmbito do Executivo e do Legislativo. Como vimos, os partidos são hierárquicos e patriarcais, e as mulheres não dominam os recursos de poder necessários, inclusive os recursos econômicos, nem fora, nem dentro dos partidos.

Os partidos ainda representam um bloqueio ao acesso das mulheres ao poder, um movimento de mulheres forte e ativo em direção ao poder deve ser estratégico para o próprio estabelecimento das mulheres nos partidos, isso significa a construção de uma relação política democrática entre o partido político e o movimento de mulheres. Um movimento de mulheres feminista e forte representa poder para as mulheres, inclusive deve ser um instrumento de pressão para o poder das mulheres no interior dos partidos. Segundo declaração da Presidenta Michelle Bachelet, do Chile, na Conferência da CEPAL, em Quito, o nome dela, a princípio, não foi aceito dentro do partido. Para fortalecer a sua candidatura para a Presidência da República, foi necessário que ela buscasse na sociedade civil a força para enfrentar essa correlação de forças no interior do partido. Para ter acesso a cargos é necessário ter sustentação, muitos se sustentam no poder econômico, outros se sustentam no poder científico, outros no poder intelectual, o nosso poder é o poder do nosso movimento, sem esse poder nós não podemos enfrentar essa relação “mulheres e poder”.

As mulheres no poder são vistas como excepcionalidade, nós temos que romper com essa lógica, inclusive porque ela não constrói condições para as mulheres exercerem o poder, eu quero lembrar que quando a Deputada Jandira Feghali ficou grávida no exercício do mandato de Deputada Federal, e quando ela foi requisitar a licença maternidade, foi comunicada que esse direito não existia! Portanto, mulher grávida e poder parecia algo incompatível, ofereceram à Deputada Jandira Feghali uma licença de saúde e ela bravamente, da maneira que ela é, disse que não aceitava essa forma de driblar o direito que ela tinha. Ela foi à luta e conseguiu a licença maternidade. Ela me contou que no álbum da filha, na primeira página está a licença maternidade – um direito conseguido por ela no exercício do poder.

As mulheres no poder, inclusive, são julgadas por seus atributos físicos e privados. A mídia fala o tempo todo do cabelo das mulheres, da beleza ou não delas, da sua vida privada; isso é uma forma de inibir, coagir, discriminar e reproduzir a discriminação.

Eu queria ressaltar que algumas questões das condições sociais para as quais as mulheres exerçam o poder, não estão dissociadas de uma relação dialética; a questão social, a questão política, a divisão sexual do trabalho são impedimentos do acesso das mulheres ao poder. A dupla jornada, inclusive, tira das mulheres o tempo de ser sujeito. Eu quero dizer que a falta de tempo é uma dimensão da pobreza das mulheres, a falta de tempo para se constituir como sujeito político, a violência é um outro mecanismo sexista de inibição das mulheres ao poder. Como vimos aqui, no exemplo da Maria da Penha, o enfrentamento da violência pode ser também o lugar da construção da participação política do poder e a questão do preconceito e da discriminação e, sobretudo, a questão do preconceito e da discriminação contra as mulheres negras e pobres. A pobreza é um impedimento, faltam recursos financeiros para as mulheres participar. Para enfrentarmos a questão do poder, temos que pensar na democratização dos recursos para a participação política para as mulheres.

Por último, gostaria de ressaltar que em relação às condições sociais, eu gostaria de uma relação entre as cotas para a educação e as cotas para a representação política. Na sociedade brasileira se instaurou uma profunda tensão sobre a questão das cotas, quando essas cotas estavam referidas a cotas para a população negra nas universidades públicas, e isso não é à toa, saber e poder estão relacionados, portanto, não hora de fazer cotas para a população negra chegar à universidade, mesmo os setores mais progressistas, disseram não. Agora espera lá, estão querendo de mais! A universidade é o lugar centenário das elites, portanto, esse é o grande desafio, a relação entre saber e poder.

Eu gostaria de lembrar que foi nessa área que a Ministra Nilcéa Freire, em seu mandato como reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituiu as cotas para população negra e isso custou muito esforço, luta e dificuldades para que fosse realizado. Finalmente, eu queria dizer que há uma relação dialética entre lugares de poder e avanço da causa das mulheres, para isso precisamos do movimento de mulheres e da força das mulheres dentro do partido, para isso as mulheres organizadas têm que ter uma tarefa estratégica: o aumento da consciência política das mulheres nesse país e é necessária a consciência política para o exercício do poder político. A consciência política é baseada no

compromisso de raça, de classe, de gênero, da luta contra a homofóbica e da luta contra todos os preconceitos.

Finalmente, gostaria de dizer que somente através dos processos coletivos as mulheres podem enfrentar a questão da democratização dos espaços de poder. A saída individual é uma perspectiva liberal e oferece possibilidades restritas, só favorecem as mulheres das classes médias e altas. Temos que ter acesso ao poder e para exercê-lo e transformá-lo não temos somente que chegar ao poder, mas temos a tarefa de transformar este poder. Eu gostaria de ressaltar uma questão que a Luiza Barrios trouxe aqui, a dimensão do conflito como dimensão fundamental e absoluta de qualquer democracia sem conflito, sem saber enfrentar o conflito nós não podemos pensar em um processo. Eu acho que para as mulheres essa é uma questão estratégica, nós temos que ter força, coragem e democracia para enfrentar o conflito inerente ao processo democrático.

Por fim, eu queria dizer que a democracia, do meu ponto de vista feminista, não é só um sistema político, mas uma forma de organização da economia e da vida social, no que diz respeito à democracia política, eu queria enfatizar o nosso compromisso com a reforma política e com o fortalecimento da democracia direta e participativa e dizer que o espaço desta Conferência é o espaço da democracia representativa. Nós temos que transformar esse espaço e estamos transformando o espaço de poder das mulheres e o nosso movimento.

Para fechar, eu queria me congratular com a Ministra Nilcéa e com a Coordenação deste evento, por ter trazido aqui uma dimensão internacional para essa Conferência e dizer que para o projeto democrático de poder da sociedade nós não podemos pensar um projeto de Brasil separado de um projeto de América Latina e Caribe democráticos.

Plenária Final

Resoluções

METODOLOGIA DE TRABALHO

A 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 2ª CNPM, pautou sua discussão a partir de análise da realidade brasileira, da avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e da participação das mulheres nos espaços de poder.

Os 20 grupos discutiram, no dia 18 de agosto, os itens “Avanços e obstáculos para a institucionalização da Política Nacional para as mulheres e a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, consolidados dos Relatórios Estaduais”, bem como os Eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, indicando cinco prioridades para cada eixo. No dia 19 de agosto, os 20 grupos debateram a participação das mulheres nos espaços de poder.

A discussão realizada foi reunida por um grupo de sistematização, coordenado pela Comissão Temática de Relatoria, com base nos relatórios aprovados por cada um dos 20 grupos.

As propostas que obtiveram 70% de aprovação nos grupos foram encaminhadas apenas para referendo da Plenária Final. Aquelas que obtiveram 30% de aprovação nos grupos foram para discussão e aprovação na Plenária Final, conforme orientação do Regulamento da 2ª CNPM.

ACORDOS GERAIS DEFINIDOS PELA I CNPM E REAFIRMADOS NA PLENÁRIA FINAL DA 2ª CNPM

Onde couber, mencionar categorias estruturais: gênero, raça, etnia e classe social, quando se referir às desigualdades estruturais;

Conferir visibilidade e afirmar todas as expressões da diversidade em relação à livre orientação sexual, às jovens, às idosas e às mulheres com deficiência;

Conferir visibilidade e afirmar a diversidade de inserção social e regional a: mulheres trabalhadoras urbanas e rurais, profissionais do sexo, mulheres vivendo com HIV/Aids, refugiadas e mulheres em situação de encarceramento;

Igualdade e equidade: adotar, sempre que se aplicar, a equidade de gênero em associação com igualdade, nos termos indicados pelos grupos;

Para conferir visibilidade à diversidade: procurar usar de forma associada: movimento de mulheres e feminista;

Ao citar grupos específicos de mulheres, além de negras e índias, incluir, sempre que adequado e nos termos propostos as: jovens, idosas, populações tradicionais, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres que fazem sexo com mulheres, mulheres vivendo com HIV/Aids, profissionais do sexo, mulheres com deficiência, mulheres privadas de liberdade e refugiadas;

Dar visibilidade a desigualdades regionais, adotando esta referência nos casos propostos nos grupos, ao tratar de desenvolvimento;

Adotar a menção as perspectivas não sexista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica nos casos indicados;

Como regra geral, usar mulheres em situação de violência. Onde couber referência à garantia de direitos, reparação, indenização e punição, usar mulheres vítimas de violência.

AVALIAÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA AS MULHERES E DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

1. AVANÇOS

Maior incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas;

Crescimento da inserção da temática de gênero, raça e etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo;

Estreitamento das relações com outros órgãos governamentais nos níveis: federal, estadual e municipal;

Criação de Lei Federal que permite o consórcio de municípios;

Criação de novos organismos governamentais estaduais e municipais para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres;

Ampliação do número de conselhos dos direitos da mulher; Estruturação e consolidação da SPM;

Avanços no desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas para as mulheres negras, índias, quilombolas, ciganas, lésbicas e mulheres com deficiência;

Conquistas no enfrentamento da violência contra as mulheres, como a: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006); Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;

Criação dos Juizados Especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher; Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; Apoio direto através da celebração de convênios para casas abrigo e centros de referências; formação, capacitação e educação permanente de profissionais, inclusive da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Poder Judiciário;

Criação da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva contra o Aborto e encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional;

Articulação mais ampla, diversificada e mais intensa entre a SPM e as organizações da sociedade civil;
Estímulo à elevação da escolaridade e ao enfrentamento ao analfabetismo das mulheres;
Implementação do recorte de gênero, raça/etnia e orientação sexual nos currículos e na capacitação de profissionais da educação;
Aumento de crédito para as mulheres rurais; Apoio a projetos de geração de trabalho e renda;
Programa de Documentação da trabalhadora rural e PRONAF - Mulher; Programa Pró-equidade de Gênero;
Programa Trabalho Doméstico Cidadão/Campanha Nacional de valorização e formalização do trabalho doméstico;
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Aids; Política de saúde com recorte de gênero e raça;
Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos como prioridade de governo;
Inclusão do tema Mulheres nos espaços de poder;
Apoio suprapartidário às lutas das mulheres.

2. INSUFICIÊNCIAS

Baixa inserção da temática de gênero no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo;
Baixa formação de gestoras(es), empregadoras(es) e demais atrizes sociais sobre as ações do MTE no combate à discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual;
Baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas;
Distanciamento entre o enunciado dos dispositivos constitucionais e das leis e sua aplicação;
Não cumprimento da Normatização Técnica Federal das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;
Não aplicação integral das Convenções 100 (relativa à igualdade salarial) e 111 (sobre discriminação) da OIT;
A não redução da mortalidade materna;
Falta de garantia da realização da interrupção legal da gestação pelos hospitais públicos ou conveniados com o SUS;
Falta de Política de Saúde com recorte de orientação sexual;
Implantação incipiente da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
Implantação incipiente e insuficiente da Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, priorizando o planejamento familiar como prioridade de governo;
Falta aprovação do projeto no Congresso Nacional da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva contra o Aborto Cultura;
Não reconhecimento, legalização ou formalização da atividade das parteiras;
Dificuldades apresentadas pelas conseqüências da divisão sexual do poder, do saber e do trabalho doméstico, parental e cuidados;
Apoio insuficiente a projetos de geração de trabalho e renda;
Ausência de uma política pública para documentação das trabalhadoras rurais;

A estrutura do crédito para a mulher rural reforça a estrutura do patriarcado, as relações de subordinação da mulher e, além disso, a burocratização do crédito dificulta o acesso a essa conquista.

2.1. INSUFICIÊNCIAS APONTADAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Falta de profissionais especializados nas delegacias de polícia nos municípios onde não existem DEAMs e de concurso para delegadas, agentes e profissionais especializados;
Poucos recursos existentes para a capacitação dos profissionais que atuam na segurança e no judiciário;

Precário aparelhamento dos IMLs e outros equipamentos necessários à comprovação de violências sofridas pelas mulheres, para a aplicação devida da Lei Maria da Penha;

Demora na criação e implementação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, bem como na criação de Delegacias da Mulher e falta de equipes de atendimento psicossocial, médico (IML), jurídico em toda Rede de Proteção e na efetivação da Lei Maria da Penha nos municípios e estados.

3. OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO DO PNPM MECANISMOS INSTITUCIONAIS

Fragilidade dos mecanismos institucionais de controle social das políticas públicas para as mulheres: número reduzido de conselhos; falta de autonomia política e/ou ausência ou baixa dotação orçamentária na maioria dos conselhos municipais, estaduais e no CNDM; falta de um programa nacional de capacitação de conselheiras;

Ausência de órgão específico de gerenciamento de políticas públicas para as mulheres em muitos governos, nas esferas estaduais e municipais, com agravamento dos limites para ações transversais de gênero e políticas para as mulheres;

Baixa divulgação e conhecimento do PNPM;

Resistência de governos estaduais e municipais à pactuação do PNPM;

Inexistência de um fundo dos direitos da mulher com dotação orçamentária nas esferas do Governo federal, estadual e municipal, para implementação dos programas e projetos municipais e regionais;

ORÇAMENTO

A falta de priorização no PPA e LDO que garanta a implementação do Plano nos Estados e Municípios; há poucos recursos para a capacitação dos profissionais que atuam na Segurança Pública e no Judiciário; ausência de previsão orçamentária e de infra-estrutura para a implementação das políticas voltadas para a promoção da equidade de gênero pelos Poderes executivos e judiciários.

INFORMAÇÃO

Falta de dados sobre número de mulheres no mercado informal com recorte étnico-racial; falta de dados nacionais sobre as mulheres rurais e urbanas, e com deficiência;
Falta de dados sobre participação de mulheres negras e índias nas estruturas de poder político (executivo e legislativo em todos os níveis) e na produção acadêmico-científica;
Falta de banco de dados sobre o número de mulheres rurais e urbanas não documentadas.

CULTURA E POLÍTICAS

A criminalização do aborto dificulta a implementação das políticas públicas de saúde da mulher;

As questões ideológicas, políticas, econômicas, de classe, culturais no patriarcado, machista e heterossexista;

As agências oficiais de fomento desconsideram as questões de gênero raça e etnia.

Sistema político adverso à participação política de grupos historicamente excluídos por raça, etnia, geração e orientação sexual;

A maioria dos dirigentes dos poderes executivo, legislativo e judiciário defende a manutenção do processo secular de opressão das mulheres;

Falta de compreensão sobre políticas para as mulheres. Insuficiente capacitação de profissionais.

Influência negativa das disputa partidárias na definição e/ou execução de políticas públicas.

Inexistência ou limite de abertura dos meios de comunicação de massa para a divulgação discussão de nossas demandas e direitos;

Falta de compromisso e de vontade política por parte das três instâncias governamentais, entre os poderes executivo, legislativo e judiciário e Ministério Público em implementar políticas para as mulheres resultantes da I CNPM;

As políticas do governo federal mantiveram uma separação entre o econômico e o social;

No campo econômico se mantém o superávit primário, delimitando o que são os gastos públicos e mantendo o pagamento da dívida externa e interna com juros extorsivos que privilegia os ganhos do setor financeiro.

O direcionamento dos investimentos do setor produtivo reforçou uma divisão sexual e internacional do trabalho que mantém o país na condição de exportador de grãos e fornecedor de matéria-prima e mão de obra barata; privilegiando os interesses do setor agro-exportador, com a expansão das monoculturas de soja, cana, eucalipto, sobre territórios camponeses, indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais, com o uso de tecnológicas nocivas ao meio-ambiente e à saúde dos segmentos populacionais citados, como são os transgênicos e os agrotóxicos.

EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 – Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania

1. PRIORIDADES

1.1. Ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal, com legislação trabalhista e proteção social.

1.2. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, arranjos produtivos, cooperativismo e comércio, dentro de uma perspectiva solidária.

1.3. Promover relações de trabalho não-discriminatórias, anti-homofóbica, anti-racista, por razão de idade ou por deficiência, com equidade salarial e de acesso a cargos de direção.

1.4. Garantir o cumprimento da legislação no âmbito do trabalho doméstico e ampliar os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas (FGTS, seguro desemprego, adicionais de insalubridade e periculosidade, seguro contra acidente de trabalho, auxílio acidente de trabalho, limitação de jornada de trabalho para 8 horas, horas extras e adicional noturno) assegurando paridade aos outros trabalhadores, de acordo com o Art. 7 da Constituição;

Estimular a divisão das tarefas domésticas e promover ações de comunicação e educação que contribuam para a superação da atual divisão sexual do trabalho;

Implantar a política de creches, com funcionamento também noturno, de lavanderias e restaurantes populares;

Reduzir a jornada de trabalho, tendo em vista a dupla jornada que a mulher exerce; ampliar a licença maternidade; revisar a legislação sobre de trabalho noturno, garantindo o acolhimento de crianças até os 12 anos;

Lutar contra as políticas que flexibilizam os direitos das trabalhadoras reduzindo seus avanços e conquistas, bem como manutenção da emenda nº 3;

Garantir o direito ao salário mínimo a todas as trabalhadoras, com controle social no cumprimento da legislação vigente no âmbito do trabalho;

Garantir a implementação da legislação sobre a aposentadoria para donas-de-casa.

1.5. Ampliar o exercício da cidadania das mulheres e o acesso à terra, garantindo a titularidade da terra, água e à moradia, inclusive para casais de lésbicas;

Promover autonomia econômica das mulheres através de políticas específicas voltadas para ampliar o acesso aos recursos naturais, produtivos e trabalho decente;

Ampliar a reforma agrária e urbana de modo a garantir o direito à terra, moradia e soberania alimentar, com visibilidade e reconhecimento da contribuição das mulheres, dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades quilombolas;

Promover a valorização e o reconhecimento econômico das mulheres trabalhadoras rurais e das florestas, através de políticas de apoio à produção, ampliação do acesso ao crédito, fortalecimento do Pronaf Mulher, assistência técnica especializada para mulheres rurais e das florestas, apoio à organização produtiva e comercialização;

1.6. Promover a ampliação do acesso à documentação civil e trabalhista das mulheres rurais e capacitação sobre os direitos e políticas públicas voltadas para as mulheres rurais.

1.7. Criar um banco de economia solidária para captação de fundos solidários para fomentar e fortalecer os empreendimentos solidários, considerando a diversidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiência, geracional e condições de saúde.

1.8. Estabelecer uma política de valorização do salário mínimo que recupere as perdas e contribua para a igualdade salarial entre homens e mulheres.

1.9. Promover políticas de previdência social inclusiva para as mulheres, mantendo o caráter público, universal, solidário e redistributivo da seguridade social do Brasil.

1.10. Instituir, no âmbito da administração pública direta e indireta, medidas de ação afirmativa e de discriminação positiva, que garantam a realização de metas percentuais de participação das mulheres nas funções de presidência, direção, coordenação, gerenciamento e assessoria.

Eixo 2 – Educação inclusiva e não-sexista, anti-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica

2. PRIORIDADES

2.1. Promover ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, levando em conta especificidades das mulheres com deficiência, critérios geracionais e contemplando o espaço das famílias e comunidades.

2.2. Ampliar o acesso à educação infantil: creche e pré-escola, no espaço urbano, rural indígenas e de comunidades tradicionais, contemplando necessidades de “itinerância” e horário noturno com a ampliação das verbas da FUNDEB.

2.3. Garantir, até o ano 2010, que 50% das crianças do país sejam atendidas em creches públicas (de 0 a 3 anos), em horário integral, inclusive nos finais de semana, com o aumento das verbas do FUNDEB para ampliação das vagas em creches no país. Na pré-escola (de 4 a 6 anos), deverá ser assegurado o atendimento universal em período integral.

2.4. Promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental e médio, sem discriminação de gênero, raça e etnia, com prioridade para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e índias, com ênfase nas medidas de educação que contemplem as necessidades de trabalhadoras rurais, assentadas, quilombolas, índios descendentes, povos indígenas, com deficiência, e que se encontram no sistema prisional semi-aberto ou em conflito com a lei.

2.5. Valorizar as iniciativas culturais, de esporte e lazer, respeitando as especificidades e a diversidade das mulheres.

2.6. Estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres, promover políticas na área de comunicação que envolva a promoção de valores, criando um ambiente favorável à diversidade, estimulando valores como igualdade, solidariedade e liberdade e ampliando o acesso das mulheres a comunicação e a informação.

2.7. Estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres nos materiais pedagógicos.

NOVAS POLÍTICAS PROPOSTAS

2.8. Assegurar programas educacionais que envolvam a capacitação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação, que consolidem uma educação não-sexista, não homofóbica, não-racista, não-discriminatória e multicultural.

2.9. Promover ações educativas e debates na rede educacional referente à mulher e mídia, visando o constante controle e combate ao uso da imagem da mulher e mercantilização de seu corpo e o enfrentamento as discriminações sexistas, racistas e lesbofóbicas.

2.10. Garantir o acesso e permanência de mulheres jovens e adultas na totalidade do sistema educacional.

2.11. Estimular nas Instituições Federais de Ensino a existência de Núcleos de Gênero, que garantam nos currículos de todos os cursos, níveis e modalidade de ensino, a disciplina sobre Relações de Gênero.

2.12. Implementar o recorte de gênero, raça/etnia e orientação sexual nos currículos e na capacitação de profissionais de Educação.

Eixo 3 – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, autonomia das mulheres sobre seu corpo com respeito às suas diversidades e especificidades.

3. PRIORIDADES

3.1. Estimular a implantação, na Atenção Integral à Saúde da Mulher, de ações que atendam as necessidades específicas das mulheres nas diferentes fases de seu ciclo vital,

abrangendo as mulheres negras; com deficiência; índias; mulheres presidiárias, trabalhadoras rurais e urbanas; lésbicas, bissexuais e transexuais profissionais do sexo, trabalhadoras domésticas, mulheres vivendo com HIV e AIDS, albinas; contemplando questões ligadas às relações de gênero e respeitando as práticas de saúde das comunidades rurais e tradicionais (indígenas, quilombolas e de outras etnias, incluindo as comunidades religiosas de matriz africana).

3.1.1. Capacitar a sociedade civil sobre seus direitos enquanto usuários/as do SUS.

3.1.2. Educação permanente de trabalhadores/as da Saúde, de forma continuada e sistematizada, inclusive para uma atenção não discriminatória.

3.1.3. Capacitar os profissionais de saúde no atendimento e a realização de procedimentos específicos às mulheres lésbicas, inclusive o planejamento familiar.

3.1.4. Criar serviços e ampliar o acesso a medicamentos para mulheres idosas.

3.1.5. Criar novas metodologias de exames para as mulheres com deficiência, com equipamentos específicos, a fim de possibilitar a autonomia dessas mulheres, no ato do exame.

3.2. Estimular a implantação e implementação de políticas de educação e de assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, com garantia de acesso e distribuição gratuita de métodos contraceptivos para 100% das/os usuárias/os do SUS, na perspectiva da atenção integral à saúde.

3.2.1. Implantação de serviços de planejamento familiar em todas as UBS e equipes de Saúde da Família respeitando as parteiras e as práticas de medicina tradicional.

3.2.2. Implementação do Pacto da Saúde por meio do Termo de Compromisso e Gestão entre estados e municípios para promover a prevenção e o controle das doenças de maior prevalência da população feminina.

3.2.3. Revisão da lei 9.263/96 (Planejamento Familiar) de forma a proporcionar autonomia para que a mulher tome suas decisões reprodutivas sem necessitar prévia autorização de outrem.

3.2.4. Implementar programas de atendimento e acompanhamento à gravidez na adolescência.

3.2.5. Incluir a reprodução assistida para as mulheres lésbicas.

3.3. Promover a atenção obstétrica, qualificada e humanizada, para mulheres e adolescentes, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras e a realização do aborto legal, visando reduzir a mortalidade materna, especialmente entre as mulheres negras, assim como entre as indígenas, mulheres com deficiência e outras minorias.

3.4. Promover, com pactuações entre as 03 (três) esferas (municipal, estadual e federal), a prevenção, controle e tratamento integral das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/Aids na população feminina.

3.5. Reduzir a mortalidade da população feminina, nas diferentes fases do ciclo vital, através da implantação e implementação de ações de prevenção e assistência ao câncer cérvico-uterino, de ovário, cólon e de mama, com atenção especial às negras, profissionais do sexo e mulheres presidiárias; garantindo a implantação dos centros de referência regionais ao atendimento da mulher.

3.5.1. Garantir o acesso de mulheres mastectomizadas à reconstrução mamária.

3.6. Eliminar a legislação punitiva do aborto e garantir a assistência das mulheres que optem e necessitem interromper a gravidez como parte das ações do SUS.

3.6.1. O Poder Executivo deve encaminhar um projeto de lei ao Congresso Nacional com a proposta da Comissão Tripartite, que prevê a realização do aborto até 12 semanas, por decisão das mulheres e até 20 semanas se a gravidez resulta de violência sexual.

NOVAS PRIORIDADES

3.7. Reafirmar o SUS como o Sistema Público de Saúde do Brasil.

3.8. Monitorar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que assegura os recursos para a saúde nos diversos níveis de governo, calculados sobre a arrecadação pelos estados e municípios.

3.9. Implementar a Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

3.10. Fortalecer a participação das mulheres no controle social, na definição, na implantação e na avaliação das políticas.

3.11. Garantir recursos para a implantação de programas de educação em saúde, fazendo interface com as políticas sociais e interlocução com a sociedade civil.

3.12. Construção e implementação de diretrizes estratégicas para saúde mental e gênero.

3.13. Políticas intersetoriais nos níveis municipal, estadual e federal, como saneamento, habitação, educação, cultura, desenvolvimento, trabalho e lazer.

3.14. Garantir às mulheres grávidas de fetos com malformações, incompatíveis com a vida extra-uterina, a antecipação terapêutica do parto sem a autorização prévia da Justiça.

3.15. Garantir a Licença Maternidade de 6 meses em todos os tipos de regime de trabalho.

3.16. Garantir a implementação do Programa de Combate a Anemia Falciforme nas três esferas do Governo.

3.17. Garantir Programa de Combate ao Excesso de Medicalização das mulheres.

3.18. Construir e implementar diretrizes estratégicas, contemplando definição de protocolos que contemplem a saúde das lésbicas, bissexuais e transexuais.

3.19. Incluir nas fichas de anamnese o quesito raça, etnia, orientação sexual, deficiência.

3.20. Qualificar o atendimento aos adolescentes e jovens em situação de rua, de acampamentos rurais e ou abrigos de jovens em conflito com a lei.

3.21. Garantir políticas públicas para prevenção aos acidentes de trabalho e a promoção de assistência às trabalhadoras urbanas e rurais, nos diversos setores, vítimas de doenças ocupacionais em especial LER/DORT, estresse, depressão em parceria com o Ministério da Saúde, Trabalho e Previdência Social, e a efetiva implementação da Política Nacional de Saúde da Mulher Trabalhadora.

3.22. Construir e implementar diretrizes estratégicas na atenção às dependentes e usuárias abusivas de álcool e outras drogas na perspectiva de redução de danos.

Eixo 4 – Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres

4. PRIORIDADES

4.1. Ampliar e aperfeiçoar, em todos os estados brasileiros, a rede de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, englobando todos os serviços e com especial atenção aos aspectos da discriminação de gênero, racial, étnica, lesbofóbica, orientação afetivo sexual, geracional e homofóbica.

4.2. Revisar e implementar a legislação nacional e garantir a aplicação dos tratados internacionais ratificados, inclusive relativo às migrantes, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres.

4.3. Promover ações preventivas e educativas de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, sem distinção de raça, etnia, geração e cultural, com divulgação da Lei Maria da Penha, dirigindo-se, com especial atenção, às mulheres rurais, indígenas, quilombolas, negras e com deficiência, através dos diversos meios de comunicação.

4.4. Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência doméstica, sexual e institucional, observando as necessidades das mulheres negras, quilombolas, indígenas, com deficiência e presidiária.

4.5. Expandir a criação dos serviços de aborto legal.

4.6. Produzir, sistematizar e monitorar dados e informações, com ênfase na realização de pesquisa nacional de vitimização que inclua módulo específico sobre a violência contra as mulheres, observando o recorte de raça, etnia, geracional e regional.

4.7. Produzir e sistematizar dados e informações sobre a violência contra as mulheres, com o cruzamento das diversas bases de dados dos ministérios, apontando o impacto e repercussão da violência na vida das mulheres.

4.8. Capacitar periodicamente todos/as profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação justiça, operadores do direito - delegados, delegadas, juízes, promotores (as), defensores(as) públicos(as) - e assistência psicossocial para o atendimento humanizado das mulheres em situação de violência na temática da violência de gênero considerando as dimensões étnico-racial, geracional, orientação sexual e de classe.

4.9. Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita a ser promovida pelas Defensorias Públicas estaduais, com competência constitucional para tal fim, estimulando a criação dos núcleos de defesa da mulher.

4.10. Priorizar o enfrentamento ao tráfico de mulheres e meninas com implementação de políticas públicas de prevenção, repressão e atendimento as traficadas, com realização de campanhas educativas que sensibilizem a sociedade em relação ao tráfico de mulheres e meninas e com capacitação aos profissionais que atuam na área.

4.11. Promover a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em todo território nacional incluindo comunidades indígenas, assegurando a proteção prevista na Lei.

NOVAS POLÍTICAS PROPOSTAS

Formular e implementar políticas públicas de prevenção e atendimento especializado às meninas e jovens vítimas de violência.

Implementar uma política de gênero para área de segurança pública, para combater a violência contra a mulher nos espaços públicos.

Formulação de política judicial pró-equidade de gênero.

Implementar a Lei 10.778/2003 (Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados) integralmente nos serviços de saúde.

Universalizar o acesso de mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero aos Programas de Políticas Públicas Universais.

RECOMENDAÇÕES

Realizar campanhas de combate a todos os tipos de violência institucional contra as mulheres implementando os mecanismos de punição.

Incentivar a denúncia e o enfrentamento ao assédio moral e sexual nos órgãos públicos.

A SPM articular com o Congresso Nacional para que os projetos de lei que tratam do assédio moral sejam aprovados com urgência.

Estimular a criação de núcleos da defensoria públicas especializadas na defesa da mulher em situação de violência.

Apresentar projeto para criação de lei integral abrangendo todas as formas de violência contra a mulher.

Criar Comissão tripartite envolvendo a SEDH, SEPM, SEPPIR que elabore políticas de enfrentamento do genocídio das jovens mulheres negras considerando o impacto na família e na comunidade.

Assegurar o monitoramento e avaliação da Lei Maria da Penha.

Implementar o artigo da Lei Maria da Penha que trata de transferência de local, de um estado para outro, de um município para outro e, tratando-se de funcionária pública, de empresas estatais e trabalhadoras do comércio, a Secretaria Especial de políticas para Mulheres, juntamente com os movimentos de mulheres, garantir a preservação do emprego da mulher. Os governos devem continuar pagando os salários. No caso da trabalhadora do comércio a união pagará por 90 dias os salários, devendo as secretaria de mulheres dos estados e municípios, através de uma comissão, buscar mecanismos para assegurar a autonomia salarial da mulher.

Estimular a implementação da Delegacia Especial da Mulher (DEAM), com atendimento 24 horas em todos os estados onde houver demanda. (Lei Maria da Penha).

Eixo 5 – Gestão, Monitoramento, Avaliação, Controle social do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

5. PRIORIDADES

5.1. Capacitar e qualificar os agentes públicos em gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, e direitos humanos.

5.2. Produzir, organizar e disseminar dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, direitos humanos e geração.

5.3. Criar e fortalecer os mecanismos institucionais de direitos e de políticas para as mulheres de forma a assegurar as dimensões de gênero, raça, etnia e geração.

NOVAS POLÍTICAS PROPOSTAS

Implementar e garantir Políticas de Cursos para Promotoras Legais Populares – PLPs.

Promover e estimular a participação de mulheres negras, jovens, indígenas e lésbicas na composição de mecanismos e organismos institucionais.

Garantir recursos do Governo Federal para implantação de ações de Comunicação (divulgação) do PNPM em todo país.

Garantir a efetivação dos instrumentos jurídicos internacionais (convenções, tratados, etc.) sobre os direitos das mulheres ratificado pelo Estado brasileiro.

Implementar organismos de controle social para as políticas públicas para as mulheres, garantindo a participação democrática dos movimentos de mulheres e da sociedade civil.

Eixo 6 – Participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder

6. PRIORIDADES

6.1. Criar e fortalecer os mecanismos institucionais de direitos e políticas para as mulheres com garantia de orçamento próprio e poder deliberativo.

6.2. Capacitar as conselheiras dos Conselhos de Direitos das Mulheres em todas as esferas com recursos dos respectivos poderes.

6.3. Capacitar as mulheres para compreensão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA).

6.4. Promover a realização de campanhas e a formação política das mulheres para sua participação mais efetiva e ampla com incentivo à ocupação do espaço público, com recursos financeiros assegurados nas três esferas de governo.

6.5. Capacitar lideranças femininas nas três esferas de governo visando o seu empoderamento.

6.6. Criar fóruns interinstitucionais permanentes para formação e fortalecimento das mulheres no exercício da política e da cidadania, com discussões de gênero, raça, orientação sexual, idade e necessidades especiais.

6.7. Garantir nos mecanismos e instrumentos (currículos, legislação, etc) educacionais a temática formação sóciopolítica, políticas de igualdade de gênero e raça e combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres.

6.8. Desenvolver ações e campanhas sobre a importância e necessidade da ampliação da participação política das mulheres, valorizando o papel da mulher nos espaços de poder e estimulando candidaturas e o voto em mulheres em todos os níveis, em particular para as mulheres negras e grupos discriminados.

6.9. Garantir a aplicação de recursos no orçamento para as ações de ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder, com transparência, participação e controle social.

6.10. Desenvolver uma ampla campanha nacional sobre a importância e necessidade da ampliação da participação política das mulheres.

6.11. Revisar legislação dos partidos políticos brasileiros que garanta a participação igualitária das mulheres, em especial nas instâncias de direção.

6.12. Garantir a igualdade de oportunidades para a população afro-descendente e indígena nos cargos do Poder

Executivo.

6.13. Criar um mecanismo nacional que dê visibilidade às ações parlamentares das mulheres e das agendas do Congresso Nacional que tenham implicação direta na população feminina brasileira.

6.14. Ampliar a participação das mulheres em todos os conselhos setoriais considerando a representatividade das diversidades étnico-raciais, de orientação sexual, pessoas com deficiência, profissionais do sexo, geracionais e das mulheres rurais.

6.15. Instituir no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, medidas de ação afirmativa e discriminação positiva que garantam a realização de metas percentuais de participação das mulheres em função de presidência, direção, coordenação e gerenciamento, incluindo medidas administrativas e de gestão estratégica destinada ao cumprimento desta medida, assegurando 30% de mulheres negras (ampliar Decreto Presidencial nº 4.228, de 13 de Maio de 2002).

6.16. Estimular a criação na administração pública (estadual e municipal) de instâncias voltadas para a questão de gênero nas políticas públicas.

6.17. Constituir Comitês Pró-Equidade de Gênero, Raça e Etnia em todos os órgãos públicos da administração direta e indireta.

6.18. Garantir participação de representação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no Conselho Monetário Nacional.

6.19. Criar comissão tripartite com a participação da sociedade civil para discutir e propor mecanismos de inclusão de mulheres nos espaços de poder em todos os níveis, em especial no executivo e legislativo.

6.20. Desenvolver ações para a identificação, a abordagem e a prevenção do racismo, sexismo e lesbofobia/homofobia institucional, em todas as esferas do Poder Público e nos

partidos políticos, seja nas relações de trabalho, seja no acesso aos serviços, sem discriminação de qualquer espécie.

6.21. Criar fórum de discussão ampliada sobre a Reforma Política.

6.22. Apoiar e mobilizar as mulheres para participarem no processo de reforma do sistema político, realizando seminários e publicando cartilhas.

6.23. Criar departamentos específicos sobre as mulheres indígenas e demais povos e comunidades tradicionais no âmbito da FUNAI, SEPPIR, SPM e Ministério da Cultura.

6.24. Garantir a participação de mulheres nas discussões dos Planos de Cargos e Carreiras das três esferas de poder.

6.25. Capacitar e formar os ocupantes de cargos decisórios e servidores/as em conteúdos de gênero, raça/etnia e perspectiva geracional.

6.26. Produzir permanentemente diagnósticos e divulgar o atual quadro de participação política das mulheres nas três esferas de poder.

RECOMENDAÇÕES

PARTIDOS POLÍTICOS

Garantir a paridade de gêneros nos horários de propaganda política dos partidos.

Oficializar e criar a lei da fidelidade partidária com perda de mandato com as mudanças de partido. Fazer com que os partidos cumpram na íntegra, o Estatuto Partidário e principalmente no que diz respeito à fidelidade, dando direito à substituição pelo(a) suplente.

Que os partidos políticos realizem Conferências, Seminários, fóruns e debates, estimulando a maior participação das mulheres nas instâncias partidárias.

Que as mulheres de cada partido se organizem em plenária para indicar a chapa das candidatas para as respectivas eleições.

Criação de uma frente solidária entre mulheres candidatas, que defendam propostas comuns, para fortalecimento de suas candidaturas e mandatos.

Incentivar a criação de secretarias de mulheres respeitando-se os recortes étnico-racial, de classe e de orientação sexual, em todos os partidos políticos, com recursos para seu funcionamento.

Eqüidade e paridade de gênero, raça/etnia nas instâncias decisórias de cada partido, entidades classistas, associações, sindicatos e congêneres.

Participação das mulheres nos espaços de poder, considerando as diversidades.

Incentivar a filiação partidária fomentando a importância da presença do movimento de mulheres organizadas nos partidos políticos.

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

Realizar campanha na mídia a curto e médio prazo de informação e estímulo à participação de mulheres na reforma política, que leve em conta as questões de equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual, coordenada pela SPM.

Criar ações de punição para os partidos que não cumpram as cotas de participação das mulheres.

Criar, implementar e garantir políticas para democratização do sistema político, compreendendo as várias dimensões do sistema: representativa, participativa e de democracia direta, incluindo a paridade na representação política; o fortalecimento da participação social pela redefinição do caráter dos conselhos e conferências; fortalecimento da participação cidadã com mecanismos como plebiscito e referendun.

Garantir a paridade na distribuição de recursos econômicos para formação política das mulheres nas campanhas eleitorais e no tempo utilizado na mídia nos três níveis: federal, estadual e municipal.

Aprovar e regulamentar o cumprimento das cotas com lista fechada de alternância de sexo para candidatos e candidatas de partidos políticos, levando em conta a diversidade racial, étnica e de orientação sexual.

Participar igualmente de capacitação nos treinamentos de gestão, no poder público e sociedade civil, através dos conselhos dos direitos da mulher.

Garantir que os partidos políticos criem mecanismos de incentivo a formação e participação política das mulheres.

Criar espaços e atividades para crianças nos locais de participação política.

Fim da desvinculação da receita da união – DRU

Garantir o princípio constitucional de igualdade de direitos, garantindo e fiscalizando a efetiva equiparação salarial entre homens e mulheres, de modo a reduzir as desvantagens econômicas e patrimoniais das mulheres.

Instituir grupo de trabalho interministerial com participação do legislativo e da sociedade civil para a elaboração de projeto de lei de igualdade de direitos, tratamento e oportunidades entre mulheres e homens que garantam a efetivação de direitos.

Garantir a criação de agenda em âmbito federal, estadual e municipal para a juventude, promovendo espaços de discussão sobre suas especificidades e estimulando a participação das mulheres jovens nesses processos.

Criação de fundos de campanhas, públicos e transparentes com auditorias feitas pelos órgãos públicos competentes.

Garantir o princípio constitucional de igualdade de direitos, garantindo e fiscalizando a efetiva equiparação salarial entre homens e mulheres de modo a reduzir a desvantagens salariais e patrimoniais das mulheres.

Paridade de gênero e étnico-racial nos partidos políticos com sanção quando não cumpridas e aplicação de 30% do fundo partidário, garantindo 30% das cadeiras; na administração direta e indireta, nas três esferas de poder; nas direções partidárias e na chapa de candidatas mulheres oficializadas por plenárias. Os votos conquistados por candidatas mulheres devem ser repassados à outra mulher. Igualdade de oportunidades para a população afro-descendente e indígena de forma em cargos no Legislativo e Executivo. Obedecer ao critério de proporcionalidade na população (negras, não negras e índias) nas cotas para mulheres.

Reafirmar política de cotas em todas as áreas especialmente do processo eleitoral criando mecanismos de punição para o não cumprimento.

Listas pré-ordenadas, com alternância de sexo e aspectos étnicos-raciais, geracionais, de orientação sexual e que contemplem as pessoas com deficiências – com a ordem nas listas definidas pelos censos do IBGE para os municípios e para os Estados.

Que o financiamento para as campanhas eleitorais seja exclusivamente público e de filiados e/ou militantes. Garantir 50% do tempo dos partidos nos meios de comunicação para as mulheres.

Instituição da fidelidade partidária e perda de mandato com a mudança de partido, substituindo-a pelo/a suplente.

Filiação de mínimo de dois anos antes da realização da eleição, caso já tenha sido filiado/a a outro partido.

Limitação de reeleição para um ou dois mandatos para cargos legislativos. Formação política e fórum permanente de debates e monitoramento. Fim do nepotismo e sua classificação como crime no Código Penal. Financiamento público exclusivo, com alternância e critérios étnico/raciais, geracional e de orientação sexual, com dotação orçamentária e rubrica própria e com para os partidos que não cumprirem as regras. Fim da cláusula de barreira. Voto facultativo.

Criar junto à Justiça Eleitoral um órgão que fiscalize a participação das mulheres nos espaços de poder dos partidos políticos e que garanta metas mínimas participação de igualdade de gênero, étnica/racial e geracional.

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Criação de mecanismos de controle social para coibir a difusão da imagem da mulher, combatendo a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, punindo os meios de comunicação que vulgarizem a imagem da mulher.

Interdição nas letras de músicas machistas e discriminatórias que desvalorizam a imagem da mulher.

Que o governo federal estabeleça, em conjunto com a sociedade civil organizada, critérios para outorga e renovação das concessões das rádios e TVs.

Não criminalização dos movimentos sociais.

Regulamentação dos artigos da Constituição Federal que tratam da concessão pública dos meios de comunicação.

Ampliação das concessões para as rádios comunitárias, garantindo a democratização dos meios de comunicação, respeitando a pluralidade e diversidade cultural.

Controle, fiscalização e punição das empresas, organismos e entidades de comunicação que exploram a imagem da mulher de maneira sexista, machista e racista.

Democratização dos meios de comunicação, garantindo espaço para divulgação das políticas públicas para mulheres.

Garantir nos meios de comunicação a presença igualitária de mulheres negras e indígenas, quilombolas e demais segmentos.

Garantir na TV pública 50% das vagas dos profissionais e do conselho da TV pública para mulheres respeitando a paridade entre as mulheres negras, brancas e indígenas, quilombolas e demais segmentos.

Criação da TV pública e revisão da concessão das TVs e rádios, principalmente as que explorem a imagem das mulheres, especialmente das mulheres negras, garantindo horários e programas gratuitos que fortaleçam e dignifiquem a imagem das mulheres, promovendo maior democracia na mídia.

Na revisão das concessões de TV considerar como critérios: a) promoção da democracia nos meios de comunicação social; b) a quebra do monopólio; c) igualdade de oportunidade; d) promoção de valores como a solidariedade, cooperação, igualdade, ética, o respeito à diferença, a reciprocidade, alteridade; e) imparcialidade nas informações.

Agilidade e desburocratização nos processos de concessão de rádios comunitárias.

PODER LEGISLATIVO

Que o Poder Legislativo incorpore no PPA 2008-2011 as prioridades definidas pela 2ª CNPM.

Construção de Leis que garantam a participação das mulheres nas Mesas Diretoras do Poder Legislativo de todos os entes da federação.

Recomendamos a aprovação do Projeto de Lei nº 6.418/2007, pela atual redação da comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em que está incluso o crime de discriminação racial com aumento de pena para a discriminação sexista cometida contra as mulheres negras.

Que sejam instaladas comissões permanentes de defesa dos direitos das mulheres e frentes parlamentares pelos direitos das mulheres nas casas legislativas municipais e estaduais.

Instituir mecanismo legal que garanta a participação de mulheres na mesa diretora do Senado, Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO

Criar e implantar instancia de controle social junto ao Poder Judiciário, para monitorar e deliberar sobre a implantação, execução e penalidades da Lei Maria da Penha, bem como sobre o funcionamento das Varas de Infância e Juventude.

Formação continuada para os operadores do judiciário para viabilizar a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e demais leis anti-racismo e de discriminação de gênero.

Controle externo do poder judiciário.

Humanização do poder judiciário garantindo a inclusão obrigatória da temática gênero em cursos preparatórios e na capacitação de servidores na ativa do mesmo, visando a construção de soluções às demandas de gênero e não meras decisões judiciais, ações estas coordenadas institucionalmente pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Criar espaços no judiciário e no ministério público que tratem o tema de equidade e igualdade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

Democratização do poder judiciário com recorte de gênero, raça, etnia, geração.

Construção de mecanismos de participação e controle social com criação de defensorias públicas municipais e corregedorias populares com a participação da sociedade civil.

Fim do STF (Supremo Tribunal Federal) e criação de um Tribunal Constitucional como única instância acima do Superior Tribunal de Justiça.

ESTADO BRASILEIRO

Garantir a criação dos Conselhos dos Direitos das Mulheres com autonomia política, caráter deliberativo e eleição para sua presidenta, realizadas pelas conselheiras.

Redução da jornada de trabalho, mantido o mesmo salário, de modo a que homens e mulheres possam também cuidar dos filhos dividindo o trabalho doméstico, cuidar de sua formação, cultura e lazer.

Maior apoio às mulheres com deficiência visual.

Criar mecanismos que garantam o compromisso de controle social para uma maior articulação entre governos federal, estaduais e municipais.

Aumento da dotação orçamentária dos governos: federal, estaduais e municipais, destinando parte dos recursos para políticas que garantam a maior participação das mulheres no poder, em seus diversos níveis.

Fortalecimento do SUS, com a não-terceirização dos serviços de saúde.

Por uma previdência universal pública e solidária e contra a desvinculação dos benefícios da seguridade social do salário mínimo.

Mulheres indígenas e ciganas:

1. Criação de uma política de valorização e preservação dessas culturas.
2. Trabalhar o fim do preconceito contra a mulher indígena e cigana.
3. Criar oportunidades de divulgação da cultura e da produção cultural.
4. Garantir o espaço e ampliar vagas de representação das mulheres indígenas e ciganas no CNDM, conselhos estaduais e municipais, na SEPPIR e na SPM.

Criar normas internas rígidas, nos órgãos públicos, para que haja equidade na participação das servidoras públicas.

Que as três esferas do poder incentivem e promovam campanhas, discussões e fóruns para a formação e capacitação política das mulheres.

Propor projeto de lei que garanta o recebimento de salários/remuneração durante o período de campanha política e estabilidade provisória no emprego durante 3 meses, após as eleições.

Incluir no conteúdo das provas dos concursos públicos as temáticas de gênero, raça e etnia.

Incluir na formação dos gestores públicos/servidores/nomeados, conteúdos relativos à questão de gênero, raça, etnia, orientação sexual nas respectivas carreiras da União, Estados e municípios.

Investir recursos públicos para apoio a processos formativos e organizativos.

Propor a base legal que garanta a participação paritária entre homens e mulheres, funcionários de carreira efetiva, nos cargos de direção e assessoramento superior, nas três esferas do poder executivo e 30% para o 1º e 2º escalão, visando paridade e a qualificação dos serviços públicos.

Que os poderes públicos em todas as esferas facilitem o acesso às informações referentes às políticas públicas para as mulheres da área rural. (federal, estadual e municipal).

Garantia da laicidade do Estado Brasileiro, promovendo a efetiva separação do Estado das religiões, retirando das repartições públicas em todos os poderes e esferas símbolos de qualquer religião, bem como desarticulando serviços especiais voltados para as religiões. As políticas públicas de estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na constituição federal e nos diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas.

Exigimos do Estado Brasileiro o desenvolvimento de ações para o combate ao racismo institucional em todas as esferas do poder público, que promova a equidade e garantam o acesso a bens e serviços sem discriminação de qualquer espécie.

Aumentar o número de representantes de mulheres negras no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Recomendamos que o Estado brasileiro garanta o princípio constitucional da equidade, promovendo para isso ações específicas e de caráter afirmativos voltados para as mulheres negras.

PODER EXECUTIVO

Criação de campanhas educativas em defesa do meio ambiente. Capacitação em gênero, etnia e raça nos programas sócio-ambientais.

Ampliação de recursos orçamentários/financeiros para garantir o desenvolvimento de ações de atenção básica voltadas à saúde das mulheres.

Ampliação de valores e efetivação do Pronaf Mulher no âmbito federal, com ações voltadas às iniciativas das mulheres para o desenvolvimento sustentável nos territórios, presente em todas às regiões, estados e municípios.

Implementação de políticas de saneamento básico, incluindo a coleta seletiva do lixo em todo o país. Definição de mecanismos de punição aos Estados e Municípios que não estruturarem Conselhos da Mulher.

Garantia do recorte de gênero e acesso das mulheres aos programas de governo, nas esferas federal, estadual e municipal.

Garantia da representatividade no executivo de cotas de 50% para mulheres e a paridade entre mulheres negras, brancas, indígenas, quilombolas e demais segmentos.

Garantia da inclusão das políticas indicadas pela Conferência Nacional das Mulheres nas diretrizes do PPA 2008/2011.

Cumprir o decreto nº 4.228/13/2002 que institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas, estabelecendo metas e percentuais de participação de afro-descendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiências no preenchimento de cargos em comissão do grupo - direção e assessoramento superiores – DAS, no âmbito da administração federal.

Mudança na política econômica para gerar empregos e desconcentração de riqueza.

Instituir na publicidade pública da administração direta e indireta a participação de atores que representem os diversos segmentos étnico, raciais e de gênero.

Criar comitê de gestão de política para as mulheres nos ministérios e secretarias especiais, levando em consideração a dimensão das relações étnico-raciais como instrumento de gestão e monitoramento.

Garantir a dimensão de gênero na implementação dos empreendimentos públicos e programas do MME.

Incluir as propostas aprovadas na 2ª conferência no PPA de cada órgão, quando da revisão do orçamento em todas as esferas de governo.

Priorizar a política de gênero no programa “Luz para Todos”.

Que o Estado, por meio do MEC, normatize o estudo de gênero, raça, etnia, livre orientação sexual nos conteúdos curriculares das instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades.

Garantia de mecanismos efetivos de transparência, participação, controle social sobre o orçamento público federal e os repassados pela União aos municípios e aos Estados, em face do PNPM.

Garantia de que 50% dos recursos financeiros do governo, a fundo perdido, sejam destinados às políticas para as mulheres, incluindo repasse ao CNDM.

Assegurar que os organismos governamentais de políticas para as mulheres estejam situados no 1o escalão do governo e disponham de recursos orçamentários e pessoal, necessários ao enfrentamento das desigualdades nas políticas públicas.

Garantir que as agências oficiais de fomento (CEF, BB, BNDES, BNB, BASA) orientem seus créditos ao enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e etnia, criando, inclusive, linhas exclusivas de créditos a fundo perdido com esse objetivo.

Ações afirmativas para MULHERES negras, índias e lésbicas como medida de reparação social, econômica e cultural que garantam sua plena participação em igualdade de condições nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Promover políticas de ações afirmativas, estabelecendo paridade de 50% para mulheres em todas as esferas de poder, respeitando a diversidade étnica, racial, classes sociais, orientação sexual, geracional, mulheres com deficiências, trabalhadoras domésticas e mulheres dos povos e comunidades tradicionais, com sanção em caso de descumprimento.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Incorporar as dimensões de gênero e raça/etnia na formulação de seu Conselho Nacional.

SPM/CONFERÊNCIA/CNDM/PNPM

Recomendamos que as próximas Conferências de políticas para as Mulheres sejam transmitidas simultaneamente através de vídeo-conferência e internet.

Incorporação das dimensões de gênero e raça nas políticas públicas - desde o planejamento, implementação e avaliação, com definição de indicadores das desigualdades raciais, criação de mecanismo de monitoramento e com a participação das mulheres negras.

Criar o selo de equidade como prêmio em reconhecimento as escolas que adotarem ações educativas de gênero, raça e etnia.

Promover campanha de impacto através da mídia e ações públicas para uma reeducação na sociedade para extinguir a sobrecarga de responsabilidades domésticas e familiares sobre as mulheres.

Inserir campanhas, nos três níveis de governo, na vivência democrática de igualdade de gênero, raça, etnia, diversidade sexual e geracional.

Socializar as informações dos debates da comissão tripartite de igualdade de oportunidade de gênero e raça/etnia no trabalho.

Garantir a inserção das ex-presidiárias na sociedade e no mundo do trabalho.

A CNPM deve ocorrer no primeiro quadrimestre, do primeiro ano de cada governo, de modo a subsidiar a elaboração das políticas públicas (PPA).

A SPM e a SEPPIR devem se responsabilizar por campanha nacional de combate ao racismo institucional e cultural.

ESTADOS E MUNICÍPIOS

Criação de Secretarias Especiais de Políticas Públicas para as Mulheres em todos os Estados e Municípios brasileiros, com autonomia, com estrutura e orçamentos próprios livre do contingenciamento, garantidos no PPA.

Criação, fortalecimento e estruturação das coordenadorias para as mulheres nas instâncias estaduais e municipais, com equipe técnica multidisciplinar que garanta a participação de mulheres representantes da sociedade civil contemplando mulheres negras, índias, lésbicas e quilombolas.

Garantir recursos para divulgação das Coordenadorias estaduais e municipais de mulheres, incentivando amplo conhecimento e participação das mulheres nestas instâncias.

Garantir políticas de equidade de gênero nos cargos de direção e assessoramento em todos os níveis da administração pública estadual e municipal.

Criação no âmbito dos legislativos municipais, estaduais e federal comissões permanentes que tratem o tema de equidade e igualdade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

CONTROLE SOCIAL

Construção de mecanismos de participação e controle social com criação de defensorias públicas municipais e corregedorias populares com a participação da sociedade civil.

Criar e divulgar amplamente dados, metas, indicadores e mecanismos que garantam o acompanhamento crítico das mulheres com relação às políticas e serviços públicos.

Dar caráter deliberativo aos Conselhos da Mulher e garantir que, em sua representação, tenhamos, através de eleição direta a seguinte composição, com recursos e estrutura para seu efetivo funcionamento: sociedade civil, trabalhadores em políticas públicas voltadas para mulheres e governo.

Criar mecanismos de acesso aos orçamentos públicos, sua utilização, bem como divulgação na mídia, internet e no jornal e outros meios de comunicação.

Construção de mecanismos de participação e controle social com criação de defensorias públicas municipais e corregedorias populares com a participação da sociedade civil.

Estimular a criação de grupos multiplicadores nas comunidades para garantir formação com recorte de gênero, raça/etnia, orientação sexual e motivar a participação política das mulheres.

Estimular a participação nas instituições políticas das mulheres de todas as gerações, com deficiência, lésbicas, transexuais, travestis, transgêneros, quilombolas, negras, profissionais do sexo, indígenas, chefes de família, ribeirinhas, extrativistas e trabalhadoras rurais.

Construção entre o poder público e a sociedade civil de oficinas, seminários e outras formas de qualificação política para as mulheres.

SISTEMA S (INICIATIVA PRIVATIVA)

Recomendação ao setor empresarial: cursos técnicos, profissionalizantes gratuitos no sistema S e nas redes de ensino profissional para as mulheres com garantia de creche no período do curso.

EMENDA SUBSTITUTIVA À RESOLUÇÃO DA REFORMA POLÍTICA (Anexo 3)

Eixo 7 – Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade, na floresta com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar

7. PRIORIDADES

7.1. Assegurar o princípio de precaução vetando o cultivo e a comercialização de produtos transgênicos e agrotóxicos, garantindo a produção de alimentos saudáveis.

7.2. Assegurar o uso, o intercâmbio, distribuição e comercialização de sementes nativas e crioulas pelas camponesas indígenas e quilombolas.

7.3. Assegurar a soberania hídrica contemplando os múltiplos usos da água como um bem comum não privatizável e com acesso universal.

7.4. Direito à terra, água e garantia da soberania alimentar com visibilidade e reconhecimento da contribuição das mulheres através da ampliação da reforma agrária e dos direitos territoriais dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais.

7.5. Promover políticas específicas voltadas para ampliar o acesso aos recursos naturais e produtivos efetivando novos índices de produtividade, limitação do tamanho da propriedade, homologação e desintrusão das áreas indígenas, titulação das comunidades quilombolas e a regularização das comunidades tradicionais.

7.6. Incentivar a elaboração de políticas de educação ambiental incluindo ações de capacitação para o controle social junto aos municípios e estados da federação, em consonância com a política nacional de educação ambiental, a partir de uma visão crítica sobre os padrões atuais de consumo.

Eixo 8 – Direitos das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais

Novo eixo aprovado cujas ações constarão do II PNPM

Eixo 9 – Cultura, Comunicação e Mídia: igualitária, democrática e não discriminatória, não-sexista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica, com controle social

9. PRIORIDADES

9.1. Construir mecanismos de controle social da imagem da mulher nos meios de comunicação.

9.2. Estimular a difusão da imagem não-discriminatória e não-estereotipada da mulher, contando com a participação ativa, constante e capilarizada do movimento de mulheres.

9.3. Inserir como critério de concessão de TVs e rádios comunitárias o controle a discriminação e intolerância religiosas, garantindo espaço para discussão do movimento de mulheres e feminista, respeitando a pluralidade e diversidade cultural.

9.4. Elaborar critérios transparentes, como critério para outorga ou renovação das concessões de Tvs que levem em conta a representação dos movimentos sociais, em especial, o de mulheres.

Eixo 10 – Enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia

10. PRIORIDADES

10.1. Formular e implementar programas, projetos e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia nas instituições públicas governamentais, da administração direta e indireta, instituições não-governamentais e privadas.

10.2. Instituir medidas de ação afirmativa na elaboração e execução de políticas públicas, visando alcançar a equidade de gênero, raça, etnia, geracional e orientação sexual.

10.3. Formular e executar ações estratégicas que garantam a realização de metas de percentuais de participação segundo critérios étnico e raciais.

10.4. Fortalecer políticas de enfrentamento da discriminação contra as mulheres atingidas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, deficiência, fatores geracionais e outras formas de intolerância e discriminação.

Eixo 11 – Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens, idosas em suas especificidades e diversidades

Novo eixo aprovado cujas ações constarão do II PNPM

Anexos

Anexo I

Homenagem a Michelle Bachelet, Presidenta da República do Chile

A organização da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres presta uma homenagem à Senhora Michelle Bachelet, Presidenta da República do Chile, como representação da participação das mulheres no poder. Eu me imagino como mulher em qualquer lugar, inclusive no Palácio de La Moneda, por que não?

Quem é essa mulher que canta esse estribilho? Ela pertence a uma geração que na juventude enfrentou o Golpe de Estado do General Pinochet. Estudante de Medicina, ela assistiu da Faculdade o La Moneda ser bombardeado e viu o fim do regime democrático em seu país. Sua família foi particularmente atingida pelo golpe militar: seu pai, o general-de-brigada Alberto Bachelet, morreu na prisão. Ela e sua mãe foram presas, torturadas e se mudaram para os Estados Unidos em 1962 e só retornaram ao seu país no ano seguinte. Em 70 entrou no curso de Medicina da Universidade do Chile e se integrou à juventude socialista.

Uma vez, a escritora Isabel Allende recebeu uma carta de sua mãe que descrevia a situação do país após a forte enchente de 2002, “o melhor é que a Ministra da Defesa Michelle Bachelet filha de um assassinado pela ditadura Pinochet pôs o Exército para trabalhar para os flagelados e anda ela mesma, encarrapitada em um carro de guerra com o comandante chefe ao seu lado, ajudando dia e noite”.

Michele Bachelet assim se descreve,...sou uma chilena, nem mais nem menos, que nem milhões de vocês: trabalho, cuidado da minha casa e levo minha filha ao colégio, mas, além disso, sou uma chilena com vocação de luta e de serviço público; com uma trajetória política que me levou sem que eu tenha imaginado ou pedido a um lugar na História do qual eu não fugi. Postular a Presidência da República e converter-me na primeira mulher a se tornar Presidenta no Chile.

E vale ouvir o poeta Pablo Neruda, que também define os contornos de nossa América Latina e de sua Pátria, a mesma da primeira mulher a ser eleita presidenta nas Américas, o Chile:

Se cada dia cai dentro de cada noite,
há um poço onde a claridade está presa,
há que sentar-se na beira do poço da sombra e pescá-los com paciência.

A Presidenta Michelle Bachelet enviou uma mensagem gravada em vídeo, para a 2ª CNPM. Texto do vídeo enviado pela Presidenta do Chile, Michelle Bachelet:

Querido amigo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, querida Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria para a Igualdade das Mulheres, queridas amigas, quero fazer chegar a vocês uma saudação do Chile onde, como vocês sabem, pela primeira vez na História, fez chegar uma mulher na Presidência da República.

É para mim, além disso, uma grande honra receber o afeto e o carinho das mulheres brasileiras nessa 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Lamento muito não poder estar, neste momento, com vocês, mas minha apertada agenda me impediu de viajar. Por isso pedi à ministra do Serviço Nacional da Mulher, Sra Laura Albornoz, que me representasse.

Felicito, em primeiro lugar, ao meu amigo Presidente Lula da Silva que se empenhou em diminuir as injustas diferenças de gênero que ainda permanecem em nossas regiões, em matéria de participação e direcionamento das políticas públicas. Também quero, é claro, felicitar a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, pela obra que realiza, e em particular por esta Conferência que convocou mais de cento e noventa e cinco mil mulheres, de diversas partes e setores do Brasil.

Queridas amigas, eu encabeço um governo que me orgulha por haver inaugurado a paridade no gabinete e nas administrações regionais e isso tem uma explicação de fundo muito simples: um princípio fundamental de meu governo em todas as áreas é a inclusão. Romper as barreiras da discriminação seja de raça, ideológica, de classe, de gênero é uma tarefa que me imponho nas 24 horas do dia, nos 365 dias do ano. Eu a reitero aonde vou. Quero uma pátria para todos, na qual ninguém sobre; na qual cada mulher e cada homem sintam que são respeitados e considerados; na qual nos sintamos iguais em nossos direitos e deveres.

Que democracia é aquela em que 50% da população não participam na gestão e implementação das políticas dirigidas à nossa sociedade? Que qualidades podem ter as polícias públicas se não prestam a devida atenção às necessidades e aspirações das mulheres, quando a participação na vida pública não é exclusividade de um ou outro sexo. Ao contrário, é um espaço comum e compartilhado em que se colocam em cena os interesses e problemas de todos e de todas.

Mas temos uma boa notícia para a nossa América: nossos governos sim estão comprometidos com o aprofundamento da democracia, com a justiça social e com uma maior participação das mulheres na política. Queremos uma participação equilibrada de homens e mulheres nas instituições democráticas. Queremos que a participação na vida pública não seja exclusiva de um ou outro sexo, mas um espaço onde vamos levar adiante políticas que representem interesses e prioridades nos problemas de homens e mulheres.

Celebro a presença, nesta Conferência, da diversidade das mulheres, das mulheres do Brasil, das mulheres rurais, das mulheres indígenas, das mulheres trabalhadoras, das que trabalham fora de casa e das que trabalham em seus lares, das profissionais, das artistas, das jovens, das idosas, das mães...

Assim, queremos que sejam vistos nossos países: em toda a sua diversidade e que suas mulheres sejam reconhecidas e valorizadas, protagonistas do processo da transformação social e da transformação política.

Assim, quero despedir-me com os maiores desejos de êxito para todas vocês. Estimado Presidente Lula e estimadas amigas brasileiras, podem contar comigo.

Anexo II

Homenagem ao “Lobby do batom”

Em novembro de 1985 era criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Após quatro meses de existência, ele lançou a campanha: “Constituinte sem mulher fica pela metade” que transformou muitas mulheres em verdadeiras peregrinas, viajando pelos estados brasileiros para estimular o debate sobre a participação política das mulheres. Em agosto de 1986 foi realizado o “Encontro Nacional” onde foi aprovada a Carta das Mulheres aos Constituintes, e estava lançada a campanha “Constituinte para Valer, tem que ter Direitos da Mulher”.

Com o país inteiro debruçado sobre a possibilidade da formulação de novas leis, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher mergulhou na tarefa de incluir no novo texto constitucional questões que viessem a alterar realmente a situação das mulheres. O grupo foi chamado de “Lobby do batom” por aqueles que buscavam desvalorizar o seu trabalho, mas as mulheres não se intimidaram, e muito menos perderam o humor, aproveitaram a provocação e a transformaram em uma marca – marca de batom na história brasileira.

Impossível dizer quem ou quantas mulheres faziam parte deste grupo forte e incisivo em sua pressão sobre o Congresso Nacional Constituinte. No Congresso, até o mais distante dos parlamentares esbarrava no recado “Constituinte: as mulheres estão de olho em você”. Um dos maiores grupos da sociedade civil organizada na Constituinte o CNDM, a bancada feminina no Congresso Nacional e as lideranças de inúmeras organizações de mulheres participaram de todas as etapas do processo constitucional. Realizaram manifestações e vigílias para acompanhar a votação final, mantinham um canal permanente com os Conselhos e os grupos de mulheres nos estados, de todas profissões e classes sociais, informado-as sobre os andamentos das propostas. Na época, como Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estava Jaqueline Pitanguy e por meio dela, homenagearemos todas as mulheres que foram ativistas na luta pela garantia da igualdade a todos os brasileiros, sem distinção de qualquer natureza, assegurando que perante a lei homens e mulheres são iguais no Brasil. A Ministra Nilcéa Freire entrega, neste momento, a homenagem das mulheres brasileiras a Jaqueline Pitanguy.

Jaqueline Pitanguy

Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, Senhora Ministra Nilcéa Freire, Senhores Ministros e demais autoridades, todas as mulheres que estão aqui: é com uma emoção muito profunda que eu recebo esta homenagem em nome do “Lobby do batom”, em nome dessa nossa trajetória, sempre vitoriosa, sempre com garra, enfrentando obstáculos. Nós estamos aqui construindo a nossa cidadania e é com uma alegria enorme, e em nome de todas as companheiras que trilharam o caminho desta Constituição cidadã, que eu agradeço essa honra. Eu me sinto realmente e profundamente emocionada, muito obrigada!

Anexo III

Emenda substitutiva à resolução da reforma política

Eixo 6 - Participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder

As delegadas presentes à 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, após amplo debate nas conferências municipais e estaduais, e que reuniu 195 mil mulheres, decidiram posicionar-se acerca da reforma política que interessa as mulheres ao povo brasileiro.

O sistema político brasileiro é ainda marcadamente classista, patriarcal, oligárquico, machista, sexista, racista, lesbofóbico, homofóbico e se sustenta em múltiplas formas de exclusão de populações e grupos históricos excluídos. Nosso objetivo é transformar o sistema que aí está, garantindo como princípios à paridade, a transparência e o controle social. Portanto queremos uma reforma política ampla e democrática de todo o sistema político. Queremos reformas no sistema eleitoral e partidário e queremos reforçar e fortalecer mudanças nos mecanismos da democracia direta e representativa. Queremos reformas no Sistema Judiciário de modo a torná-lo ético, ágil e transparente democrático e com controle social e por fim queremos a democratização da comunicação, pois não há uma sociedade democrática com a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos.

Para isso queremos reafirmar e referendar os compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro na 1ª Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe – Consenso de Quito – assim como outros acordos e convenções internacionais que abordam este tema.

Para tanto referendamos que o Governo Brasileiro nos seus diferentes poderes deve:

- 1) Adotar todas as medidas de ações afirmativas e todos os mecanismos necessários, incluídos as reformas legislativas necessárias, e as condições orçamentárias para assegurar a plena participação das mulheres em cargos públicos e de representação política com o objetivo de alcançar a paridade nos diferentes poderes - executivo, legislativo, judiciário - e regimes especiais e autônomos, no âmbito nacional e local.
- 2) Ampliar e fortalecer a democracia participativa e a inclusão igualitária, plural e multicultural das mulheres brasileiras, garantindo e estimulando sua participação e valorizando suas funções no âmbito social e econômico, nas definições das políticas públicas, adotando medidas e estratégias para a inserção das mulheres nos espaços de poder e de decisão, de informação e comunicação.
- 3) Desenvolver políticas eleitorais de caráter permanente que indicam aos partidos políticos a incorporar a agenda das mulheres (em sua diversidade), o enfoque de gênero em seus conteúdos, propostas e estatuto, a participação igualitária nas instâncias de direção, o

empoderamento e a liderança das mulheres, consolidando assim paridade de gênero como uma política de Estado.

4) Realizar as reformas eleitorais necessárias ao país e que assegurem o princípio da paridade, assegurando a perspectiva da inclusão racial, étnica, geracional, orientação sexual e outros grupos e populações historicamente excluídos, seja nas listas, na presença das mulheres nas propagandas eleitorais, bem como, com a destinação paritária dos recursos partidários e do fundo partidário. Outros aspectos importantes para as mulheres que devem ser contemplados na reforma eleitoral são: fidelidade partidária, financiamento público exclusivo de campanha, limitação dos mandatos legislativos, possibilitando assim que mais mulheres tenham oportunidades iguais para participar destes processos de disputa aos cargos nos legislativos.

5) Buscar o compromisso dos partidos políticos para implementar ações afirmativas e estratégias de comunicação, financiamento, capacitação, formação política e mudanças internas aos partidos de maneira a alcançar a inclusão paritária das mulheres, levando em conta a diversidade presente em seu interior e nas instâncias das direções partidárias.

6) Incentivar e comprometer os meios de comunicação que reconheçam a importância da participação paritária das mulheres no processo político, ofereçam uma cobertura equitativa e equilibrada de todas as candidaturas, que cubram as diversas formas de participação política das mulheres e que apresentem em sua programação conteúdos e assuntos que sejam de interesse das mulheres e do movimento feminista com participação e controle social.

7) Adotar políticas públicas incluindo leis para erradicar conteúdos sexistas, estereotipados, discriminatórios e racistas nos meios de comunicação, estimulando assim, sua função de promotores de relações e responsabilidades igualitárias entre mulheres e homens.

8) Adotar medidas de co-responsabilidade da vida familiar e de trabalho, tendo presente que ao compartilhar as responsabilidades criam-se condições para a participação política das mulheres.

9) Implementar sistemas públicos integrais de previdência social com acesso e coberturas universais, articulados a um amplo aspecto de políticas públicas que assim permitirão garantir melhor qualidade de vida e a cidadania plena das mulheres.

10) Estes compromissos deverão ser avaliados na próxima conferência para que possamos apontar os avanços conseguidos a este respeito.

Anexo IV

Moções aprovadas

1. Moção de Repúdio ao Governo do Estado de São Paulo – 758 assinaturas

Nós, delegadas da 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, vimos por meio desta moção manifestar nossa indignação frente:

À falta de compromisso do estado de São Paulo com as políticas públicas para as mulheres;

À não pactuação pelo governo do estado de São Paulo ao Plano Nacional de Política para as Mulheres;

À não implantação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres durante os 12 anos de governo do PSDB.

A ausência de compromisso político com a luta das mulheres do estado de São Paulo permeou todo o processo da Conferência Estadual/SP, coordenado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, na pessoa de sua presidenta Analise Botelho, resultando na ausência de organização, estrutura e falta de transparência quanto ao orçamento investido na mesma.

A delegação de SP, com muita luta, venceu todos os obstáculos para chegar à Conferência Nacional e participar da construção de políticas públicas para garantir a autonomia e a igualdade das mulheres. Entretanto, indignadas, vêm a público para explicitar os seguintes fatos:

A humilhação durante a viagem para Brasília, ficando 31 horas na estrada com transporte em condições precárias;

Viagem em ônibus sucateados, sem segurança, banheiro e higiene;

Algumas mulheres do interior tiveram que se deslocar até a Capital, enquanto outras aguardaram 6 horas na Rodovia até a chegada dos ônibus;

Transporte sem adaptação para pessoas com deficiência;

Os ônibus estavam superlotados (havendo rodízio de poltronas no trecho entre Ribeirão Preto e Brasília);

As delegadas não tinham alimentação e água.

Os fatos relatados impediram a participação da delegação na Abertura Oficial da 2ª Conferência Nacional, que tem significado extremamente importante para todas nós, mulheres, pelo compromisso e respeito do Governo Federal e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com a luta histórica das mulheres brasileiras. Ressaltamos que já registramos Boletim de Ocorrência em relação aos fatos e elaboramos um documento a ser entregue ao Governo Estadual, dando publicidade à violência vivenciada!

2. Moção de Apoio aos portadores de diabetes – 698 assinaturas

Como delegada da Sociedade Civil representando o estado do Espírito Santo, e como mãe de uma criança de onze anos, portadora de diabetes tipo I, venho trazer esta reflexão a todas as participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizada em Brasília (DF), de 17 a 20 de agosto de 2007, para que me apoiem nesta difícil jornada conviver dia a dia com uma doença que mata mais do que o câncer. No Brasil, a cada 30 segundos, todos os dias, uma pessoa perde uma perna em decorrência de diabetes. De

acordo com dados do Sistema Único de Saúde (SUS), foram realizadas 55 mil amputações no ano de 2004, das quais 85% correspondem a problemas decorrentes do pé diabético. A diabetes atinge cerca de 8 milhões de brasileiros, o que corresponde a 7,6% da população com idade entre 30 e 60 anos, sendo que cresce alarmantemente o número de crianças portadoras de diabetes tipo I. A expectativa é que o número de diabéticos duplique até o ano de 2025.

Nos postos de saúde, principalmente nos nosso estado, só existem dois tipos de insulina disponíveis: a NPH e a regular, mas muitos pacientes não se dão com esse tipo de insulina, como é o caso da minha filha. E as insulinas mais caras e adequadas para cada paciente também não constam na listagem do SUS. Para amenizar a vida do diabético, ele precisa de uma boa alimentação e, principalmente, de um controle diário da glicemia, o qual só pode ser feito com as fitas de teste, furando o dedo, coletando uma gota de sangue que é colocada no aparelho e dá com precisão o nível do açúcar no sangue. Com isso ele vai se precaver melhor e evitar riscos desnecessários, tais como: cegueira, amputação total ou parcial dos pés e pernas, feridas que não cicatrizam, doenças cardíacas, circulatórias, podendo se agravar e levar ao coma e até mesmo ao óbito.

Queremos que o governo federal disponibilize verbas e políticas de direcionamento para essa área, especificamente. Queremos que obriguem os estados brasileiros e municípios a disponibilizarem as fitas mensalmente e a doação de aparelho que são super caros, incluindo a compra de alguns tipos de insulinas para cada paciente. Estas providências farão com que cada portador de diabetes tipo I tenha um tratamento adequado. A constituinte é bem clara em relação aos direitos do cidadão à saúde e quando ele não tem condições é dever do estado/governo.

3. Moção de Apoio à Deputada Érika Kokay PT/DF – 597 assinaturas

Nós, participantes e delegadas à 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, entre os dias 17 a 21 de agosto de 2007, vimos a público manifestar a nossa solidariedade e apoio à Deputada Distrital Érika Kokay (PT/DF), que sempre esteve ombreada com a defesa dos direitos humanos, com a soberania e com o desenvolvimento do nosso país, assim como com a luta pela igualdade das mulheres, dos negros, dos grupos LGBTT, dos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo, das mulheres privadas de liberdade e, exatamente por isso, está sendo vítima de uma campanha solerte e claramente de retaliação.

Para atingi-la politicamente, setores reacionários não medem esforços em caluniarem, armar falsas ligações e comprar mentes.

A luta política do nosso povo rumo à felicidade, ao desenvolvimento e à igualdade se faz com a verdade! Basta de mentiras, armações e golpismo!

4. Moção de Apoio ao segmento de mulheres escarpeladas – 576 Assinaturas

Nós, Mulheres Brasileiras reunidas na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília – DF, de 17 a 20 de agosto de 2007, com objetivo de avaliar e aperfeiçoar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, apoiamos:

1. A aprovação do Projeto de Lei 1531/07 que obriga os proprietários de barcos a protegerem os eixos dos motores para evitar o escarpelamento de meninas e mulheres, principalmente da Região Amazônica;

2. A implantação de um programa de Atendimento Integral à Saúde da Pessoa vítima de Escalpelamento;
3. A garantia dos Direitos Previdenciários, Trabalhistas e da Assistência Social à mulher vítima de Escalpelamento.

5. Moção de Apoio aos povos e mulheres indígenas tupiniquins e guaranis e mulheres quilombolas do norte do Espírito Santo pela demarcação do seu território tradicional - 544 assinaturas

Nós, participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em Brasília, nos dias 17, 18, 19 e 20 de agosto de 2007, vimos prestar nossa profunda solidariedade aos Povos e mulheres Indígenas tupiniquins e guaranis e quilombolas do norte do Espírito Santo e repudiar a atitude da empresa Aracruz Celulose S/A, do Governo do Estado do Espírito Santo e da Bancada Federal do Espírito Santo [à exceção da Deputada Federal Iriny Lopes, que tem apoiado a luta dessas populações locais] que têm sido intransigentes e, em nome do lucro e do “desenvolvimento”, têm produzido [e contribuído] para uma situação, cada vez maior, de opressão vivida por esses povos. No final da década de 1960, com a chegada da empresa Aracruz Celulose S/A (que substituiu a mata atlântica por monocultura de eucalipto de larga escala), com o apoio da ditadura militar, grande parte dessas populações foram expulsas de seus territórios. Existiam, na época, 100 comunidades quilombolas e 40 aldeias indígenas. O impacto social, ambiental, cultural e econômico produzido sobre essas populações é incalculável e irreversível. Tiveram os seus modos de vida drasticamente alterados. Esses povos, portadores de um rico conhecimento tradicional, foram expropriados de parte de seus saberes e do direito a um modo de vida digno. As mulheres, que tiveram que conviver com a dor da dispersão das suas famílias; com a violência doméstica; com o aumento das doenças como diabetes, câncer de mama e do colo de útero, DSTs; com a perda dos rios e córregos – que se constituíam em espaços de encontro das mulheres e rica fonte de alimentação –; com a profunda escassez de alimentos; com a extinção das ervas, que garantiam a saúde indígena; que, de agricultoras, parteiras e “erveiras”, foram transformadas em empregadas domésticas e lavadeiras dos funcionários da empresa Aracruz Celulose S/A. No caso específico das quilombolas, que lidam, ao mesmo tempo, com a monocultura de eucalipto e de cana de açúcar, enfrentam o drama da prostituição infantil, da violência sexual e das gravidezes resultantes da ação dos cortadores de cana na região da Conceição da Barra. No entanto, apesar de todo o massacre sofrido, são povos e mulheres que preservam a sua dignidade, são guerreiros e guerreiras muito resistentes. Buscam, através da sua organização e luta, reaver parte do seu modo de vida, lutando incansavelmente pelo direito ao seu território tradicional. São povos e mulheres que merecem o nosso respeito e a nossa admiração. Todo apoio à luta indígena e quilombola.

Exigimos que o Governo Federal demarque as terras indígenas e quilombolas no norte do Espírito Santo e que não ceda às pressões da Bancada Federal, do Governador Paulo Hartung e da empresa Aracruz Celulose S/A, que não respeitam o povo e as mulheres capixabas.

Esta moção deve ser encaminhada: para a empresa Aracruz Celulose S/A, para o Ministro da Justiça, para os presidentes do Incra e da Funai, para o Governador Paulo Hartung, para todos da Bancada Federal (Iriny Lopes, Rita Camata, Rose de Freitas, Renato Casagrande,

Gerson Camata, e demais), para a Comissão de Caciques Tupiniquim e Guarani/ES, para a rede Alerta contra o Deserto Verde ES, RS, BA, para a Comissão de Mulheres Indígenas Tupiniquim e Guarani/ES e para a Comissão Quilombola/ES.

6. Moção de Apoio à realização de uma Conferência Nacional de Comunicação – 523 Assinaturas

Por que não divulgar na TV?

Simplesmente porque, embora ela seja uma concessão pública, concedida pelo governo por um determinado período, em nome do povo, e embora o direito à comunicação seja um direito humano, somos alijadas e privadas de exercer este direito por meia dúzia de famílias, que exercem soberanamente o direito de decidir o quê informar e o quê não informar ao povo brasileiro. A outorga e a renovação da concessão não tem nenhum critério e nenhuma transparência, como os dos países democráticos.

Todas as nossas lutas se beneficiariam com o acesso a que temos direito, e com o nosso controle social sobre o conteúdo da mídia, se nos estruturarmos e nos fortalecermos para exercê-lo. Inclusive na TV PÚBLICA que ora se discute.

Estas questões são discutidas e precisam ser democraticamente decididas com a participação efetiva da sociedade organizada e pelos setores envolvidos na luta pela democratização dos meios de comunicação.

Nós, mulheres, endossamos esta luta e nos fazemos nela presentes e clamamos juntas pela realização de uma Conferência Nacional de Comunicação, democrática e participativa, para traçar políticas de interesse da população no que se refere à Comunicação no país.

Pela convocação democrática e realização de uma Conferência Nacional de Comunicação.

7. Moção para Implantação de ações voltadas para a atenção psicossocial na Atenção Básica para Mulheres – 522 assinaturas

Nós mulheres, delegadas e representantes dos 26 estados da Federação Brasileira e Distrito Federal, presentes na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, vimos por meio desta, manifestar a necessidade e a importância de implantarmos ações voltadas para a Atenção Psicossocial na atenção Básica de Saúde a fim de delinear a promoção, prevenção e a assistência à saúde da população feminina, que vem apresentando um grande quantitativo de casos de mulheres que padecem de sofrimento psíquico.

8. Moção de Repúdio – 541 assinaturas

As delegadas das religiões de matriz africana repudiam as discriminações sofridas pelas igrejas evangélicas. Tal fato se dá mediante as investidas de Intolerância Religiosas por parte dos membros das citadas igrejas, assim como especulação imobiliária dos nossos espaços sagrados (TERREIROS e CENTROS) que são cobiçados para instalações de templos evangélicos. Desta forma, cobramos e exigimos o respeito e o direito à liberdade de culto da nossa religião.

9. Moção de Apoio à Legalização do Aborto – 473 assinaturas

A Organização Mundial da Saúde considera o aborto inseguro uma questão de saúde pública, devido ao número expressivo de mulheres que recorrem a esta prática de forma clandestina, bem como pelas graves conseqüências para a saúde das mulheres. As mulheres que podem pagar correm menos riscos, mas as mulheres pobres necessitam utilizar meios inseguros que ameaçam a sua saúde e a sua vida. São as mulheres pobres, negras e jovens as mais atingidas. Em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres recomendou ao governo brasileiro “rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez”.

Nesse sentido, considerando que o Brasil é uma República Laica, ou seja, não deve ter suas políticas orientadas por valores morais ou religiosos, e que o aborto é um grave problema de saúde pública, nós, mulheres lésbicas, bissexuais e demais mulheres delegadas presentes na 2ª CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reunidas em Brasília, de 17 a 21 de agosto de 2007, exigimos que o Estado brasileiro garanta o direito ao abortamento legal e seguro como política pública, a ser implementada para todas as mulheres pelo SUS.

10. Proposta de Moção Aprovada na Plenária das Delegadas do Governo Federal - 473 assinaturas

Nós, mulheres brasileiras – feministas, trabalhadoras urbanas e rurais, trabalhadoras domésticas, donas de casa, mulheres negras e indígenas, lésbicas, sindicalistas e militantes de movimentos sociais do campo e da cidade, delegadas presentes na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada na cidade de Brasília, no período entre 17 a 21 de agosto de 2007, nos dirigimos ao D.D.Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e à sociedade em geral, para apresentar nossa posição sobre as temáticas em discussão no Fórum Nacional da Previdência Social.

Preliminarmente, reafirmaremos a defesa incondicional dos princípios constitucionais que definem a Previdência Social como um sistema público, universal, compulsório, solidário, inclusivo, redistributivo; com equidade intra e inter geracional; preservando o princípio de tratar de forma diferente os desiguais.

Nós, mulheres brasileiras, conscientes da importância da Previdência Social para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e para o efetivo exercício de sua cidadania, entendemos que toda e qualquer alteração no sistema previdenciário deve ser realizada na direção da inclusão social, contribuindo com a diminuição das desigualdades sociais existentes na sociedade, levando em consideração as discriminações e opressões enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho, em especial o peso da dupla e até tripla jornada de trabalho que recai sobre a população feminina.

Neste sentido, reafirmamos nossa disposição de lutar para que:

1. seja mantida a diferença de idade entre homens e mulheres, para efeitos previdenciários, fazendo justiça à contribuição das mulheres na produção e reprodução; tanto nos espaços públicos, como nos privados;
2. os valores da aposentadoria e do salário mínimo continuem vinculados, de forma a evitar qualquer impacto negativo na vida das pessoas; principalmente daquelas com menor renda;

3. a Previdência Social seja um sistema inclusivo da forma a incorporar as/os trabalhadoras/es informais e aquelas/es que trabalham em regime de economia familiar;
4. seja reconhecido o valor econômico e social do trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, e a necessidade de promover a responsabilidade compartilhada por mulheres e homens, no âmbito familiar;
5. a Previdência Social implemente o conceito de Seguridade Social de forma a garantir um sistema articulado entre previdência e saúde;
6. a implementação de creches seja feita de forma a garantir o direito das crianças ao ensino e o direito das mulheres de participar de forma tranqüila do mercado de trabalho;
7. o sistema previdenciário, em conjunto com a assistência e a saúde, tenha políticas de proteção e cuidados para com as pessoas idosas e com deficiência.

Para tanto, queremos que o resultado desse Fórum Nacional da Previdência Social, que discute as reformulações do sistema previdenciário, contemple o princípio da inclusão de todas e de todos.

Assim sendo, reafirmamos nossa luta por uma Previdência Social que seja efetivamente inclusiva e redistributiva da riqueza socialmente produzida e que contribua para a conquista da autonomia econômica das mulheres brasileiras.

11. Moção ao Presidente da República Luiz Inácio da Silva e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia - 470 assinaturas

Nós, participantes/delegadas da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, entre os dias 17 a 21 de agosto de 2007, exigimos o cumprimento do compromisso assumido pelo Governo Federal pela votação em regime de urgência do PL 1154/95 na Câmara dos Deputados, que trata da Previdência dos(as) trabalhadores(as) rurais e que amplia seus direitos.

12. Moção de Reconhecimento e Apoio ao Desenvolvimento da Profissão de Parteira – 453 Assinaturas

A Amazônia, por sua diversidade de fauna, flora e geográfica e por ser o local onde se encontra a maioria das parteiras – mulheres negras, ribeirinhas, indígenas, afro-descendentes, quilombolas, benzedeiras e raizeiras –, que atuam como únicas agentes de apoio à mulher grávida. Muitas (a maioria) estão embrenhadas dentro de matas ou em igarapés e margens de rios, longe dos centros urbanos e sem acesso a materiais descartáveis como: luvas, bisturi, grampo umbilical, tesouras inox, álcool iodado, gazes, algodão etc., itens indispensáveis para a realização do parto domiciliar humanizado e digno.

A maioria das parturientes não tem condições financeiras de pagar o transporte (embarcação, ônibus, catraia) para chegar nas Unidades de Saúde para parir (dar à luz). Neste sentido, solicitamos a todas as mulheres mães e as que virão a ser, para assinar esta moção, objetivando que as parteiras da Amazônia e do restante do Brasil sejam incluídas no PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA –, e para que se crie um PLANO FEDERAL PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA COM DISTRIBUIÇÃO DO KIT PARTEIRA PARA A REALIZAÇÃO DO PARTO HUMANIZADO, assim como a aprovação do projeto de LEI Nº 2354/03 – REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DA PARTEIRA –, o qual está tramitando no Congresso Nacional.

13. Apoio das Mulheres à posição do Ministro da Saúde José Gomes Temporão, em Defesa do Estado Laico – 403 assinaturas

Acompanhamos com satisfação a disposição do ministro da Saúde, em enfrentar o grave problema de saúde pública que tem sido o acesso ao abortamento em nosso país, com postura firme e clara; o ministro defende o Estado laico e o direito das mulheres ao exercício do planejamento reprodutivo. Acreditando que as mulheres devem apoiá-lo nesta iniciativa corajosa e continuar a luta contra a hipocrisia que gera hemorragia e a morte das mulheres. Pelo atendimento integral à saúde das mulheres brancas, negras, indígenas, adolescentes, idosas: todas cidadãs com direito a uma vida digna e com saúde.

14. Moção de Aplauso a Jandira Feghali – 384 assinaturas

A 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres aplaude a ex-deputada Jandira Feghali pelo encaminhamento e atuação no sentido da aprovação de Lei Maria da Penha.

15. Moção de Reconhecimento – 379 assinaturas

As mulheres delegadas da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reconhecem o 29 de agosto – “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica”, como um marco histórico na luta do Movimento de Mulheres Lésbicas brasileiro, desde 1996 sendo celebrado com muito orgulho em suas reivindicações, afirmando a condição de sujeito político que precisam ter seus direitos humanos garantidos e respeitados pela sociedade e pelo Estado. E, nesse sentido, exigimos que seja incluído no calendário nacional.

16. Moção de Repúdio contra Paulo Zottolo – Presidente da Philips No Brasil, que ao Justificar sua adesão ao movimento “Cansei” afirmou que o estado do Piauí não faria falta a ninguém – 350 assinaturas

Nós, mulheres integrantes da delegação do estado do Piauí, presentes na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, propomos um a moção de repúdio ao Sr. Paulo Zottolo, presidente da Philips do Brasil, que, em entrevista em jornal de circulação nacional, justificando sua participação no movimento CANSEI, afirmou:

“Não se pode pensar que o país é um Piauí, no sentido de que tanto faz como tanto fez. Se o Piauí deixar de existir, ninguém vai ficar chateado.”

Entendemos que o Sr. Paulo Zottolo faz parte de uma elite empresarial, conservadora, reacionária e predadora, que se mantém à custa da exploração e expropriação da força de trabalho de trabalhadoras(es) brasileiras(os) e da acumulação perversa do lucro, sem nenhum compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e que insiste em ignorar as ricas potencialidades das mais diversas regiões brasileiras, em especial, das mais pobres. Desde o começo do século XX o Piauí tem contribuído com sua força de trabalho, com sua inteligência e com seus recursos naturais para o desenvolvimento global. Mas não só: o

Piauí possui 80 por cento de suas florestas nativas preservadas e produz oxigênio para o Brasil e para o mundo.

O Piauí possui uma das maiores bacias de gás e petróleo do país. É do Piauí a melhor escola do Brasil, eleita dois anos consecutivos pelo ENEM; o Piauí tem a melhor produtividade de mel, soja e algodão do país. O Piauí tem o Delta do Parnaíba, o único das Américas a céu aberto. Na serra da Capivara, no Piauí, estão os vestígios mais antigos da presença do homem nas Américas.

Por isso, justificamos nossa Moção de Repúdio.

Delegação do Piauí na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 19 de agosto de 2007.

17. Moção de Apoio a favor do Projeto de Lei Nº 122/2006 – 347 assinaturas

Nós, mulheres delegadas da 2ª CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reunidas em Brasília de 17 a 20 de agosto de 2007, somos favoráveis à aprovação do PLC Nº 122/2006, que tramita no Senado Federal e que “define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, orientação sexual e identidade de gênero”.

Reivindicamos a aprovação do Projeto de Lei 122/2006 pelos seguintes motivos, entre outros:

- ainda não há proteção específica na legislação federal contra a discriminação por orientação e expressão sexual e identidade de gênero;
- segundo pesquisas, 10% da população brasileira (18 milhões de pessoas) têm orientação sexual homoafetiva e como vivemos numa sociedade que impõe a heterossexualidade como norma, milhões de pessoas com práticas sexuais homoafetivas sofrem discriminação na família, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, dentre outros, de forma impune (violência física, agressão verbal e, muitas vezes, chegando a assassinatos);
- diversos e numerosos países no mundo, inclusive a própria União Européia, já reconheceram a necessidade de adotar uma legislação que garanta direitos da população LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros).

Nesse sentido, consideramos que a aprovação do Projeto de Lei 122/2006 contribuirá para colocar o Brasil na vanguarda na região da América Latina e do Caribe, como um país que preza pela plenitude dos direitos de todas as suas e todos os seus cidadãos, rumo a uma sociedade que respeite a diversidade e promova a paz.

18. Moção de Repúdio – 343 assinaturas

Nós, participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, repudiamos o projeto de lei do Dep. Federal do PT-AC, Sr. Henrique Afonso, que “dispõe sobre o combate a práticas nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais”.

O referido deputado, neste projeto e em sua justificativa, utiliza-se de uma retórica de direitos humanos, valendo-se de resoluções das Nações Unidas para esconder seu

verdadeiro objetivo: penalizar as mulheres indígenas. Além do mais, incentiva que profissionais e organizações que trabalham com povos indígenas delatem mulheres e suas comunidades.

O deputado tem iniciativas como a invenção do nascituro (aquele que ainda não nasceu) como pessoa e outras, que têm como intenção punir as mulheres e negar-lhes o direito de decidir sobre sua vida reprodutiva.

O legislativo, assim como o executivo e judiciário, devem é garantir a demarcação, homologação, desintrusão dos territórios indígenas, aprovação o Estatuto do Índio, apoio às iniciativas econômicas de produção para auto-consumo e comercialização realizadas pelas comunidades; garantia de saúde, educação e o fim de todas as formas de violência contra os povos indígenas, em especial a violência sexual e o tráfico de mulheres, muitas vezes perpetrada por militares; e proteção da biodiversidade, bem como dos conhecimentos tradicionais que são patrimônio destes povos colocados a serviço da humanidade.

(Apresentam a moção OMIR – Organização de Mulheres Indígenas de Roraima e Marcha Mundial das Mulheres)

19. Criação da bolsa aleitamento Berço Brasil – 325 assinaturas

Lutamos pela criação da Bolsa-aleitamento Berço Brasil para garantir à mulher trabalhadora o direito ao trabalho e também a amamentar seus filhos.

As mães trabalhadoras vivem permanentemente o dilema da maternidade, não assumida ainda pelo Estado como uma responsabilidade social, em contradição com sua realização pessoal, criativa e profissional. Neste momento de crescimento de nosso país, é fundamental enfrentarmos os principais problemas que afastam a mulher do trabalho: a garantia de que poderá cuidar bem de seus filhos, no seu 1º ano de vida. Vamos defender nossas gerações futuras!

Assim, nós, mulheres reunidas na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, propomos que as mães que trabalham e recebem até dois salários mínimos, e que as mães desempregadas recebam a Bolsa-aleitamento do Estado após cumprida a licença maternidade.

Propomos que se crie uma comissão interministerial para buscar soluções para os conflitos trabalhistas decorrentes deste benefício. As trabalhadoras não possuem creches nem salários que alcancem pagar escolinhas ou pessoas para cuidar de seus filhos. Elas têm amor por seus filhos! É preciso apoiá-las e não culpá-las por não amamentar!

20. Moção – Rio de Janeiro – 321 assinaturas

O Centro de Integração Social Isabel Maria de Nova Sepetiba, assim como Maria Celsa, mulher que tornou-se referência na luta pelo combate à violência contra mulher, e outras inúmeras delegadas presentes na 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizada no período de 17 a 20 de Agosto de 2007, solicitam à Câmara Federal e ao Senado a aprovação imediata de um projeto de lei que inclua na lei 8742/03 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o direito das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, que ficam com seqüelas profundas e, como consequência, incapacitadas ao

exercício de atividades produtivas, ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

21. Moção de Apoio – 319 assinaturas

As integrantes das entidades que participam da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres declaram o APOIO IRRESTRITO à postulação da advogada trabalhista Diane Aparecida Pinheiro Mauriz Jayme ao cargo de Desembargadora Federal do Trabalho da 18ª Região, pelo 5º Constitucional, em razão de seu trabalho efetivo de mobilização da sociedade em prol da defesa intransigente dos direitos da mulher, de compromisso de ação na democratização do judiciário trabalhista e de sua colaboração de incentivo às políticas públicas de inclusão social da mulher no Estado e na sociedade.

E o faz pelo equilíbrio do poder diante da inexistência de desembargadora eleita por lista oriunda da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás.
20 de agosto de 2007.

22. Moção de Apoio à legalização do aborto – 299 assinaturas

1. CONSIDERANDO as disposições da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2004, que recomendou ao governo brasileiro “rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez” e ao fato do governo ter incorporado a recomendação como uma das seis prioridades para a saúde da mulher”;

2. CONSIDERANDO que o direito à vida é um direito fundamental e que todos os anos, no Brasil, a morte materna vitima milhares de mulheres, muitas das quais por complicações decorrentes do aborto inseguro, constituindo-se num grave problema da saúde pública;

3. CONSIDERANDO a recomendação do Comitê CEDAW para que o Brasil reveja a legislação punitiva ao aborto;

(parágrafo 30 documento CEDAW/C/BRA/CO/6);

4. CONSIDERANDO que a liberdade de pensamento e de crença são direitos fundamentais devendo ao Estado e a sociedade respeitá-los e garanti-los (incisos IV e VI, artigo 5º CRFB/88);

5. CONSIDERANDO que a saúde é um direito constitucional (artigo 6 e artigo 196 CRFB/88);

6. CONSIDERANDO que o planejamento familiar é um direito constitucional de todos e todas e dever do Estado (parágrafo 7º. Artigo 226 CRFB/88);

RECOMENDAMOS

a) CONSIDERANDO que o executivo brasileiro apresente Projeto de Lei ao legislativo com as deliberações da Comissão Tripartite, de 2005, que prevê a realização do aborto até 12 semanas por decisão das mulheres e até 20 semanas quando a gravidez decorre de violência sexual;

b) CONSIDERANDO que o Estado brasileiro, democrático e laico, reconheça a todas as mulheres a liberdade de escolha nas questões referentes à saúde, ao planejamento familiar e ao aborto; e garanta o acesso igualitário aos serviços de saúde;

c) CONSIDERANDO que os preceitos constitucionais e demais legislações sejam interpretados à luz de um Estado Laico e democrático fundado na liberdade de crença, de pensamento e na dignidade humana. SOLICITAMOS A APROVAÇÃO DESTA MOÇÃO.

23. Moção de Apoio a Jandira Feghali – 289 assinaturas

A 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres manifesta sua solidariedade e apoio a Jandira Feghali que vem sendo vítima de ataques por parte da Igreja e da mídia por defender o Projeto de Lei que garante a legalização do aborto com direito de escolha das mulheres e obrigação do Estado como questão de saúde pública.

24. Moção de Aplauso e Reconhecimento à Criação da Casa da Gestante em São João da Barra/RJ – 289 assinaturas

Cujo objetivo é o acolhimento social humanitário das mulheres oriundas da maternidade, em falso trabalho de parto.

25. Mulheres Apoiam o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - 282 assinaturas

Nós, mulheres brasileiras, reunidas na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, considerando que é imprescindível que o nosso país cresça e que o Estado Nacional faça investimentos em infra-estrutura, saneamento, transporte urbano, habitação; Considerando que todos esses investimentos vão promover o crescimento do número de empregos e que a mulher brasileira quer participar do crescimento em todas as profissões; Considerando que para que isto aconteça é necessário haver investimento em equipamentos sociais que possibilitem às mulheres trabalharem (creches, escolas de período integral e qualificação profissional). Vimos declarar nosso total apoio e que estamos comprometidas com o PAC – Plano de Aceleração de Crescimento que está sendo aplicado pelo Governo Federal.

26. Moção de Apoio para Implantação de Assessoria da Mulher na cidade de Sarandi/PR – 282 assinaturas

Nós, delegadas da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em apoio às companheiras da cidade de Sarandi, solicitamos ao Sr Prefeito da Cidade, Sr Aparecido Farias Spada, que implante a ASSESSORIA DA MULHER, por entendermos ser este mecanismo adequado para implantação e reforço e sejam efetivadas as Políticas Públicas direcionadas às questões mulher; mulher, trabalho e renda; rural e urbana; mulher e etnia, raça, idade, orientação sexual e deficiência.

27. Moção a CNPM para uma maior atenção às portadoras da Síndrome Fibromialgia - 278 assinaturas

Como delegada da Sociedade Civil Organizada e portadora da Síndrome Fibromialgia, venho pedir apoio para solicitar uma maior atenção às portadoras desta síndrome. A Fibromialgia é uma doença crônica e incapacitante que, por ser uma síndrome, tem vários sintomas, sendo o principal deles as dores, e, em muitos casos, se associa a doenças degenerativas. Por ser uma doença só detectada por exames clínicos, boa parte da comunidade médica não dá a devida atenção às queixas das(os) portadoras(es). Quero dizer que estudiosas(os) desta síndrome falam que aproximadamente 85% das(os) portadoras(es) são compostos de mulheres e que no Brasil existem entre 4% a 7% de portadoras(es).

As(os) portadoras(es) desta síndrome sofrem muitos preconceitos e têm muitas dificuldades para fazerem o tratamento, pois muitos profissionais da saúde ainda desconhecem sua existência. Por isto, peço aos órgãos públicos competentes que as(os) portadoras(os) tenham, concretamente, assistência médica, hospitalar, psicológica, odontológica (ela causa sensibilidade nas gengivas) e acesso a medicamentos gratuitos e fisioterapia. Peço ainda que haja uma campanha nacional falando sobre esta doença para que a sociedade fique sabendo mais sobre ela.

28. Moção pela liberação dos recursos da SPM - 273 assinaturas

O ENFRENTAMENTO da violência contra as mulheres é prioridade da sociedade brasileira e foi expressa de forma incisiva na ICNPM. Está prevista na Constituição Federal no § 8º do artigo 226 e em vários tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) e seu Protocolo Facultativo, o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), a Convenção Interamericana para Prevenir, Unir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará 1994), além de outros instrumentos de Direitos Humanos. O orçamento do Programa de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres para 2007 é de R\$ 23.309.007,00. Desse total, entretanto, o limite autorizado está reduzido a R\$ 3.622.777,00, dos quais foram empenhados até 11/08/2007 - R\$ 2.667.424,00 (11,3%) e pagos R\$ 1.055.338 (4,52%). A baixa execução do Programa deve-se ao contingenciamento que limita os recursos autorizados. Assim, exigimos a imediata liberação dos recursos desse Programa, bem como de todos os outros que estão para a execução orçamentária da SPM (1068 – Gestão da transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas, Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres) aprovados na lei 11451/2007 (LDA 2007), que estão contingenciados. Numa democracia, orçamento aprovado tem que ser executado.

29. Moção ao Fórum Nacional da Previdência Social, ao Governo Federal e à Câmara dos Deputados – 272 assinaturas

Em favor da inclusão previdenciária para as mulheres.

Nós mulheres, somos a maioria das trabalhadoras no mercado informal, recebemos os menores salários no mercado formal, somos maioria entre as pessoas desempregadas e da população rural que trabalha sem remuneração. Todo o trabalho doméstico está em nossas costas, e quando temos trabalho pago, vivemos a dupla jornada. Nós, mulheres, trabalhamos demais e temos menos direitos. No sistema previdenciário brasileiro, nós

mulheres somos a maioria das pessoas que está fora do sistema. Isto significa que muitas de nós, se engravidarmos, não teremos licença gestante, se adoecermos e ficarmos sem poder trabalhar, não receberemos o auxílio doença, e se morrermos deixaremos nossos filhos sem pensão. Além disto, muitas podem nunca aposentar-se. Por isso, exigimos que o governo federal cumpra o seu compromisso de apoiar e articular a sua base de apoio para votar em regime de urgência o projeto de Lei nº 1154/95, em tramitação na Câmara Federal, sobre a previdência rural que reafirma e amplia direitos das trabalhadoras rurais e trabalhadores rurais. Por isso, exigimos que este fórum trabalhe em favor de uma previdência que amplie a cidadania e garanta os direitos das mulheres! Queremos uma previdência pública, universal e de caráter solidário e distributivo! Queremos a valorização e o reconhecimento do trabalho não remunerado (trabalho doméstico e de cuidados com a família) realizado pelas mulheres e sua contabilização para fins de aposentadoria; queremos a efetivação dos SEIP; a criação de um regime especial de segurados urbanos do setor informal; eliminação do fator previdenciário; garantia de vinculação dos benefícios da seguridade social ao salário mínimo.

30. Moção de Repúdio – 263 assinaturas

Nós, abaixo assinadas, delegadas da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, repudiamos o modelo de gestão dos Governos estadual e municipal de São Paulo, Serra/Kassab, que para implementação da política privatista neoliberal, dentro da ótica mercantilista e não social, sucateiam as estruturas próprias do estado/município que prestam serviços de saúde para posterior terceirização, quarterização e privatização, ferindo, assim, os princípios do SUS com prejuízo do atendimento para a população usuária (dupla fila, cotas etc.).

31. Moção de Apoio - 261 assinaturas

Nós delegadas participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres manifestamos nosso irrestrito apoio à realização do Plebiscito Popular na 1ª semana de setembro de 2007, em anulação ao leilão que privatizou a Companhia Vale do Rio-Doce, entendendo o papel estratégico desta companhia no desenvolvimento do país.

32. Moção de Repúdio das Mulheres Negras na 2ª CPNM contra a distribuição da cartilha Casa Grande e Senzala em quadrinhos – 260 assinaturas

Nós, delegadas presentes à 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, repudiamos veementemente a cartilha Casa Grande e Senzala em Quadrinhos, editada pela Fundação Gilberto Freyre e publicada pela Editora Global. O conteúdo desta cartilha, além de retomar os ideais de branqueamento que se constituem em obstáculos históricos ao combate ao racismo no Brasil, atinge diretamente a dignidade das mulheres negras e indígenas, com seus textos e imagens desumanizantes e degradantes. Nesta cartilha, a exploração do corpo das mulheres, as torturas infligidas à população escravizada e outras barbáries são naturalizadas ou, ainda mais grave, são justificadas como ações humanitárias do senhor branco, na preocupação com o bem-estar desta população.

Repudiamos a resolução do MinC de reproduzir essa cartilha e distribuí-la para escolas públicas em todo o país. Exigimos que o governo retire esta cartilha de circulação, no sentido de evitar os sérios danos que ela poderá causar nas crianças que freqüentam a escola pública, majoritariamente negras.

Exigimos que o MinC recue em sua decisão de reproduzir e distribuir em escolas públicas a cartilha Casa Grande e Senzala em Quadrinhos.

Brasília, 19 de agosto de 2007.

33. Moção de Repúdio – 260 assinaturas

Nós, delegadas e participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reunidas de 17 a 20 de agosto de 2007, em Brasília/DF, vimos através desta repudiar a posição pública do governador do estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, que na abertura da 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, iniciou sua fala utilizando piadinhas que colocam as mulheres em situação constrangedora como “mulher, tempo e vento muda a todo o momento” e na presença da Ministra Nilcéia Freire, numa atitude machista, preconceituosa e discriminatória, ofendeu uma representante da sociedade civil, dirigindo-se com a seguinte indagação “DE QUE BURACO VOCÊ SAIU”, depois da exposição do movimento de mulheres quando relembrou o processo histórico de corrupção do estado.

Neste sentido, combatemos também o autoritarismo e a falta de democracia desta autoridade pública, que não aceitou a exposição da companheira, demonstrando a total falta de respeito à diversidade e pluralidade de opiniões e manifestações.